

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO

TRADIÇÃO, MODERNIDADE
E AS BENÇÃOS DA IGREJA CATÓLICA NA
CONSTRUÇÃO DE GOIÂNIA, 1932-1942

EDSON DOMINGUES DE ARAÚJO JÚNIOR

Goiânia
2011

Edson Domingues de Araújo Júnior

**TRADIÇÃO, MODERNIDADE
E AS BENÇÃOS DA IGREJA CATÓLICA NA
CONSTRUÇÃO DE GOIÂNIA, 1932-1942**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades.

Linha de Pesquisa: Sertão, Regionalidades e Projetos de Integração.

Orientadora: Profa. Dra. Maria da Conceição Silva.

**Goiânia
2011**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação na (CIP)
GPT/BC/UFG**

A663t Araújo Júnior, Edson Domingues de.
Tradição, modernidade e as bênçãos da Igreja Católica na construção de Goiânia, 1932-1942. [manuscrito] / Edson Domingues de Araújo Júnior. - 2011.
121 f.: il.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria da Conceição Silva.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, 2011.
Bibliografia.

1. Goiânia (GO) - História 2. Goiânia (GO) – Tradição e modernidade 3. Igreja Católica – Goiânia (GO) – 1932-1942
I. Título.

CDU: 94(817.3 Goiânia)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO

Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, para a obtenção do título de Mestre em História, aprovada em ____/____/____, pela seguinte Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Maria da Conceição Silva – UFG
Presidente

Prof. Dr. Eduardo Gusmão de Quadros – PUC/GO, UEG
Membro

Prof^a. Dr^a. Lindsay Borges – UFG
Membro

Prof^a. Dr^a. Libertad Borges Bittencourt – UFG
Suplente

Prof^a. Dr^a. Carolina Teles Lemos – PUC/GO
Suplente

À minha esposa, Rosilene, aos meus filhos, Daniel Henrique e
Geovanna, ao meu enteado, Willer, aos meus irmãos, Leandro e
Jaqueline, e à minha minha mãe, Eleuza.

Com todo amor, carinho e gratidão !

AGRADECIMENTOS

Aos professores que colaboraram para a construção da minha formação acadêmica. À orientadora desta pesquisa, Prof^a Dr^a Maria da Conceição Silva, pelas sugestões oferecidas.

Aos professores Eduardo Gusmão de Quadros e Lindsay Borges, pela leitura e contribuições no Exame de Qualificação.

Aos meus amigos Diego de Moraes e Thiago Oliveira Martins, por todo apoio ao longo deste trabalho e incentivo nas horas mais difíceis.

Ao meu amigo Fabrício Dias, a quem devoto respeito e sinto especial carinho e admiração sincera.

À João Alves Taveira e à sua esposa, Leninha, pelo estímulo e ajuda que me deram nos últimos anos. À eles, minha eterna gratidão.

Aos meus colegas de trabalho da Escola Municipal Castorina Bittencourt Alves, pela paciência e compreensão que tiveram comigo durante a trajetória deste trabalho, em especial à diretora e amiga Mary Cristina Faleiro.

Aos companheiros do Comando de Luta, educadores incansáveis da Rede Municipal de Ensino, que me ajudaram a compreender o sentido das palavras cidadania, respeito e dignidade para a classe trabalhadora, sobretudo aos profissionais em educação.

À minha esposa, Rosilene, ao meu enteado, Willer, e aos meus filhos, Daniel e Geovanna, por todo amor e carinho que me deram. Sem eles, jamais conseguiria forças para concluir esta difícil jornada.

E finalmente à minha mãe, Eleuza, e aos meus irmãos, Leandro e Jaqueline, pelo amor e confiança em mim depositados.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objeto de estudo uma análise sobre a coexistência e interação entre os componentes simbólicos modernos e tradicionais presentes no processo de construção e consolidação de Goiânia, entre 1932 e 1942. O enfoque é centrado no debate sobre as contradições do discurso mudancista de modernidade e ruptura com a tradição. Para os novos grupos políticos instalados no poder, a partir do início da década de 1930, a edificação da nova capital significou o rompimento com o passado considerado *decadente* e *tradicional* de Goiás e o advento de uma ordem política responsável por inserir o Estado na rota do progresso e do desenvolvimento socioeconômico e cultural. Como hipótese norteadora deste trabalho, busca-se demonstrar que, ao contrário do que o discurso oficial propagava, Goiânia foi construída sob o prisma de uma dialética que mesclou diversos símbolos e elementos da tradição e da modernidade, ao longo do seu processo de formação. O apoio da Igreja Católica ao governo de Pedro Ludovico Teixeira, em torno do projeto de edificação e transferência da nova sede administrativa do Estado, constitui-se, nesse sentido, como um indício significativo não apenas dessa interação entre o moderno e o tradicional, presente na construção de Goiânia, como também da utilização dos símbolos tradicionais como mecanismos de legitimação política dos novos representantes do governo goiano.

Palavras-chave: Tradição, Modernidade, Goiânia, Igreja Católica.

ABSTRACT

This study analyses the coexistence and interaction of modern and traditional symbolic elements within Goiânia's construction and consolidation process, from 1932 to 1942. Focus has been given to the debate regarding contradictions of the discourse of change, based on modernity and on rupture with tradition. To the new political groups in power during the early 1930s, the building of the new capital meant a separation from Goiás State's former days, conceived as *decadent* and *traditional*, and the beginning of a political order which placed Goiás on the path to progress and to socio-economic and cultural development. The hypothesis guiding this study seeks to demonstrate that, unlike what the official discourse tended to publicize, Goiânia was built on a dialectics that brought together several symbols and elements from both tradition and modernity. The support offered by the Catholic Church to the government led by Pedro Ludovico Teixeira, concerning the project of building the city and transferring Goiás' administrative headquarters, consists of highly significant evidence not only of the interaction between modern and traditional elements in the construction of Goiânia, but also of the use of traditional symbols as mechanisms that politically legitimise the new political leaders in Goiás.

Keywords: Tradition, Modernity, Goiânia, Catholic Church.

SUMÁRIO

Introdução.....	12
Capítulo 1: Goiânia: a modernidade em discussão	19
1.1 O discurso de modernidade e de ruptura com a tradição na construção de Goiânia	19
1.2 A representação de modernidade no imaginário da nova capital	31
Capítulo 2: Goiânia: tradição e modernidade	47
2.1 Tradição <i>versus</i> modernidade: rupturas, permanências e contradições.....	47
2.2 Goiânia: entre a tradição e a modernidade	51
2.3 A cidade sagrada e o mito de fundação da nova capital	64
2.4 Goiânia: uma cidade construída sob a égide da tradição.....	73
Capítulo 3: As bênçãos da Igreja Católica à construção de Goiânia: 1932-1942	87
3.1 A restauração católica no Brasil	87
3.2 D. Emanuel: o arcebispo da restauração	91
3.3 O ciclo da mudança e a participação da Igreja Católica na construção da nova capital	97

3.4 O batismo cultural de Goiânia e a nova aliança entre a Igreja e o Estado em Goiás	107
Considerações finais	114
Referências.....	117

INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa, investiga-se a relação entre os elementos e símbolos da tradição e da modernidade presentes nas principais etapas de edificação e afirmação de Goiânia, entre 1932 e 1942. O objetivo é compreender a dinâmica da interação entre esses elementos, tomando como referência as contradições e incoerências presentes no discurso mudancista de ruptura com a tradição.

Construída no transcurso da década de 1930 e início da década de 1940, Goiânia foi concebida no discurso de seus idealizadores como o marco que representou uma completa ruptura com o passado pós-minerador em Goiás e com as tradições daí emanadas, vistas por esses grupos como responsáveis pelo *atraso* e *decadência* do Estado. Para os porta-vozes do novo governo em ascensão, a edificação da cidade significou o advento de um *novo tempo*, sinônimo do *desenvolvimento* e do *progresso*.

Uma análise mais cuidadosa indica, porém, que, na base desse discurso de progresso e modernidade em torno do qual Goiânia se edificou, encontram-se diversos elementos intrinsecamente relacionados ao que os idealizadores da cidade rotulavam de *arcaico* e *tradicional*.

Não obstante, verifica-se que ao longo do processo de gestação da cidade, alguns desses componentes tradicionais foram constantemente invocados por parte dos representantes do governo goiano, como estratégia de afirmação política, sobretudo durante os eventos públicos de fundação e oficialização de Goiânia.

Com o objetivo de corroborar esta hipótese, no primeiro capítulo são debatidos alguns aspectos que dizem respeito ao discurso de modernidade e de ruptura com a tradição no contexto da edificação da nova capital. Inicialmente, verifica-se como se deu a construção ideológica desse discurso, bem como as estratégias utilizadas pelo governo constituído para a sua propagação. Para tanto, apresenta-se uma análise dos relatórios de Armando Augusto de Godoi e de Pedro Ludovico, escritos em 1933, além de alguns registros históricos publicados nos órgãos oficiais de imprensa, no transcurso das décadas de 1930 e 1940, com destaque para a *Revista Oeste*.

Nesses documentos, encontram-se inseridos os princípios norteadores do discurso mudancista, nos quais seus principais representantes propugnaram a necessidade de construir uma capital moderna, sob o pretexto de que a antiga sede do governo era uma cidade decadente e ultrapassada. Estes argumentos serviram de justificativa para consolidar o projeto de transferência da capital e para anunciar o advento do progresso e do desenvolvimento socioeconômico para o Estado.

A ideia do surgimento de Goiânia como um marco divisor de águas para Goiás foi reproduzida, posteriormente, nas primeiras obras que se dedicaram à temática da construção de Goiânia. Por essa razão, aborda-se alguns desses aspectos incorporados por esses autores em seus trabalhos e pesquisas sobre a nova capital.²

Em seguida, trata-se da abrangência dessas representações de progresso e modernidade em alguns segmentos da sociedade goianiense. Em busca desse objetivo, o conceito de imaginário, utilizado por alguns autores,³ serve de aporte para a compreensão dos mecanismos pelos quais os indivíduos e a sociedade representaram a si mesmos e o mundo a sua volta. Das fontes selecionadas com o intuito de captar as diferentes imagens da cidade, destacam-se os registros de memórias de alguns pioneiros, discursos oficiais de representantes políticos, entrevistas, artigos de jornais e fotografias de Goiânia fornecidas pelo Museu da Imagem e do Som (MIS-GO).

O segundo capítulo oferece subsídios para a desconstrução do discurso mudancista de ruptura com a tradição, no contexto da construção e consolidação de Goiânia, ao longo da década de 1930 e início da década de 1940. Busca-se não apenas revelar a permanência e interação dos elementos tradicionais com os aspectos característicos da modernidade, como também evidenciar, em alguns casos, a sua utilização, por parte dos grupos políticos dominantes em Goiás, como mecanismo de afirmação política e legitimação de poder.

Para auxiliar a compreensão dos princípios teóricos que regem a dinâmica relação entre a tradição e a modernidade, bem como a pluralidade de

² A esse respeito, destacam-se as produções de Monteiro (1938), Sabino Júnior (1969), Câmara (1979) e Pimenta Netto (1993).

³ Os autores consultados para esta abordagem teórica e conceitual sobre o imaginário foram: Baczko (1985), Swain (1994), Barros (2004), Laplantine e Trindade (2008).

sentido desses conceitos, realiza-se uma breve exposição do debate promovido por alguns autores sobre essa temática.⁴ Com base nessa discussão, apresenta-se os principais aspectos da vida cotidiana e da paisagem urbanística de Goiânia, em que os elementos da tradição permaneceram e se mesclaram aos diversos componentes simbólicos do mundo moderno, durante o processo de formação da nova sede administrativa do Estado.

Com esse intuito, foram mapeadas imagens de Goiânia das décadas de 1930 e 1940 para confrontar alguns símbolos *modernos* e *tradicionais* da arquitetura e do espaço urbano da cidade. Da *Revista Oeste*, retirou-se um poema de Rosarita Fleuy, publicado no início da década de 1940, que ilustra a mescla entre o antigo e o novo, o tradicional e o moderno em Goiânia. Além disso, foram selecionados relatos e entrevistas de alguns pioneiros da cidade, publicados nos dossiês *Memórias Goianienses* e *Memória Cultural*. Nos depoimentos, muitos dos aspectos relacionados aos costumes e valores tradicionais da nascente sociedade goianiense foram relatados por alguns dos primeiros moradores da capital. O bairro de Campinas, por exemplo, foi apontado, em vários desses testemunhos, como um importante reduto da tradição que colaborou para o advento da nova capital.

Posteriormente, são tecidas algumas considerações acerca das representações simbólicas presentes no imaginário coletivo goianiense, em torno da difundida crença popular que associa o traçado urbano do centro de Goiânia à imagem de Nossa Senhora Aparecida.

As bases de sustentação desse mito de fundação da cidade são analisadas como fruto de uma “consciência histórica” influenciada, ao longo do tempo, pela vivência religiosa e pela tradição católica dos moradores da cidade. As marcas dessa religiosidade encontram-se presentes em alguns relatos, depoimentos e registros históricos investigados nesta pesquisa.

O debate sobre os diversos aspectos em que a vivência religiosa dos homens se manifesta na vida prática e no cotidiano é analisado a partir dos conceitos de “consciência histórica”, conforme apresenta Rüsen (2001), e de

⁴ Para este estudo, as principais referências pesquisadas encontram-se em: Giddens (1997), Le Goff (2003), Bauman (1999), Rodrigues (1997), e Berman (1986).

“religião como processo de construção de mundo”, consoante tratado por Berger (1985).

No último tópico deste capítulo, as fontes históricas arroladas são confrontadas com o objetivo de elucidar em que circunstâncias os dirigentes políticos do governo goiano utilizaram valores e signos tradicionais como instrumento de legitimação política do discurso mudancista. Alguns dos indícios mais significativos que apontam na direção da confirmação dessa hipótese se encontram em discursos oficiais, crônicas, poesias, imagens da cidade, artigos e notícias de jornais.

Dos aspectos examinados, merece destaque a linguagem épica e mítica presente no discurso oficial do governo goiano. Vale notar que, em meio à documentação pesquisada, verifica-se uma constante recorrência da representação da imagem de Pedro Ludovico como um novo bandeirante do século XX. O mito do herói fundador é analisado, nessa perspectiva, como um dos principais símbolos da tradição utilizados pelos grupos políticos dominantes para legitimarem seu discurso de poder.

No último capítulo, investiga-se a participação da Igreja Católica nos principais eventos de fundação e consolidação de Goiânia entre 1932 e 1942. O apoio do clero goiano ao projeto de construção e transferência da nova capital representa um indício significativo da utilização dos símbolos ligados à tradição e à fé católica, para a legitimação política das ações que resultaram na edificação de Goiânia.

Nesse sentido, analisa-se como a conjuntura política criada em torno da ideia da construção da cidade favoreceu o estabelecimento de uma nova aliança entre a Igreja e o Estado em Goiás, no transcurso da década de 1930 e início da década de 1940.

No primeiro tópico deste capítulo, a discussão abarca o contexto da relação entre essas duas instituições, após a situação propiciada pela problemática da extinção do padroado régio – separação entre a Igreja e o Estado – no Brasil, em 1890. Segundo Riolando Azzi (1994, p. 8), “a burguesia emergente julgou poder dispensar a colaboração da Igreja mediante a proclamação da laicidade do Estado”. Em linhas gerais, esse episódio foi motivado por um conjunto de fatores, cujas causas remontam a um desgastante confronto entre políticos liberais e membros do clero.

Estes representantes eclesiásticos adotaram, na segunda metade do século XIX, uma linha católica conservadora, denominada por Ivan Aparecido Emanuel (1996) como “ultramontanismo”.⁵ Para outros estudiosos, essa linha religiosa adotada pela hierarquia eclesiástica brasileira em resposta aos ideais do mundo moderno, foi caracterizada como “processo de romanização”.⁶ Os princípios desse processo contrapunham-se às diretrizes políticas de um Estado liberal, laico e republicano. Os resultados dessa política ultramontana e romanizante, por parte da Igreja brasileira, desencadearam um intenso conflito entre a alta cúpula da hierarquia eclesiástica nacional e os representantes do liberalismo no país.

Em Goiás, o clima de hostilidade marcou-se pelos atritos entre o bispado de D. Eduardo Duarte Silva (1891-1908) e a oligarquia dos Bulhões, então dominante no cenário político do Estado nesse período. Para Maria da Conceição Silva (2009, p. 39), a separação entre a Igreja e o Estado – assim como o choque das ações ultramontanas desse bispo com a política liberal dos oligarcas Bulhões – representou um momento de grave crise da Igreja Católica em Goiás, que culminou com a transferência da sede episcopal da Cidade de Goiás para Uberaba, em 1896.

A partir de então, se impôs à Igreja Católica – tanto em âmbito nacional quanto regional – a necessidade de buscar alternativas que lhe permitiram recuperar privilégios, além de voltar a exercer influência sobre a sociedade e sobre o próprio Estado. Tais medidas dependeram, contudo, do estabelecimento de uma nova aliança entre esses dois setores a partir da década de 1920, condição esta definida por Riolando Azzi (1994, p. 20) como “restauração católica” e denominada “neocristandade” por autores como Thomas Bruneau (1974, p. 91).

Observa-se, para o caso de Goiás, que a reaproximação Igreja-Estado avançou durante o bispado de D. Prudêncio Gomes da Silva (1908-1922), o que, por sua vez, favoreceu o projeto restaurador desenvolvido por D.

⁵ Outros pesquisadores como Afonso Romano (1979) e Augustin Wernet (1987) também adotaram o conceito de ultramontanismo, em suas análises sobre a Igreja Católica na segunda metade do século XIX .

⁶ Em Sérgio Miceli (1988) e Mabel Salgado Pereira (2004), encontram-se referências sobre o conceito de romanização.

Emanuel Gomes de Oliveira (1923-1955) durante a sua gestão episcopal. (SILVA, 2000, p. 75)

Nesta pesquisa, ressaltam-se os indicativos de restauração que surgiram, a partir da conjuntura política formada em Goiás, após o movimento revolucionário de 1930, envolto ao processo de construção e consolidação de Goiânia.

Dessa forma, investiga-se como se deu a participação da Igreja Católica nas principais fases de edificação da nova capital e quais foram as motivações que, gradualmente, aproximaram as lideranças políticas do governo e os representantes do clero goiano.

Para tanto, as primeiras fontes históricas pesquisadas foram extraídas do *Decreto n.º 2737*, de 20 dezembro de 1932 (SABINO JÚNIOR, 1980, p. 175-176), e da *Ata da comissão* responsável pela escolha do local para a edificação da nova capital (SABINO JÚNIOR, 1960, p. 61-66).

Em tais registros, verifica-se a significativa presença do arcebispo de Goiás, D. Emanuel Gomes de Oliveira, entre os membros da referida comissão, sendo, inclusive, seu presidente.

As circunstâncias em que Pedro Ludovico convidou D. Emanuel para compor essa comissão são analisadas com base no telegrama do Interventor a D. Emanuel, convidando-o para compor a referida comissão, e do telegrama-resposta do arcebispo, em que manifesta seu aceite ao convite. A fonte de consulta a essas correspondências é o jornal *Brasil Central* do dia 30 de dezembro de 1932.

Da autobiografia de Licardino de Oliveira Ney (1975), último prefeito de Campinas, município escolhido para sediar a capital do estado, utilizou-se o seu depoimento sobre a participação dos redentoristas alemães nas duas primeiras missas de Goiânia, uma celebrada no dia 27 de maio e a outra no dia 24 de outubro de 1933.

Para complemento de estudo dessas importantes cerimônias, serve de aporte a conceituada obra de Miguel Archângelo Santos (1984), que permite uma análise da dimensão das divergências de interesse entre D. Emanuel e Pedro Ludovico, em torno do local a ser escolhido para sediar a nova capital. Além disso, são utilizadas imagens cedidas pelo Museu da Imagem e do Som de Goiás (MIS-GO) e pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil

Central (IPEHBC), localizados em Goiânia. Trata-se de duas fotografias, em que se vêem, no primeiro caso, a presença do arcebispo D. Emanuel com o Interventor Pedro Ludovico, em 1935, durante o lançamento da pedra fundamental da Igreja de Nossa Senhora Auxiliadora. E, por último, o encontro dos dois com o presidente Getúlio Vargas, em 1940, em um banquete oferecido ao chefe da nação, na sede do governo goiano, durante sua visita à nova capital.

No tópico final deste capítulo, verifica-se como a Igreja Católica se destacou na cerimônia oficial de inauguração de Goiânia e nos festejos do batismo cultural. Do evento em questão, várias fontes de valor simbólico foram mapeadas, tais como relatos, depoimentos, notícias de jornais etc., além de produções culturais do período, como a música *Como nasceu Goiânia*, de Chico Onça e Micuim, e o poema *O batismo cultural visto do lado do povão*, de autoria de Bernardo Élis.

Dessa documentação faz parte o registro da missa campal realizada na manhã do dia 5 de julho de 1942. Nos *Anais do Batismo Cultural*, o jornalista Pimenta Netto relatou com riqueza de detalhes a cerimônia religiosa celebrada por D. Emanuel e D. Aquino Correa, que se destacaram durante a solenidade de inauguração da cidade.

Nesse sentido, a *Oração Gratulatória*, proferida por D. Aquino Correia, constitui-se como um dos mais importantes registros documentais do batismo cultural de Goiânia (PIMENTA NETTO, 1993, p. 33-36). Nela, encontram-se alguns dos principais elementos para a compreensão dos fatores que levaram Igreja e Estado a apoiarem-se mutuamente, em torno do projeto de construção e consolidação da nova capital.

Capítulo 1

GOIÂNIA: A MODERNIDADE EM DISCUSSÃO

1.1 O discurso de modernidade e de ruptura com a tradição na construção de Goiânia

Percorrer os caminhos que remontam ao período de construção e consolidação de Goiânia ao longo da década de 1930 e início da década de 1940 é, antes de tudo, a oportunidade de se deparar com a invenção do discurso de modernidade e de ruptura com a tradição na edificação da nova capital de Goiás.

A construção desse discurso foi operada pelos novos detentores do poder no Estado, após o movimento revolucionário de 1930. Estes foram representados, sobretudo, pela figura de Pedro Ludovico Teixeira, que se destacou como o grande líder político dos grupos oligárquicos do sul e sudoeste goiano.

Para Ana Lúcia Silva (2001, p. 147), no início do século XX essas regiões experimentaram um gradativo processo de expansão econômica, verificado, sobretudo, a partir da introdução dos trilhos da estrada de ferro na década de 1910, o que incrementou a produção agrícola e pecuária, dinamizou o comércio entre as cidades por onde passava e facilitou o escoamento da produção para o centro-sul do país. Para a autora, essa etapa marcou a introdução das *frentes de expansão e pioneira*⁷ no território goiano e se inseriu, dentro de uma perspectiva mais ampla, na lógica de expansão do capital.

Não obstante, ao assumir as rédeas do crescimento econômico, os grupos oligárquicos do sul e do sudoeste goiano se viram diante de um impasse: sua representação política, pouco expressiva, não condizia com sua

⁷ Os conceitos de frente de expansão e frente pioneira, utilizados por Silva, foram apropriados do livro *Capitalismo e tradicionalismo*, de José de Souza Martins (1975).

força econômica, o que alimentou grandes divergências e profundas insatisfações em relação aos tradicionais setores políticos ligados à capital, sob a hegemonia da família Caiado, encastelada no poder há mais de duas décadas.

Esse conturbado cenário foi descrito e analisado por Silva como desdobramento de uma ruptura política, que resultou na crise do pacto oligárquico coronelístico na esfera nacional e que, paralelo a uma série de desajustes e contradições de ordem econômica e social, desencadeou o movimento revolucionário de 1930.

Em Goiás, esse processo levou as dissidências oligárquicas do Estado a apoiarem a Aliança Liberal de Getúlio Vargas. Com a vitória deste, uma junta militar comandada por Quintino Vargas foi enviada de Minas Gerais para se juntar aos sediciosos goianos. Após a formação de uma junta governativa provisória, Pedro Ludovico foi alçado ao poder e nomeado interventor federal em Goiás.

Desde então, o governo recém-constituído se encarregou logo de anunciar o advento de uma nova ordem em Goiás, caracterizada por um período de mudanças e transformações. Esse processo conduziria o Estado no caminho do *progresso* e do *desenvolvimento*, despertando-o de seu *sono secular* e do *atraso* em que se encontrava.

Ao analisar a temática da Revolução de 1930 em Goiás, percebe-se que as representações de progresso e modernidade foram disseminadas pelos novos grupos políticos instalados no poder. Para Chaul (1997, p. 231), a concepção de modernidade adotada pelos arautos de 1930, deve ser compreendida a partir da ideologia do progresso, entendida por esses grupos como o culto do novo e a rejeição do passado, como forma de inserir, cada vez mais, Goiás no cenário nacional. Este progresso conduziria o Estado no caminho do desenvolvimento econômico e social, bem como promoveria a modernização dos meios de produção e o avanço cultural de Goiás.

Cabe observar que, *pari passu* a esses esforços por se reafirmar os ideais de progresso e de modernidade, a nova elite dirigente não mediu esforços para desqualificar os antigos detentores do poder, assim como o passado a eles vinculado, visto como *decadente* e *atrasado*. O que estava em

curso, portanto, era a construção de um projeto de poder levado a cabo pelos partidários do movimento de 1930. Conforme Chaul (1997, p. 176):

Esses grupos procuravam, na representação da modernidade, legitimar sua ascensão ao poder, procurado assim diferenciar-se dos grupos depositos. Para tal, utilizaram as idéias inúmeras vezes divulgadas, ao longo da história, da decadência e do atraso de Goiás, para caracterizar os adversários vencidos.

Assim, ao utilizarem as imagens da decadência e do atraso, os novos grupos em ascensão empregaram uma estratégia que visava, por um lado, consolidar sua força política e, por outro, renegar as antigas oligarquias dominantes, lançando-as ao ostracismo. Propagaram, com isso, a chegada de um *novo tempo* a Goiás, sinônimo do *desenvolvimento* e do *progresso*. Nessa perspectiva, o contraponto entre o *antigo* e o *novo* – a *tradição* e a *modernidade* – foi alimentado tanto nos discursos desses grupos como em boa parte dos estudos que se dedicaram à temática da Revolução de 1930 em Goiás e da construção de Goiânia.

Nesse cenário, Pedro Ludovico iniciou, nos primeiros anos da década de 1930, uma ostensiva campanha de mudança da capital. Dizia ele que a antiga Cidade de Goiás, com sua *arcaica* arquitetura colonial e traçado urbanístico tortuoso e acidentado, era incapaz de alavancar o crescimento econômico e impulsionar o desenvolvimento do Estado. Em seu relatório apresentado ao presidente Getúlio Vargas, referente ao período de 1930-1933, indicando as causas da mudança, ele justificava:

Mudando a sede do governo para um local que reúna os requisitos de cuja ausência absoluta se recente a cidade de Goiás, teremos andado meio caminho na direção da grandeza desta maravilhosa unidade central. Uma capital acessível, que irradie progresso e marche na vanguarda, coordenando a vida política e estimulando a economia, ligada à maioria dos municípios por uma rede rodoviária planificada, é o órgão de que o Estado de Goiás necessita absolutamente para reivindicar, no seio da Federação, o lugar de saliência que os seus imensos recursos, as suas possibilidades infinitas já lhe teriam conquistado, sem dúvida, se a capital atual, retrogradante, incapaz de promover o seu próprio desenvolvimento, não lhe tivesse estreitado os horizontes e embargado os impulsos de engrandecimento. (SABINO JÚNIOR, 1980, p. 171).

Para Pedro Ludovico, a construção de uma nova capital se tornou um imperativo indispensável para inserir Goiás na rota do progresso. Imbuído desse objetivo, o interventor assinou o *Decreto n.º. 2737*, de 20 de dezembro de 1932 (SABINO JÚNIOR, 1980, p. 175-176). Em seguida, nomeou-se uma comissão para escolher o local de edificação da cidade. Esta, por sua vez, indicou uma subcomissão encarregada de proceder aos estudos técnicos das quatro cidades indicadas: Pires do Rio, Bonfim (atual Silvânia), Ubatã⁸ e Campinas (SABINO JÚNIOR, 1980, p. 177-180).

Em março de 1933, os trabalhos da comissão foram concluídos e Campinas foi escolhida para sediar a nova capital. Pedro Ludovico solicitou, então, um último parecer ao engenheiro civil Armando Augusto de Godoi. Este, além de aprovar o local indicado, assinalou a ação civilizadora e econômica das cidades modernas.

[...], a cidade moderna é um centro de trabalho, uma grande escola em que se podem educar, desenvolver e apurar os principais elementos do espírito e do físico do homem e uma fonte de poderosas energias sem as quais os povos não progredem e não prosperam. É das cidades modernas que partem os vigorosos impulsos coletivos e é nelas que se faz a coordenação dos movimentos e das atividades de uma nação. [...] A cidade moderna, quando se lhe proporcionam todos os elementos de vida e ao seu estabelecimento e à sua expansão se prende um plano racional, [...] é um centro de cultura, de ordem, de trabalho e de atividades bem coordenadas. Ela educa as massas populares, compõe-lhes e orienta-lhes as forças e os movimentos coletivos e desperta as energias extraordinárias entre os que aí vivem e ficam sob a influência civilizadora. (TEIXEIRA, 1973, p. 79-80).

O relatório de Armando Augusto de Godoi constitui-se como um dos primeiros registros documentais que associam a imagem de Goiânia a uma cidade moderna. Esta seria, de acordo com a sua concepção, um centro de trabalho e uma verdadeira escola, onde o homem poderia desenvolver e aperfeiçoar as suas potencialidades. Ao educar as massas populares e se

⁸ Em 1938, o distrito de Ubatã foi anexado ao município de Campo Formoso (atual Orizona), por meio do Decreto estadual nº 1.233. A esse respeito, consultar o site do IBGE, disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=521530#>> Acesso em: 29 out. 2011.

apresentar como uma poderosa fonte de energia e de inspiração social, a cidade moderna cumpriria, segundo Godoi, uma importante missão civilizadora, que conduziria a humanidade em sua evolução social rumo ao progresso. Com base nesse discurso, a construção da nova capital seria responsável pela redenção do Estado em todos os aspectos. Nesse sentido, pode-se afirmar, em conformidade com Oliveira (2004, p. 140), que os argumentos do urbanista “de que a cidade moderna resolveria o atraso do estado foi apropriado pelos mudancistas para justificar a transferência da capital”.

Apoiado nessa premissa, Pedro Ludovico considerava que a Cidade de Goiás havia se tornado um obstáculo a ser superado, visto que não conseguia nem mesmo promover o seu próprio desenvolvimento. Isto foi apontado no relatório do interventor, mediante apresentação de dados estatísticos com relação ao baixo índice de construções e à inexpressiva demografia da cidade (SABINO JÚNIOR, 1980, p. 173).

Deste modo, não havia outra solução. A antiga Vila Boa de Goiás, mal localizada, entrincheirada entre serras e vales de acentuadas depressões e distante das regiões mais dinâmicas do Estado, não oferecia as mínimas condições de promover a tão acalentada marcha em direção ao progresso.

Além disso, Pedro Ludovico utilizou o seu saber médico para diagnosticar a Cidade de Goiás como um doente incurável e em estado terminal. Conforme explica Francisco Itami Campos (2002, p. 174), “a base da crítica foi dada pelo que se chamou de argumento sanitário”, cujos pontos principais se encontram nesse mesmo relatório de 1930-1933, endereçado ao chefe do governo provisório. No documento, a antiga Vila Boa foi atacada quanto aos aspectos de seu clima, considerado inóspito; topografia irregular; rede de esgotos e de abastecimento de água praticamente inexistente. Enfim, um ambiente hostil e insalubre, somado a uma estrutura velha e inadequada, o que indicava o seu atestado de óbito como sede administrativa do Estado.

Para o chefe do governo goiano, a cidade carregava os rótulos da *decadência* e do *atraso*, expressos não apenas na sua estrutura física, como também nos vícios e nos costumes considerados *arcaicos* de seu povo. Diante disso, em seu relatório ele questiona:

Como poderia dirigir e acionar o desenvolvimento do colossal território goiano, uma cidade como Goiás, isolada, trancada pela tradição e pelas próprias condições topográficas ao progresso, e que em meio século não dá um passo para frente, não se mexe, não se remoça, não resolve um só dos seus problemas? (SABINO JÚNIOR, 1980, p. 172)

Para os novos dirigentes que ascenderam ao poder em 1930, negar o passado e romper com a tradição tornou-se importante para propugnar um novo tempo e anunciar a chegada do progresso e da modernidade em Goiás. A construção desse discurso foi operada de forma sistemática pelos novos políticos e se reproduziu na documentação oficial e nos veículos de imprensa sob seu controle.

Em 27 de outubro de 1933, por exemplo, o *Correio Oficial* publicou o discurso de Pedro Ludovico durante o lançamento da pedra fundamental de Goiânia. Segundo Monteiro (1938, p. 88), em seu trecho inicial, o interventor assim se expressou:

A seleta assistência que me ouve não ignora que esta obra de grande vulto, cujo início hoje se registra, é o *pivot*, o projeto grandioso da minha administração, a que dei todo o vigor do meu querer, toda a força do meu idealismo, rompendo com a tradição e com a rotina, todo o entusiasmo proveniente de uma Idéa sadia e que, por si mesma, se impõe.

Em um momento tão significativo quanto foi o lançamento da pedra fundamental da nova capital, Pedro Ludovico assinalou ter rompido com a tradição e com a rotina ao idealizar o grandioso projeto da sua administração. Da ideia para a prática, do projeto no papel para o canteiro de obras, nove anos após a fundação da cidade, Pedro Ludovico proclamou o acerto de sua decisão. Durante a cerimônia de inauguração oficial de Goiânia, em 5 de julho de 1942, data do batismo cultural da cidade, ele pronunciou as seguintes palavras:

Goiânia apareceu com um objeto de oxigenamento e progresso para Goiás. Surgiu como um farol para iluminar o Estado. A velha terra de Anhanguera precisava ser abalada por qualquer acontecimento que a fizesse lembrada e que a fizesse vibrar. Vivia sob tal modorra, sob tal apatia, que dava a impressão que vivia de cócoras. – ‘Tudo pequenino, vazio, rotina, burocracia’ – como dizia Benedito Silva. Goiânia foi o

estímulo, e excitante, o choque que obrigou o nababesco paquiderme a levantar-se. (PIMENTA NETTO, 1993, p. 41).

Nesses relatos, observa-se que, para o governo constituído, a base do discurso mudancista preconizava que era necessário negar a tradição e romper com o passado. Para isso, os elementos utilizados foram pintados com cores negativas, mediante a atribuição de características que remetem à ideia da mesmice, da rotina, do marasmo, da preguiça. Enfim, tratava-se de um tempo que precisava ser superado.

A construção de uma nova capital se afigurava como a quebra dessa rotina e, conseqüentemente, a ruptura com a *tradição* e com o passado considerado *retrógrado*, *decadente* e *atrasado*, na concepção dos signatários da mudança.

Desse modo, Goiânia surgiu no discurso de seu idealizador e dos adeptos da transferência da capital como o símbolo do *progresso* e do *desenvolvimento*, do *novo* e do *moderno*, e do avanço do estado em direção a um novo Goiás, conforme afirmou Matna Nago, redator da *Revista Oeste*, em 1943:

A fundação de Goiânia representa para Goiaz verdadeira revolução social. Goiânia foi nossa revolução político-administrativa: – morte de oligarquias, extermínio de familiocracias, organização de uma nova elite, finalmente, um Goiaz – novo. (REVISTA OESTE, 2001, p. 209).⁹

Da mesma forma, para a elite política e intelectual de Goiás da época, antenada à ideologia desenvolvimentista do Estado Novo, Goiânia significou a concretização desse ideal de desenvolvimento e progresso no coração do sertão. A nova capital simbolizou, para muitos deles, não apenas um Goiás novo, mas também um Brasil novo, como sinalizou Paulo Augusto Figueiredo, intelectual e ideólogo do Estado Novo em Goiás. Em seu artigo intitulado *Variações em torno de Goiânia*, publicado em 1943, na *Revista Oeste*, da qual foi redator, Figueiredo expressou essa opinião ao fazer a seguinte afirmação:

⁹ Reedição integral fac-similar virtual (Agepel, 2001).

Goiânia é como que a própria expressão, em termos urbanísticos, do Brasil Novo, do Brasil que se redescobriu, do Brasil unificado num só corpo e num só espírito, do Brasil que coordenou tôdas as nossas fôrças, orientando-as para fins altos e nobres, do Brasil que se ergueu do 'berço esplêndido' e começou, já, a cavalgada da glória. (REVISTA OESTE, 2001, p. 197-198).

A proposta de apresentar Goiânia como a síntese de um Brasil novo foi disseminada por políticos e intelectuais durante a vigência do Estado Novo, em Goiás. Isso sugere uma sintonia do governo goiano com a política varguista de Marcha para Oeste. Sob a bandeira do nacionalismo desenvolvimentista, propagou-se um discurso que pretendia integrar o Brasil num só corpo harmonioso e que revelaria todas as suas potencialidades. A saída estava na interiorização do país, rumo ao oeste, com o objetivo de unir o litoral ao sertão e despertar o Brasil para a modernidade. Para Paulo Figueiredo, Goiânia representou a síntese desse projeto:

Dentro das circunstâncias determinantes da nova República, a conquista do Brasil pelo Brasil, isto é, a marcha para oeste, era um intuito inicial, um propósito básico. E Goiânia foi a manifestação prática desse movimento profundo da nacionalidade. A história apresentou a oportunidade, era só o homem aproveitá-la. O homem surgiu, aproveitou a oportunidade e criou Goiânia. A história possibilitou Goiânia; e Goiânia vai modificar o curso da história. (REVISTA OESTE, 2001, p. 198).

O surgimento de Goiânia revestiu-se de um sentido histórico que, para Figueiredo, mudaria não apenas o destino de Goiás, mas do Brasil. Ao promover o equilíbrio entre as diversas regiões e diminuir as profundas desigualdades sociais do país, a cidade cumpriria a missão civilizadora para a qual estava destinada (REVISTA OESTE, 2001, p. 198).

Para Venerando de Freitas Borges, primeiro prefeito da nova capital, a cidade foi um misto entre a realidade e promessa a ser concretizada no futuro. Realidade, pela certeza que a viu nascer, tornar-se capital e ser inaugurada. Tudo Isso, representou para ele um marco histórico.

Goiânia é um capítulo, o mais importante, da história de minha terra. Põe à prova a energia de um cérebro, consubstancia o anseio de um povo e retrata a larga visão de um estadista. No deslumbramento de sua evolução, constitui um assombro e um milagre realizado em pleno sertão, no Coração da Pátria. Assinala uma epopéia sublime e é um ponto isolado e destacado na vida de Goiás. É o marco que separa dois períodos históricos: – o da estagnação e o da ascensão, daquele só restarão ruínas, e deste, como iluminuras estonteantes, Goiânia atestará a grandeza e o apogeu. (PIMENTA NETTO, 1993, p. 47).

A promessa baseava-se em uma imagem idealizada do que a cidade se tornaria para ele no futuro:

Rangem as engrenagens. Sobe o fumo pelo ventre enorme das chaminés. Resfolgam possantes vapores. Estridulam sirenas e apitos. Deslisam, pelo asfalto negro, automóveis inúmeros. Máquinas voadoras cortam o espaço em todos os sentidos, descrevendo evoluções incríveis. Nas escolas, nas academias, a mocidade festiva e esperançosa, prepara-se para os embates da vida. Nos cafés, nos teatros, nos casinos, nos jardins, nos parques e nas longas avenidas, a mesma intensidade de vida, o mesmo entusiasmo. É a vertigem do progresso. É o trabalho cantando o seu hino. (PIMENTA NETTO, 1993, p. 47).

Em julho de 1942, quando Venerando proferiu essas palavras durante a inauguração da cidade, Goiânia não era a metrópole futurística idealizada por ele. Isso indica, novamente, a constante recorrência de uma imagem estilizada e superestimada de progresso em relação à nova capital e que alimentou, em contrapartida, a tentativa de desqualificação da antiga sede do governo.

Reafirma-se, nesse sentido, a concepção defendida por Chaul (1997, p. 176), segundo a qual os signatários de 1930 utilizaram a ideia de representação da modernidade como instrumento de legitimação de poder. Conforme Campos (2002, p. 182), a ideia de mudar a capital do Estado foi utilizada por Pedro Ludovico como uma estratégia de permanência no poder.

Assim, para os idealizadores da cidade, transformar Goiânia no ícone da modernidade e do progresso em meio ao sertão significou a oportunidade de servir-se de uma eficiente estratégia de afirmação política no conturbado cenário sociopolítico pós-1930. Isso não quer dizer que os elementos e símbolos representativos do mundo moderno não integraram o processo de edificação da cidade. Nem tampouco, que a construção da nova capital não

tenha introduzido as bases para o avanço do Estado nas décadas seguintes. Antes disso, estes aspectos, somados ao crescimento de alguns indicadores socioeconômicos da época, contribuíram para forjar o discurso da construção de Goiânia como um marco divisor de águas na história de Goiás.

Algumas pesquisas publicadas sobre a construção de Goiânia, por autores que viveram na cidade nesse período, reproduziram o discurso do surgimento da nova capital como o marco de um novo tempo em suas análises. A primeira obra a enveredar por esse caminho foi lançada por Ofélia Sócrates do Nascimento Monteiro. Em 1938, ela publicou *Como nasceu Goiânia*, considerada na época, uma pesquisa pioneira sobre esse tema. Em sua análise sobre a origem da cidade, a autora projetou uma imagem idealizada de Goiânia e de seu fundador. Ao narrar, por exemplo, a cerimônia de lançamento da pedra fundamental, ela comenta:

Enfim, raiou o dia 24 de outubro de 1933, o maior e mais festivo dia que o Estado de Goiaz já teve em sua historia. Nessa historica manhã, nos altiplanos de Campinas, foi lançada a primeira pedra da cidade que irá á poetica e lendária Goiaz a sua corôa de rainha. E goianos de varios pontos do Estado, assistiram, entusiasmados, ao nascimento de Goiânia, a chave do progresso e da gloria de Goiaz. (MONTEIRO, 1938, p. 86).

Ao propalar o nascimento de Goiânia como a “chave do progresso e glória de Goiás”, Monteiro (1938, p. 86) demonstrou ter assimilado o discurso modernista difundido por Pedro Ludovico e pelos partidários da mudança da capital. Seguindo essa tendência, outras pesquisas foram produzidas posteriormente. A maioria expressava a ideia do surgimento de Goiânia como o início da redenção de Goiás. Em algumas dessas obras, Goiânia foi retratada como uma cidade cujo crescimento apresentava um ritmo acelerado.

Sabino Júnior (1980, p. 37),¹⁰ por exemplo, elencou alguns dos principais empreendimentos da cidade no início da década de 1940. Segundo ele:

Em julho de 1942, Goiânia possuía: 910 veículos, 17.078 h, 5 hospitais, 110 estabelecimentos industriais, 298 firmas comerciais, 3 bancos, 6 jornais e revistas, 1 Rádio, 1 Tiro de

¹⁰ Ao levantar essas informações, Sabino Júnior (1980) não especificou a procedência dos dados, o que leva a supor que alguns deles podem ter sido superestimados.

Guerra, 1 Faculdade de Direito, 1 Escola de Comércio, 4 estabelecimentos secundários, 1 Escola Técnica, 33 Escolas Primárias, 2 Cursos Normais, 1 Escola de Enfermagem, 1 Escola de Assistência Social, 4 casas de diversões, 1 Escola de Aviação e 3.479 habitações.

O autor destacou, ainda, o avanço dos índices demográficos e orçamentários do município e do estado com base na edificação de Goiânia. Ao apresentar esses dados, Sabino Júnior associou essas informações com os principais eventos de fundação de Goiânia.¹¹ Ao que tudo indica, o mesmo desejava assinalar com isso o impacto imediato acarretado pela construção de Goiânia nas finanças e no crescimento populacional, tanto da cidade como do Estado. A seu ver, portanto, a nova capital promoveu o “verdadeiro renascimento de Goiás” e, pela “função civilizadora” que o destino lhe reservou, ela representou “o marco de uma nova etapa histórica” (SABINO JÚNIOR, 1980, p. 21-22).

Em 1969, Pimenta Netto também publicou um trabalho referente às primeiras décadas de Goiânia. Em seus *Anais do Batismo Cultural de Goiânia*, o autor fez um relato bastante detalhado e rico em documentos sobre a inauguração oficial da cidade, em julho de 1942. O cenário apresentado por ele gira em torno de uma atmosfera de aura, otimismo e empolgação sobre a cidade que nascia, bem como de exaltação em relação à figura de Pedro Ludovico.

Da mesma forma, Jaime Câmara (1979) descreveu, em sua obra *Os tempos da mudança*, os bastidores políticos que envolveram a construção de Goiânia. Os embates entre mudancistas e antimudancistas ganharam contornos ao longo do livro, revelando as disputas de poder e intrigas de ambos os lados, além da angústia dos moradores da Cidade de Goiás diante da inevitável decisão da mudança da capital.

Para esses autores, a cidade que surgiu no vazio do sertão ao lado da centenária Campinas foi resultado de um verdadeiro milagre realizado pelas mãos predestinadas de Pedro Ludovico. Este, ao superar os obstáculos e os entraves impostos pelos adversários da mudança, teria libertado o Estado das correntes que o prendiam a um passado *retrógrado, decadente e tradicional*.

¹¹ São eles a fundação da cidade, em 1933, a transferência da capital, em 1937, e o batismo cultural, em 1942.

Na visão de mundo desses autores, com a construção de Goiânia, o progresso, enfim, havia chegado e junto com ele a esperança, o otimismo e o entusiasmo tomavam conta das pessoas.

No compasso desse discurso, Palacín (1976, p. 98) afirmou que “a construção de Goiânia marcou o início de uma nova época no desenvolvimento de Goiás”. Para o autor, durante quase duas décadas após o surgimento da cidade, a economia do Estado se desenvolveu vigorosamente, principalmente nos setores de serviços e de agropecuária. Além disso, com a imigração, o crescimento da população tornou-se constante. As comunicações com o restante do país se dinamizaram e o nome de Goiás passou a ser mais divulgado no cenário nacional. Outro fator considerado marcante em seus estudos diz respeito à “psicologia social”. Por esse aspecto, Palacín lembra que, após quase dois séculos de lamúria e depressão, a construção de Goiânia devolveu a esperança e a confiança aos goianos, revigorando assim a “fé de todos nos destinos de Goiás”, como havia antecipado Pedro Ludovico, na década de 1930 (Palacín, 1976, p. 99).¹²

Servindo-se dessas argumentações e influenciado pelo arcabouço ideológico do discurso mudancista, Palacín (1976) construiu os pilares de uma historiografia regional que sedimentou a ideia do surgimento de Goiânia como símbolo de uma nova era, em Goiás. Considerando a abrangência desse pensamento nas pesquisas e produções posteriores, Oliveira (2004, p. 151) afirma que “as obras acadêmicas absorveram vários pressupostos dos mudancistas sobre a cidade de Goiânia”.

De fato, a nova capital foi concebida no discurso de seus idealizadores, bem como na narrativa historiográfica clássica, como o marco que representou uma ruptura com o passado, sinônimo do *isolamento* e do *atraso*. Assim, em contraposição a ele e a tudo que era considerado *velho*, *tradicional*, *primitivo*, e *decadente*, Goiânia surgiu como o símbolo do *novo*, do *moderno* e desenvolvido.

¹² A concepção descrita acima contribuiu para que muitos pesquisadores analisassem a construção de Goiânia a partir de uma dimensão utópica. A esse respeito, consultar Carvalho (2002).

1.2 A representação de modernidade no imaginário da nova capital

Antes de investigar como se deu a interação entre alguns dos diversos elementos da tradição e da modernidade no contexto da construção e consolidação de Goiânia, averigua-se, primeiramente, até que ponto a imagem da cidade, associada às representações do progresso e da modernidade, se difundiu em alguns segmentos da sociedade, no transcurso das décadas de 1930 e 1940. Para tanto, o conceito de imaginário foi utilizado na pesquisa, com o intuito de captar as diferentes leituras e visões que os sujeitos sociais têm do espaço urbano que ocupam.

Segundo Barros (2004, p. 91), a dimensão do imaginário abarca, essencialmente, “as imagens produzidas por uma sociedade, mas não apenas imagens visuais, como também imagens verbais e, em última instância, as imagens mentais”, conferindo-lhe o *status* de uma realidade tão autêntica quanto aquilo que se denomina “vida concreta”. Para o autor, o conjunto dessas imagens, incorporadas aos diferentes tipos de sistemas simbólicos produzidos pelos homens, fornece instrumentos eficientes para a compreensão da vida social, bem como evidencia a sua interferência e atuação na construção das diversas formas de representações.

Swain (1994, p. 48-49), por sua vez, considera que “o imaginário trabalha um horizonte psíquico habitado por representações e imagens canalizadoras de afetos, desejos, emoções, esperanças, emulações”. Esse imaginário permeia todo o tecido social e atua, em suas mais diferentes linguagens, “como um vigoroso caudal que atravessa obliquamente as formações sociais, penetrando todos seus meandros.” A autora destaca que a vida social se edifica não apenas com base nos bens materiais, mas pela produção de bens simbólicos e imateriais pertencentes ao universo de representações dos indivíduos. Esses componentes simbólicos se manifestam no processo de comunicação por meio dos diferentes tipos de “linguagens, discursos, textos imagéticos, iconográficos, impressos, orais, gestuais, etc.” (SWAIN, 1994, p. 46).

Para Laplantine e Trindade (2008, p. 8), “o imaginário faz parte da representação como tradução mental de uma realidade exterior percebida”.

Essas representações imaginárias não se limitam, contudo, a um processo meramente intelectual, ou cognitivo, pois se revestem de afetividades, emoções criadoras e poéticas que exercem um papel fundamental na reconstrução e transformação do real.

Bronislaw Baczko (1985), ao deslindar os conceitos de imaginário e imaginação afirma que, em virtude do caráter polissêmico desses dois termos, suas definições não podem ser consideradas definitivas. Isso porque, cada sociedade carrega consigo uma ideia do que é a imaginação, ou, pelo menos, daquilo que deveria ser. Em outras palavras, “todas as épocas têm as suas modalidades específicas de imaginar, reproduzir e renovar o imaginário, assim como possuem modalidades específicas de acreditar, sentir e pensar” (BACZKO, 1985, p. 309). Para o autor, a inserção do adjetivo “social” ao conceito de imaginário, não lhe confere maiores precisões e designa um duplo fenômeno:

Por um lado, trata-se da orientação da actividade imaginativa em direção ao social, isto é, a produção de representações da ‘ordem social’, dos actores sociais e das suas relações recíprocas (hierarquia, dominação, obediência, conflito, etc.), bem como das instituições sociais, em particular as que dizem respeito ao exercício do poder, as imagens do ‘chefe’, etc. Por outro lado, o mesmo adjetivo designa a participação da actividade imaginativa individual num fenómeno colectivo. (BACZKO, 1985, p. 309).

O imaginário social constitui-se, segundo Baczko, como um dos pontos de referência pelos quais os indivíduos percebem a si próprios e aos outros. Desse modo, os indivíduos elaboram suas identidades forjando as imagens da coletividade como um todo e exercendo, assim, importância preponderante como uma das forças reguladoras da vida coletiva, sobretudo do exercício da autoridade e do poder. Os elementos formadores do imaginário, “fazem parte de sistemas complexos e compósitos, tais como, nomeadamente, os mitos, as religiões, as utopias e as ideologias” (BACZKO, 1985, p. 312). Para o autor, esses bens simbólicos que subsistem em toda a sociedade são preciosos e importantes. Por esse motivo, a sua posse e domínio sempre foram objetos de lutas e conflitos sociais. Todavia, para garantir essa dominação simbólica, torna-se imprescindível o controle dos mecanismos pelos quais o imaginário

social se propaga. É dessa forma, como salienta Baczko (1985, p. 313), “que qualquer poder procura desempenhar um papel privilegiado na emissão dos discursos que veiculam imaginários sociais, do mesmo modo que tenta conservar um certo controle sobre os seus circuitos de difusão”.

Para Baczko, no cerne dessas disputas pelo controle e manipulação do imaginário social se encontra a questão da legitimidade do poder. A esse respeito, o autor esclarece que todo o poder se impõe como poderoso e legítimo. O processo de construção e manutenção dessa legitimidade depende, em grande parte, do imaginário social. Este, torna-se alvo de conflitos e lutas por parte do poder estabelecido. Em épocas de crise e disputa de poder entre grupos divergentes, por exemplo, a produção de imaginários sociais concorrentes e antagônicos se acentua. Com isso, surgem e se proliferam representações portadoras de uma nova legitimidade e de um futuro diferente (BACZKO, 1985, p. 310).

Muitos aspectos relacionados à forma como se operou o discurso de modernidade e de ruptura com a tradição, no contexto da construção e consolidação de Goiânia, podem ser compreendidos com base nessas disputas pela apropriação e controle do imaginário social. Nesse cenário, os novos setores políticos encastelados no poder político em Goiás, a partir de 1930, forjaram uma imagem desvalorizada dos grupos oligárquicos ligados à antiga capital, procurando com isso suprimir a sua legitimidade. Com esse intuito, utilizaram como estratégia a montagem de um projeto que buscava, na representação de modernidade, legitimar sua ascensão ao poder. A construção de Goiânia representava a consolidação desse projeto. Em todas as suas etapas, a cidade foi apresentada como um marco divisor de águas na história goiana. A construção dessa imagem foi difundida de forma sistemática pelos partidários da mudança da nova capital.

Para tanto, a utilização do discurso ideológico do progresso nos eventos de fundação e consolidação de Goiânia, bem como a sua difusão por meio das campanhas publicitárias patrocinadas pelo governo, se constituiu como uma das técnicas mais eficientes de controle do imaginário coletivo goianiense, em torno do qual tentou-se criar a ilusão de uma cidade moderna e sem contradições.

Contudo, ao se considerar, tal como Swain (1994, p. 51), que “todo poder engendra formas de resistência, e um contra-imaginário está sempre presente”, torna-se importante investigar, por outras fontes, que tipo de imagem os segmentos sociais elaboraram em relação às origens da nova capital. A ampliação do leque de instrumentos e procedimentos de pesquisa apresentase, dessa forma, como peça indispensável para a compreensão das redes de sentido que compõem o imaginário social, em uma perspectiva mais abrangente.

Entre esses recursos, os registros de memórias contribuem para a desconstrução da imagem sobre a gênese de Goiânia, apenas pela ótica da modernidade, revelando assim as contradições, ambiguidades e divergências de olhares dos diferentes grupos sociais sobre a cidade. Ao optar pela utilização de relatos e testemunhos de alguns pioneiros que viveram e trabalharam na nova capital, a partir da década de 1930, foi possível delinear alguns traços e elementos preservados na memória coletiva goianiense, sobre as origens da cidade.

O conceito de “memória coletiva” foi utilizado por Halbwachs (1990) para delimitar os mecanismos pelos quais a mente humana estrutura e organiza as suas lembranças e recordações. Para o autor, a memória é constituída coletiva e socialmente. Em suas palavras, “nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos” (HALBWACHS, 1990, p. 26).

Pollak (1989, p. 03-04) alerta sobre o caráter destruidor, uniformizador e opressor que a memória coletiva pode assumir quando cooptada pelas estruturas de poder, forjando, assim, uma “memória oficial”, a qual trabalha e atua em prol dos grupos sociais dominantes. Em contrapartida, para o autor, subsiste em meio aos grupos dominados e minorias marginalizadas uma “memória subterrânea” (POLLAK, 1989, p. 04). Em seus escombros, ela conserva lembranças, imagens e correntes de pensamentos dissidentes que os grupos dominantes jamais conseguem controlar perfeitamente. Segundo o autor, em certas conjunturas históricas essa memória emerge pelas vozes de suas testemunhas.

No contexto do surgimento de Goiânia ocorre um embate de memórias, em torno do qual a imagem da cidade se forjou. Se, por um lado, o discurso de modernidade encontrou ressonância nos relatos de alguns pioneiros, por outro é possível verificar uma discrepância em relação a esse discurso.

Em seu livro de memórias, *A saga dos pioneiros*, Armênia Pinto de Souza faz um minucioso relato dos primeiros anos em que viveu em Goiânia, a partir de 1936, quando se transferiu para a nova cidade juntamente com o esposo, Públio de Souza, militar de prestígio que ocupou funções de destaque em Goiás. Em seu depoimento, Goiânia é apresentada como uma cidade em transformação, cujas dificuldades dos primeiros anos eram diversas, tais como: falta de energia elétrica e água encanada; meio de transporte precário; falta de alimentos; isolamento entre a vizinhança em virtude das poucas construções; falta de opções de divertimento e lazer etc.

Apesar de todas as dificuldades havia, segundo Souza (1997), um clima de paz e tranquilidade nesses primeiros anos, o que tornava o ambiente de Goiânia agradável e aconchegante. Paralelo a isso, a cidade crescia em ritmo acelerado. O Grande Hotel impressionava os moradores pela sua imponência e luxuosidade. Era um lugar bastante frequentado por personalidades, hóspedes e visitantes ilustres. De frente a ele e, posteriormente, em outros pontos de Goiânia, a juventude da época realizava o *footing*, prática em que “moças e rapazes desfilavam sua elegância, antes ou depois das sessões de cinema” (SOUZA, 1997, p. 83). O Automóvel Clube, denominado depois Jóquei Clube, se destacava pela sua arquitetura e funcionalidade.

Souza relata, ainda, que a Goiânia dos primeiros tempos contava com um pequeno aeroporto, onde desceu o primeiro avião da VASP. Esse foi um acontecimento notável e relevante para a época. O Lago das Rosas, inaugurado no final da década de 1930, constituiu-se em um dos principais pontos de lazer e diversão. Pela sua beleza e exuberância, era considerado como um verdadeiro cartão postal da nova capital. Por tudo isso, em suas considerações Souza (1997, p. 27) conclui:

O desenvolvimento da cidade era patente e a pujança e a força da vida de Goiânia faziam com que todos acreditassem cada

vez mais nela e no seu grande destino! Nada mais poderia deter esse progresso, que aquecia o coração de cada cidadão, empenhado, hoje, mais do que nunca em ajudar sua terra.

Essa imagem de uma cidade promissora e destinada ao progresso foi idealizada por outros pioneiros. Em entrevista publicada no dossiê *Memórias Goianienses* (1986, p. 22), Bernardo Élis descreve as suas primeiras impressões de Goiânia:

No começo, Goiânia era formidável. Não havia como nas demais cidades pessoas ou famílias privilegiadas. [...] Para coroar havia o enorme entusiasmo, o imenso orgulho das pessoas que aqui trabalhavam e viviam, para quem Goiânia já era uma empresa vitoriosa e uma cidade plenamente realizada. Mas isso não era verdade e Goiânia era simplesmente um enorme acampamento sem água, sem luz e sem esgoto, onde um quarto para morar era difícil de encontrar [...] De qualquer maneira, a vida em Goiânia era melhor e oferecia perspectiva de progresso que em Goiás não existia.

Como se observa, o depoimento de Bernardo Élis se assemelha ao ideal de cidade vislumbrado por Souza (1997). Ambos são capazes de enxergar, em meio às forças desestabilizadoras de uma cidade que ainda se erguia, a perspectiva de um progresso que o povo goiano jamais havia experimentado. Para Eugênio Rezende de Carvalho (2002), a historiografia tradicional que trata do tema da fundação de Goiânia, associou essa perspectiva de progresso à ideia de utopia.

Para o autor, essa concepção utópica difundida em algumas pesquisas sobre a construção de Goiânia, não seria a de um ideal abstrato e inatingível, mas sim uma possibilidade real e concreta. Contudo, ao refletir sobre essa suposta tendência social com relação à ideia de utopia, Carvalho questiona a sua real dimensão e alcance em meio à sociedade. Diante da ausência de pesquisas com respostas para esta questão, ele afirma que “essa utopia esteve sim bastante restrita ao ideário do principal responsável pela fundação da nova capital, Pedro Ludovico”, o que, em sua opinião, “não diminui o mérito da análise e compreensão dos componentes utópicos do seu discurso” (CARVALHO, 2002, p. 164).

Em uma das entrevistas do dossiê *Memória Cultural: ensaios da história de um povo*, realizadas com alguns pioneiros de Goiânia, Adolfo Boari

– pedreiro que chegou à cidade em 1940 – revela um olhar divergente em relação a essa concepção utópica da nova capital.

A avenida Goiás era pura macega e capim. Tinha uma estrada de um lado e outra de outro. Tinha um prédio na esquina da rua 61 com a Av. Goiás. Não tinha mais nada. Onde está a Estrada de Ferro era tudo um cerradão grande. A cidade foi feita mesmo de cinquenta para cá [...] Campinas era uma coisa horrível. Tinha lama ali para jogar fora [...] Aqui era horrível. Você ia de uma esquina para outra e não tinha nada. (MEMÓRIA CULTURAL, 1985, p. 16-17).

Como se nota, a imagem de Boari sobre Goiânia não é aquela de uma cidade que crescia e se desenvolvia rapidamente como relatou Armênia de Souza. O cenário descrito em suas palavras é de uma cidade que, até o início da década de 1950, era quase deserta, com mato e lama por toda parte, tornando-a *horrível* de se viver. Assim, não se percebe em seu depoimento um sentimento de “imenso orgulho” e “enorme entusiasmo” com a capital, como descreveu Bernardo Élis (MEMÓRIAS GOIANIENSES, 1986, p. 22) ao se referir às pessoas que viviam e trabalhavam em Goiânia. Além disso, para ele, havia uma espécie de barreira social separando os diversos segmentos, principalmente o dos operários em relação aos grupos mais abastados.

(Entrevistador) – Eu li um texto, onde uma pessoa disse que Goiânia era uma cidade onde não havia muros e ninguém era diferente de ninguém. Isto é verdade?

(Adolfo Boari) – Não, essa diferença sempre teve. Ficava cada um na sua classe. Nunca misturou, nem na qualidade da roupa, nem na cultura, nem em nada.

(Entrevistador) – E as festas aqui? Haveria um certo tipo de pessoas que freqüentavam essas festas?

(Adolfo Boari) – Eram os maiores, os doutores, funcionários públicos de grau, operário ficava pelas beiradas. As festas não eram pra operário. Operário é para fazer força.

(MEMÓRIA CULTURAL, 1985, p. 19).

Para Boari, havia uma atmosfera de desigualdades econômicas e culturais que separava dois mundos distintos. De um lado, os operários e trabalhadores com menor qualificação, cujas dificuldades e percalços com relação à habitação, aos meios de transporte, ao lazer, à assistência médica, à alimentação etc. impediam que desfrutassem de melhores condições de vida.

De outro, uma elite de políticos, funcionários públicos de alto escalão, comerciantes bem-sucedidos etc., que possuíam uma vida social agitada e gozavam de maiores privilégios.

Para Genilda D’Arc Bernardes (2009), a gênese desse processo de segregação social teve início com o crescente fluxo de pessoas que migraram para a cidade em busca de trabalho a partir da década de 1930. Segundo a autora, como o espaço planejado para a cidade não previa em seu plano original uma área delimitada para abrigar os operários da construção civil, estes foram aos poucos se estabelecendo na margem direita do córrego Botafogo, em pequenos ranchos de pau-a-pique, palha e capim, conforme se observa na imagem abaixo.

Imagem 1



Ranchos construídos às margens do córrego Botafogo, 1936. Alois Feichtenberger. Goiânia, GO. Museu da Imagem e do Som (MIS-GO).

Como se nota, essas primeiras habitações eram construções rústicas e bastante improvisadas e deram origem aos primeiros bairros operários de Goiânia, como, por exemplo, a Vila Nova. Neste local, Mattos (2008, p. 51) elucida que ocorreram duas formas diferenciadas de apropriação:

Uma conduzida pelo próprio Estado que, em 1933, construiu um alojamento às margens do córrego Botafogo para os

operários da construção civil, e a outra levada a cabo, de forma espontânea pelos próprios migrantes, que se estabeleceram, de forma ilegal, em terras públicas, formando a primeira invasão de Goiânia.

De acordo com Bernardes (2009, p. 43), a qualidade de vida desses alojamentos era muito ruim: “com péssimas condições de higiene, camas feitas de forquilhas e tábuas, instaladas próximas uma das outras, favorecendo a proliferação de doenças, piolhos, pulgas, muriçocas e outros insetos”. Na descrição feita pela autora, verifica-se, deste modo, uma disparidade entre o discurso de modernidade e aquilo que se observa na prática, por meio do cotidiano de vida dessas pessoas.

Com relação às condições de trabalho, os constantes atrasos no pagamento e os baixos vencimentos, obrigaram alguns desses operários a vender seus salários. Para Campos (1980, p. 06), isso se deu pelo chamado sistema de vales, “uma espécie de dinheiro com que o Estado pagava aos trabalhadores e que circulava na cidade (e em Campinas), sendo recebido pelos comerciantes com desconto de 20, 30 e até 40 por cento, devendo depois ser resgatado pela Diretoria da Fazenda Estadual”. Essa prática contribuiu para agravar a situação desses trabalhadores, despertando entre eles uma crescente revolta e indignação. Nesse período, houve um movimento crescente de agitação do operariado, cujo resultado desencadeou a deflagração de algumas greves entre os anos de 1934 e 1936 (CAMPOS, 1980, p. 05).

Para Pedro Ponchet Meireles, a vida de operário na nova capital era realmente muito difícil. Em seu relato, ele destaca alguns dos principais obstáculos enfrentados em Goiânia, quando chegou à cidade no final da década de 1930.

Viajei para Goiânia, convencido por uma propaganda que o Dr. Pedro Ludovico mandou publicar nos rádios. [...] Aí, procurei vir para Goiânia o mais rápido, e o serviço que encontrei para mim foi ser servente de pedreiro nas obras da capital de Goiás [...] Quando cheguei aqui, em 39, eu fiquei alojado na casa de uma pessoa que eu conheci no Piauí, ele ficou comigo e a patroa, na casa dele uns três meses, porque eu não podia alugar casa e nem tinha com o que comprar cama, nem utensílios de cozinha, nada. (MEMÓRIA CULTURAL, 1985, p. 146-147).

Assim como Meireles, muitos outros trabalhadores de várias partes do Brasil migraram para Goiânia, motivados pela notícia da construção da nova capital. O governo prometia facilidades para aquisição de lotes, empregos com boa remuneração e grandes possibilidades de prosperidade e enriquecimento. Ao chegarem à cidade, porém, encontraram uma realidade diferente daquela divulgada na imprensa.

Em seus testemunhos, as angústias, dores e sofrimentos passados por esses trabalhadores dão uma clara dimensão, que a modernidade idealizada pelos arautos de 1930 não fora planejada para todos. Ao recorrer à memória dos diversos personagens que compõem o tecido social goianiense, percebe-se, dessa forma, as diferentes imagens formuladas por esses indivíduos sobre a cidade.

As diferentes memórias produzidas sobre a construção da capital exemplificam o quanto as percepções sobre uma mesma localidade podem variar. Os diversos atores sociais que ocupam distintos lugares dentro do espaço da cidade possuem, conforme as suas condições sócio-econômicas, acessos diferenciados aos seus serviços e equipamentos urbanos, às suas instituições educacionais e de saúde, aos centros de consumo e lazer. Todos esses fatores geram muitas imagens sobre a cidade, bem como a construção de uma multiplicidade de representações sobre a mesma, algumas opostas entre si. (MATTOS, 2008, p. 48-49).

Diante das distintas imagens e percepções dos indivíduos em relação ao espaço, as quais são conservadas e transmitidas pelas lembranças acumuladas das coisas, torna-se importante, para o historiador, a tarefa de recuperar as vozes das testemunhas e junto com elas, uma página importante da nossa história.

No contexto da história de Goiânia, verificou-se durante muito tempo o silenciamento de uma parte da memória coletiva da cidade. Isso não impediu, contudo, que recentemente essa memória subterrânea emergisse por meio de trabalhos e produções científicas, cujos relatos e testemunhos foram adotados como uma importante ferramenta metodológica de pesquisa.

Para alguns pioneiros que se estabeleceram na capital, na segunda metade da década de 1930, havia um misto de frustração e perplexidade com a

cidade. Assim, Cerise Pinto Carramaschi, que mudou-se com a família de Belo Horizonte para Goiânia, em 1936, comenta:

Quando nós chegamos aqui, fomos para Campinas, pois Goiânia não oferecia o mínimo de conforto, não havia casa para morarmos. [...] Campinas, naquela época, era uma ilha rodeada de mato por todos os lados. [...] Goiânia nessa época só tinha dois prédios na Praça Cívica, um conjunto de casas na rua 7, o Grande Hotel e algumas casas esparsas no bairro Popular e poucas casas na av. Anhanguera. (MEMÓRIA CULTURAL, 1985, p. 68-70).

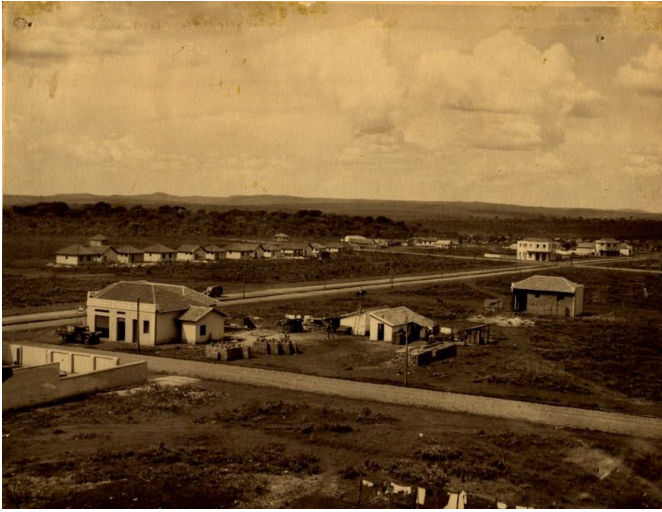
A imagem que Carramaschi guarda em sua memória sobre os primeiros tempos de Goiânia não é, como se percebe, de uma cidade promissora ou com grandes potencialidades e perspectivas de progresso. Antes disso, o quadro descrito em seu testemunho sugere uma capital, ainda em formação, lembrando mais um grande canteiro de obras inacabado.

Imagem 2



Edifícios públicos – Vista aérea. 1937. Antônio Pereira da Silva. Goiânia. Acervo do Museu de Imagem e Som (MIS-GO).

Imagem 3



Avenida Anhanguera, 1937. Autor desconhecido. Goiânia – GO. Acervo do Museu de Imagem e Som (MIS-GO).

Imagem 4



Edificações da Avenida Tocantins, 1937. Alois Feichtenberger. Goiânia – GO. Acervo do Museu de Imagem e Som (MIS-GO).

As ilustrações acima retratam a paisagem de alguns pontos da cidade no ano de 1937, data em que ocorreu a mudança definitiva da sede do governo por meio do *Decreto nº 1.816*, transformando Goiânia na nova capital do Estado (SABINO JÚNIOR, 1980, p. 246-247).

A imagem 2, apresenta uma vista aérea da Praça Cívica. Nela, apenas alguns prédios públicos haviam sido parcialmente construídos, entre os quais, o Palácio do Governo. O contraste dessas construções, em meio ao vazio do cerrado, indica que a capital goiana ainda estava distante de se constituir num grande centro urbano e econômico.

Nas imagens 3 e 4, essa mesma perspectiva pode ser observada, em função do pequeno número de edificações presentes nas Avenidas Anhanguera e Tocantins, planejadas para serem importantes vias de acesso no centro da cidade. Além disso, a carência de uma infraestrutura urbana básica é notória, como se verifica nas imagens. Isso se explica, pelo próprio fato da fundação de Goiânia ter ocorrido em 1933, quatro anos antes, portanto, em relação às construções ilustradas nessas fotografias.

O que chama a atenção, contudo, é que, mesmo nesse período, o governo mudancista tentava difundir uma imagem de progresso não compartilhada por alguns moradores e turistas. Para Rosarita Fleury, por exemplo, mesmo no ano de 1942, quando Goiânia já havia adquirido um feitiço citadino mais nítido, os contornos da cidade ainda lembravam uma paisagem agreste e de grandes vazios.

Por ocasião do batismo cultural de Goiânia, ocorrido em 5 de julho de 1942, Goiânia já oferecia jeito de lugar com ares de cidade. É fato que não havia, ainda, uma rua inteira construída. As casas erguiam-se aqui, ali, seguindo o traçado imposto pelo urbanista Atílio Correia Lima com ruas abertas e delineadas, deixando entre elas muitos lotes baldios ou desocupados, onde o capim crescia agreste, encobrendo reptis perigosos. Para diminuir as distâncias, abriam-se trilheiros logo palmilhados por todos. (MEMÓRIAS GOIANIENSES, 1986, p. 179).

Em suas recordações, Rosarita Fleury traz à tona os traços de Goiânia registrados em sua memória, tomando como referência a cerimônia de inauguração oficial da cidade em julho de 1942, durante o seu batismo cultural. Nessa data, o governo goiano apresentou a nova capital ao país como uma cidade consolidada, símbolo do progresso e da modernidade. Essa imagem, porém, conforme tem se observado nos relatos de vários pioneiros, não foi assimilada pelos diversos segmentos sociais que ocuparam e se estabeleceram na capital. Antes disso, para muitos desses grupos a cidade que

surgia não condizia com o modelo de uma metrópole moderna e plenamente desenvolvida, fato relatado por alguns turistas, no início da década de 1940.

Em artigo intitulado *Visão de Goiânia*, publicado na *Revista Oeste*, em julho de 1944, Brito Broca reclamava sobre esse fato:

Muitos turistas, mais irrefletidos e irrazoáveis, chegam a reclamar ônibus, bondes (etc.) [...] Reclama-se muito também contra a terra vermelha, essas nuvens de pó, que erguidas a todo momento pelos veículos, deixam em estado lastimável a roupa [...]. De fato, com exceção de duas ou três avenidas, o resto da cidade ainda não tem calçamento. (REVISTA OESTE, 2001, p. 695).

O artigo revela a indignação de Brito Broca quanto às reclamações e queixas dos turistas sobre Goiânia, principalmente sobre a falta de transportes, pavimentação e poeira excessiva. Nunca é demais lembrar que a *Revista Oeste* era um veículo de comunicação oficial do governo e, como tal, expressava e difundia a propaganda de uma cidade moderna e promissora. Essa publicidade era reforçada com uma intensa campanha de divulgação de Goiânia, em vários jornais do país, por parte do Departamento de Propaganda e Expansão Econômica de Goiás, coordenado à época pelo jornalista Joaquim Câmara Filho. Via de regra, esse órgão do governo apresentava a nova capital como um empreendimento grandioso e plenamente realizado. Daí o sentimento de desilusão que acometia boa parte dos turistas, alguns dos quais chegando até mesmo a debochar dos principais problemas da cidade, como fez Monteiro Lobato em sua passagem pela capital:

Goiânia, cidade linda,
que nos fascina e seduz
de dia não tem água
e de noite não tem luz...
(MEMÓRIA CULTURAL, 1985, p. 58).

Segundo Bernardo Élis, estes versos foram deixados por Monteiro Lobato na portaria do Grande Hotel, onde o escritor se hospedou quando visitou Goiânia em seus primeiros anos. Sua pretensão inicial era de ficar mais dias na capital. Contudo, ao se deparar com uma cidade com escassez de água, falta de luz, poeira e lama em excesso, retornou para São Paulo no dia

seguinte. Lobato teria feito, ainda, o seguinte comentário: “Então era isso que o Governo do Estado proclamava aos quatro cantos do mundo como o milagre da realização de um povo!” (MEMÓRIA CULTURAL, 1985, p. 58).

Nesse mesmo período, o famoso antropólogo Levi-Strauss esteve em Goiânia e registrou em seu livro, *Tristes Trópicos*, as suas impressões sobre a cidade:

Do dia para a noite, os jornais se cobriram de anúncios de página inteira. Anunciava-se a fundação da cidade de Goiânia; em torno de um plano pormenorizado, como se a cidade fôsse centenária, enumeravam-se as vantagens prometidas aos habitantes: limpeza pública, estrada de ferro, água e esgotos, cinemas. Se não me engano, houve mesmo, no início, em 1935-36, um período em que se oferecia terra como prêmio aos compradores que concordassem em pagar as despesas de escritura. Pois os notários e especuladores eram os primeiros ocupantes. (LÉVI-STRAUSS, 1957, p. 127-128).

Para o autor, as primeiras notícias que a imprensa nacional veiculou sobre a fundação da nova capital pareciam indicar a realização de um projeto grandioso e sem precedentes. Entretanto, ao chegar à cidade, Lévi-Strauss se mostrou bastante perplexo com a paisagem que encontrou:

Visitei Goiânia em 1937. Uma planície sem fim, que parecia, ao mesmo tempo, um terreno baldio, um campo de batalha, erichada de postes de eletricidade e de estacas de agrimensura, exibia uma centena de casas novas dispersas pelos quatro cantos do horizonte. A mais importante era o hotel, paralelepípedo em cimento, que, no meio dêsse achatamento, evocava uma aéro-estação ou um fortim; ter-se-lhe-ia aplicado de boa vontade a expressão "bastião da civilização", num sentido não mais figurado mas direto, que adquiria, com êsse uso, um valor singularmente irônico. Pois nada poderia ser tão bárbaro, tão inumano, quanta êsse empreendimento contra o deserto. Essa construção sem graça era o contrário de Goiás; nenhuma história, nenhuma duração, nenhum hábito havia saturado o seu vazio ou amenizado a sua rigidez; sentíamos ali como numa estação ou num hospital, sempre passageiros e jamais residentes. (LÉVI-STRAUSS, 1957, p. 128).

Sem dúvida, a descrição desoladora feita por Levi-Strauss sobre Goiânia se mostra demasiadamente exagerada em vários aspectos quanto ao seu teor, chegando, inclusive, a ser grosseiro e irônico em seus comentários.

Em que pese isso, a percepção que o antropólogo tem da capital também contradiz o discurso governista que alardeava aos quatro cantos a propaganda de uma cidade que crescia num ritmo dinâmico e acelerado.

Pelos relatos analisados até aqui, tornou-se possível verificar a discrepância com relação à forma como a imagem da cidade foi vista e percebida pelos agentes sociais inseridos no contexto do surgimento de Goiânia. Para alguns, o otimismo e a perspectiva de progresso eram maiores. Para outros, a concepção de uma capital moderna e desenvolvida não era tão evidente assim.

Compreende-se, assim, o contraste dessas imagens como reflexo das próprias contradições em que se deu o empreendimento de construção e consolidação de Goiânia. Por um lado, a nova capital se apresentou com as credenciais de uma cidade moderna e inovadora. Por outro, ela conservou, em seu meio, boa parte dos símbolos e elementos ligados ao passado e à tradição que os seus idealizadores julgavam ter rompido.

Capítulo 2

GOIÂNIA: TRADIÇÃO E MODERNIDADE

2.1 Tradição *versus* modernidade: rupturas, permanências e contradições

Ao investigar os aspectos da tradição e da modernidade presentes no contexto do surgimento de Goiânia, torna-se prudente, num primeiro momento, tecer algumas considerações de âmbito teórico em torno da abrangência e da pluralidade de sentido desses conceitos, bem como sobre a dinâmica relação que, muitas vezes, estes estabelecem entre si.

Em que pesem as dificuldades de caracterização dessas modalidades da experiência humana, vários autores buscaram estabelecer algumas características inerentes às representações da tradição e da modernidade em suas obras.

Para Giddens (1997, p. 80), a referência ao passado se constitui como um atributo peculiar à tradição. Contudo, ela não permanece vinculada de forma estática a esse passado. Nem à espera de ser apropriada ou abandonada pelos homens, conforme suas conveniências. Antes disso, se caracteriza como a essência do homem, em movimento contínuo no tempo e no espaço. A esse propósito, Balandier (1997, p. 94) a definiu como “a soma de saberes acumulados pela coletividade a partir de conhecimentos e princípios fundadores”.

Em meio à diversidade desses saberes, encontra-se, por certo, o conjunto de valores, hábitos, costumes, crenças e modos de vida herdados pelos homens, de seus antepassados. Por esse motivo, a tradição assume um papel elementar não apenas por conferir identidade, sentido e orientação ao indivíduo, mas por transmitir-lhe as ferramentas necessárias para a sua sobrevivência. Daí a afirmação de Leroi-Gourhan, de que “a tradição é

biologicamente tão indispensável à espécie humana como o condicionamento genético o é às sociedades de insetos” (apud LE GOFF, 2003, p. 469).

Ao endossar as palavras do autor, Le Goff (2003) reconhece a importância da tradição na constituição da memória e, por extensão, da identidade individual ou coletiva. Para Giddens (1997), a tradição se vincula à memória, pois assim como ela, diz respeito à organização do passado em relação ao presente. Indo mais além, o autor a considera como “um meio organizador da memória coletiva” (GIDDENS, 1997, p. 82). Embora essa memória esteja ancorada nas práticas sociais, “é a continuidade da prática – em si ativamente organizada – que conecta o fio das atividades do cotidiano” (p. 82). Por isso, o ritual se constitui como o melhor e mais eficiente instrumento capaz de desempenhar esta função. Com ele, a tradição não apenas se renova cotidianamente, como também se transforma em um importante fio condutor da memória coletiva.

Além disso, o ritual cumpre um papel estratégico na difusão e na partilha do conhecimento acumulado ao longo das gerações. Sua função liga-se à solidariedade e coesão social do grupo. Para Giddens, a transmissão dessa rede de saberes não ocorre de forma mecânica e inquestionável pelos membros da comunidade. A esse respeito, Adriano Duarte Rodrigues (1977) ressalta que, embora este processo de transmissão seja feito em momentos privilegiados, sua eficácia maior se deve à incorporação de tais condutas no decorrer da vida cotidiana dos indivíduos.

É por isso que, mais do que a transmissão explícita de conhecimentos ou de saberes formais, discursivamente formulados, a tradição é uma sabedoria que se transmite implicitamente, através da observação e da imitação de posturas, de atitudes, das regras. (RODRIGUES, 1997, p. 04-05).

A amplitude e o alcance desse conjunto de saberes e conhecimentos tornam a tradição “uma modalidade totalizante da experiência” que se caracteriza, antes de tudo, “pela assimilação das diferentes dimensões ontológicas da realidade” (RODRIGUES, 1997, p. 04). Para o autor, essas modalidades tradicionais da experiência, “aquilo que é verdadeiro é simultaneamente belo e bom” (p. 04). Em função do caráter abrangente que

possui, seus atributos essenciais formam um todo indissolúvel, que se propaga de forma contínua e ininterrupta através das gerações.

Como a tradição, a modernidade é uma dimensão totalizante da experiência humana. Por esse motivo, a multiplicidade de conotações assumidas por este conceito, nos mais variados contextos em que se encontra inserido, torna a sua natureza carregada de ambiguidades e contradições.

Como afirma Bauman (1999, p. 12), se, por um lado, “podemos pensar a modernidade como um tempo em que se reflete a ordem”, por outro, essa existência somente pode ser considerada moderna “na medida em que contém a alternativa da ordem e do caos” (p.14). Para este autor, o embate entre essas e outras categorias dicotômicas constitui o verdadeiro motor contínuo e permanente à prática moderna, revelando, assim, a sua natureza ambivalente. Desse modo, “os problemas são criados pela resolução de problemas, novas áreas de caos são geradas pela atividade ordenadora” (p. 22).

Em sua tentativa de descortinar algumas das dimensões de sentido que dão forma ao edifício da vida moderna, Marshall Berman (1986) enfatiza vários aspectos da natureza ambivalente conservados pela modernidade, durante o seu processo de formação e desenvolvimento. Ser moderno significa, para ele “viver uma vida de paradoxo e contradição”. É tornar-se, ao mesmo tempo, “revolucionário e conservador” (BERMAN, 1986, p. 13). A modernidade se constitui, a seu ver, como um conjunto de experiências compartilhadas pela humanidade entre si, a qual promete “aventura, poder, alegria, crescimento e transformação”, que ameaça “destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos” (p. 15).

Ao considerar, por exemplo, as mudanças e alterações responsáveis pela anulação das fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia, a modernidade aproximou e uniu a espécie humana. Esta união se caracteriza, conforme Berman, por ser incoerente e paradoxal. Trata-se, de “uma unidade de desunidade”. Como resultado disso:

Ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, ‘tudo o que é sólido desmancha no ar’. (BERMAN, 1986, p. 15).

Segundo o autor, esse sentimento avassalador de desintegração acomete a existência moderna e tem sido alimentado por um conjunto de causas e circunstâncias experimentado pela humanidade nos últimos séculos. Como exemplo, Berman menciona as descobertas e inovações tecnológicas, o avanço nas ciências físicas e da natureza, o espantoso crescimento urbano e industrial, o aperfeiçoamento da máquina burocrática estatal, a expansão do mercado capitalista mundial etc.

Essas experiências provocaram uma transformação na percepção dos indivíduos, sobre si e o mundo. Para Berman, esse turbilhão de mudanças inauguradas pelo advento da era moderna não significou, para as pessoas, a quebra ou ruptura com a sua história e com os valores tradicionais alicerçados às suas concepções de vida. Além disso, no decurso de cinco séculos a modernidade desenvolveu, “uma rica história e uma variedade de tradições próprias (BERMAN, 1986, p. 15).

Para Le Goff, embora a dinâmica dessa relação entre os pares antigo/moderno, novo/tradicional, encontre equivalentes em outras civilizações, ela marcou com mais propriedade a história do Ocidente. Assim, ele descreve:

A oposição antigo/moderno desenvolveu-se num contexto equívoco e complexo. Em primeiro lugar, porque cada um dos termos e conceitos correspondentes nem sempre se opuseram um ao outro: “antigo” pode ser substituído por “tradicional” e moderno, por “recente” ou “novo” e, em seguida, porque qualquer um dos dois pode ser acompanhado de conotações laudatórias, pejorativas ou neutras. (LE GOFF, 2003, p. 174).

A dualidade e o jogo dialético dos conceitos elencados pelo autor nasce, principalmente, das tensões desencadeadas pelo lado do moderno. Isso porque, “a atuação do antagonismo antigo/moderno é constituída pela atitude dos indivíduos, das sociedades e das épocas perante o passado, o seu passado” (LE GOFF, 2003, p. 175).

Foi somente na Europa, durante o final do século XVII e primeira metade do XVIII, que a polêmica sobre a oposição antigo/moderno teve suas origens, nascida, principalmente, como desdobramento das transformações ocorridas nas ciências, na literatura e na arte. Desde então, o termo “moderno” associou-se ao conceito de progresso. Este triunfou no ocidente europeu

ancorado, sobretudo, nos valores burgueses do Iluminismo e nos princípios da ciência moderna. Antigo, por sua vez, “tornou-se sinônimo de superado” (LE GOFF, 2003, p. 14).

Para Rodrigues (1997, p. 01) a dualidade entre esses pares conceituais deve ser considerada uma herança moderna, pois:

[...] é em relação ao processo de ruptura inaugurado pela modernidade que os ideais em relação aos quais ela se demarca são definidos como tradicionais, tal como é em relação aos ideais da tradição que os projectos de ruptura em relação a esses ideais são definidos como modernos.

O fato da modernidade se definir como um ideal de ruptura, não implica, portanto, o abandono dos valores e das práticas tradicionais. Para Giddens, por exemplo, com o advento da modernidade, a tradição contribuiu para a sua auto-afirmação. Em suas palavras, “as primeiras instituições modernas não somente dependiam das tradições preexistentes, mas também criaram algumas novas” (GIDDENS, 1997, p. 115).

Desse modo, a forma como os signos e símbolos da tradição circulam em meio à sociedade, reforça a necessidade de se compreender que entre o moderno e o tradicional, as fronteiras não são tão visíveis. Isso porque, embora essas categorias rivalizem entre si em determinados contextos, em outros, essas relações podem ser de proximidade ou mesmo de “colaboração” (GIDDENS, 1997, p. 113).

O moderno e o tradicional protagonizam, nessa perspectiva, uma relação marcada por congruências e incongruências, continuidades e discontinuidades. Nesses caminhos de encontros e desencontros, situa-se o lugar de fronteira onde os seus elementos se inter cruzam e se ressignificam constantemente.

2.2Goiânia: entre a tradição e a modernidade

A edificação e afirmação de Goiânia durante a década de 1930 e início da década de 1940 foi um processo que se deu concomitante à construção do discurso ideológico de progresso e modernidade, por parte dos novos grupos

políticos emergentes. Estes, com o intuito de consolidarem sua dominação política e econômica em âmbito local, anunciaram o advento de uma nova ordem em Goiás, por meio da implantação de uma capital moderna, símbolo do desenvolvimento e da prosperidade.

Para Coelho (2002), o projeto de transferência da capital da Cidade de Goiás para Goiânia deve ser analisado como desdobramento de um amplo processo. Deste processo faz parte, por exemplo, a política varguista de Marcha para Oeste, relacionada à modernização e ao progresso do país. Por esse motivo:

[...] a nova capital deveria representar algo completamente diferente do conhecido até então pelos goianos. E é exatamente isso que será implantado: uma cidade que traz em si a mudança política, a substituição das antigas oligarquias por novas, a tradicional arquitetura da colônia portuguesa pela arquitetura da modernidade, da internacionalização, do futuro. (COELHO, 2002, p. 107).

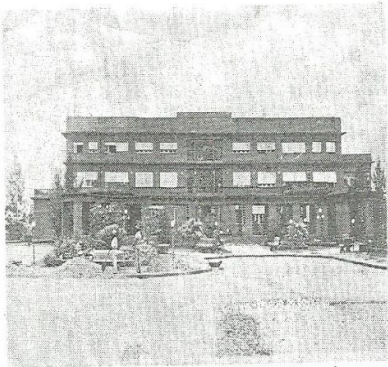
A proposta de mudança anunciada pela nova elite dominante preconizava, segundo o autor, uma ruptura completa com as antigas formas de dominação política e econômica e com tudo o que simbolizasse o passado colonial associado aos grupos depositos. A Cidade de Goiás, com sua arquitetura e estrutura urbana considerada velha e ultrapassada, pelos novos representantes políticos, não combinava com o modelo de modernidade projetado pelo Estado.

Nesse sentido, tornava-se indispensável dotar a nova capital com uma estrutura urbana moderna, com amplas avenidas arborizadas, rede de esgoto e abastecimento de água eficiente, áreas de lazer, legislação ambiental e de controle do crescimento da cidade. Da mesma forma, os edifícios, repartições públicas, residências etc., deveriam expressar esteticamente os ideais de modernidade em voga naqueles tempos.

Em Goiânia, a utilização do *art déco* no conjunto arquitetônico da cidade se deu envolta a essa atmosfera de modernização. Por essa razão, os primeiros prédios públicos foram construídos consoante tal estilo, conforme se observa nas imagens a seguir:

Construções *art déco* – representações da arquitetura moderna em Goiânia.

Imagem 5



Palácio das Esmeraldas – 1938.
Fonte: PELÁ, 2009.

Imagem 6



Grande Hotel – 1937.
Fonte: FRANCA (apud PELÁ, 2009).

Imagem 7



Cine Teatro Goiânia – 1942.
Fonte: MANSO (apud PELÁ, 2009).

Nas imagens 5 e 6, as linhas retas e o formato horizontal do Palácio do Governo e do Grande Hotel são alguns dos traços que chamam a atenção, conferindo a esses edifícios um aspecto de monumentalidade, típico das construções *art déco*.

Essa sensação de imponência e grandiosidade pode ser observada na imagem 7 do *Cine Teatro Goiânia*. Essas características ganham destaque em função do contraste volumétrico do edifício, acentuado pelo efeito de verticalidade e altura provocado pela torre.

Esses e outros atributos foram utilizados pelos partidários da implantação do *art déco*, em Goiânia, com o objetivo de materializar os ideais de modernidade anunciados pelos novos signatários do poder. Pretendia-se, com isso, estabelecer um “novo padrão sociocultural a ser seguido”. Como observa Pelá (2009, p. 41), “era a forma moderna tentando se impor e contrapor aos valores e padrões tradicionais através de modelos de morada (Grande Hotel), de poder político (Palácio das Esmeraldas) e até de manifestação artística cultural (Cine Teatro Goiânia)”.

Para Coelho (2002), a utilização do *art déco* na arquitetura da nova capital não deve ser vista como modismo ou simples opção por parte dos urbanistas Atílio Corrêa Lima e Armando de Godoy, mas como o estilo que melhor sintetizava o poder autoritário do governo Vargas e de seus representantes estaduais. Assim:

[...] era na arquitetura oficial, nos edifícios públicos, que deveriam estar impressos os signos do poder emergente do Estado Novo. Era na elaboração desses edifícios que deveria estar representada a força do poder, através da sinuosidade de determinadas linhas que, mesmo não sendo monumental em suas dimensões, pudesse sê-lo em sua caracterização. (COELHO, 2002, p. 121).

A utilização da arquitetura monumental como elemento de representação do poder foi recorrente ao longo da história, sobretudo nos períodos de efervescência de governos autoritários, nas décadas de 1930 e 1940 (COELHO, 2002, p. 106-107).¹³

¹³ Coelho (2002, p. 107) explica que o modelo de arquitetura de linhas mais próximas ao estilo *art déco* esteve associado, num primeiro momento, aos regimes fascistas implantados na Europa. No entanto, ressalva que nos Estados Unidos edificaram-se várias construções

No Brasil, o *art déco* difundiu-se durante o governo de Getúlio Vargas em praticamente todos os estados. Segundo Coelho (2002, p. 107), esse modelo era o que melhor representava os ideais de progresso e desenvolvimento propugnados pela ditadura estadonovista e igualaria o país “ao mundo civilizado da Europa e dos Estados Unidos”.

Márcia Metran de Mello (2006) discorda dessa associação do *art déco* ao governo Vargas, como estilo que simbolizava forças político-ditatoriais. Para ela, essa relação não passa de pura especulação. Como explica a autora, se a existência e utilização circunstancial de edifícios *déco* durante a época de Getúlio dessem margem, por si só, para essa interpretação, o mesmo poderia ocorrer acerca da arquitetura modernista, tendo em vista que construções nesse estilo foram edificadas com o aval desse presidente durante a vigência de seu governo (MELLO, 2006, p. 80).

Ao contrário de Coelho, para Mello, a implantação do estilo *art déco*, no conjunto arquitetônico de Goiânia, não se deu com o intuito de simbolizar o poder local dos representantes do Estado Novo em Goiás. Segundo a autora, “o *art déco* representava poder porque era um ícone de modernidade”. Em outras palavras: “a modernidade inerente ao *déco*, entendida como progresso e desenvolvimento em Goiânia, era a ‘qualidade’ que ‘autorizava-o’ a ser portavoza do poder, uma voz a mais a reforçar o discurso conveniente àquela época” (MELLO, 2006, p. 81).

Em sua análise, Mello (2006, p. 69) diz que a “modernidade inerente ao *déco* carrega consigo a atitude do ecletismo do século XIX”, buscando “elementos do passado para compor a fisionomia dos edifícios, dando-lhes uma roupagem nova”. Para a autora, as dificuldades de caracterização do *art déco* devem-se, em parte, ao fato de esse estilo ter representado “uma confusa transição estética entre dois séculos” (MELLO, 2006, p. 80). Por isso, o *art déco* se revestiu de uma significativa carga de hibridismo, mesclando o *novo* e o *antigo*, o *moderno* e o *tradicional*. Em função disso, como afirma Mello (2006, p. 80), “o *art déco* era moderno sem ser modernista, era ousado e inovador, sem promover rupturas”.

inspiradas nesse modelo arquitetônico, representando o poderio financeiro e econômico do país. Como exemplos, cita os edifícios da Chrysler, o Rockefeller Center e o Radio City Music Hall.

A escolha do *art déco* como modelo de representação da arquitetura moderna em Goiânia não significou, como se depreende, o rompimento com outras formas arquitetônicas tradicionais. A edificação de algumas residências neocoloniais, na década de 1930, confirma a presença de outros estilos no espaço urbano de Goiânia.

Casas em estilo neocolonial – a permanência da tradição na arquitetura da nova capital.

Imagem 8



Residência neocolonial da década de 1930, adaptada para o comércio. Fonte: MELLO, 2002.

Imagem 9



Detalhes da porta de entrada. Fonte: MELLO, 2002.

Imagem 10



Sobrado neocolonial da década de 1930. Fonte: MELLO, 2002.

Imagem 11



Detalhes da parte superior. Fonte: MELLO, 2002.

As fotografias ilustram as imagens de duas residências em estilo neocolonial construídas em Goiânia na década de 1930. Como registros de informações históricas, elas oferecem indícios sobre a permanência de componentes tradicionais na arquitetura da nova capital.

Nas imagens 8 e 9, por exemplo, alguns detalhes da residência chamam a atenção. Embora a construção tenha sido adaptada posteriormente para o comércio, percebem-se nela traços originais do estilo neocolonial, como a abertura em forma de arco localizada em um dos lados da casa. Na porta de entrada, é possível notar o formato ligeiramente triangular da fachada, conhecida como frontão, além de contornos decorativos na parte superior, provavelmente, inspirados em modelos clássicos de outros períodos.

Da mesma forma, o sobrado das imagens 10 e 11 se destaca pela aparente influência de outras correntes estéticas mais antigas. Como exemplo, nota-se a presença de pequenas ponteiros em formato ovalado, conhecida como pinhas, na extremidade superior da residência, bem como a utilização do brasão na parte mediana do sobrado. A fachada principal, por sua vez, foi decorada com pequenas bordas espiraladas em alto relevo, comuns à arquitetura barroca.

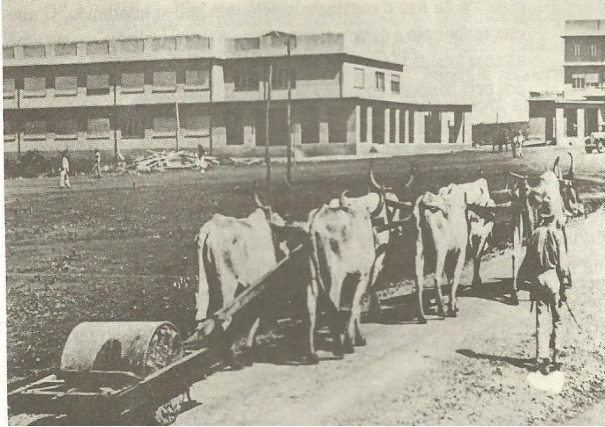
Apesar disso, as primeiras residências neocoloniais construídas em Goiânia não foram inspiradas no estilo barroco produzido em Goiás, na época da mineração. Esse tipo de construção não condizia, segundo Mello, com o modelo de modernidade a ser inaugurado pela nova capital. “Reafirma-se, nesse caso, a prática do neocolonial em superar padrões do passado, usando ícones de um outro passado, constituído de características hipotéticas” (MELLO, 2002, p. 101). Para a autora, o fato de boa parte das residências neocoloniais construídas em Goiânia serem assobradadas deveu-se, sobretudo, ao *status* que esse tipo de residência representava como símbolo de prestígio social para a classe dominante, remanescente da antiga sede do governo.

O governo do Estado, por meio da firma P. Antunes Ribeiro e Cia. Ltda., chegou a subsidiar algumas residências destinadas aos funcionários públicos – as chamadas casas-tipo. Segundo Mello (2002, p. 108), tais residências “podem ser consideradas como produtos de uma extrema simplificação do neocolonial”.¹⁴

A coexistência das casas em estilo neocolonial em meio às construções *art déco* indica o grau de convivência das representações do moderno e do tradicional no espaço urbano de Goiânia. Essa mescla do antigo em meio ao novo, se verifica na constante interação do urbano com o rural, no conteúdo simbólico da nova capital. A fotografia abaixo exemplifica essa situação:

¹⁴ De acordo com Mello (2002, p. 108), essas residências se caracterizavam, basicamente, pela utilização de “telhas de cerâmica e ornamentos singelos, que lembravam o das casas mais elaboradas do estilo”.

Imagem 12



Meio de transporte utilizado para a construção de Goiânia. Fonte: CHAUL, 1997.

Na imagem, o contraste entre o palácio do governo (ao fundo) e a presença do carro de boi na pavimentação das primeiras ruas de Goiânia representa, simbolicamente, a utilização de um ícone da tradição sertaneja do Estado, na construção da nova capital. Esses e outros elementos do mundo rural goiano marcaram presença tanto no espaço físico da cidade, como na formação sociocultural da nascente sociedade goianiense.

Por meio dos relatos de moradores que viveram em Goiânia, nas décadas de 1930 e 1940, é possível reconstituir alguns traços desses elementos e valores tradicionais, presentes no cotidiano de vida dos primeiros habitantes da cidade. Para o Sr. Josaphat Nascimento, por exemplo, que nasceu e se criou em Campinas, as lembranças de sua infância e juventude foram marcadas pelos tempos de pescaria e banhos com os amigos nos córregos da região.

Naquele tempo, o melhor divertimento da molecada, e até dos adultos, era o regão dos padres, que passava no fundo da Campininha e levava água para o Convento. Ficávamos lá o dia todo, tomando banho e fazendo farra [...] Campininha de meu tempo era um paraíso. O rio Meia Ponte, os córregos Anicuns e Cascavel tinham peixe em abundância. No Cascavel a gente pegava os peixes menores, como traíra, dourado, piau, papa-terra, piracanjuba; no Meia Ponte e no Anicuns pegavam-se surubim, jaú e dourado enorme. (MEMÓRIA CULTURAL, 1985, p. 92).

No relato do Sr. Josaphat, o cenário apresentado é de uma natureza bela e exuberante, que fazia da *Campininha das Flores*¹⁵ de seu tempo um verdadeiro *paraíso*, onde jovens e adultos pescavam e as crianças brincavam e se divertiam nas águas límpidas e refrescantes dos córregos Anicuns, Cascavel e Meia Ponte. Esses e outros costumes emanados do mundo rural foram descritos por vários pioneiros do bairro de Campinas.

Em seu depoimento, Cerise Pinto Carramaschi comenta como era comemorada, por exemplo, a festa de São João naquela época.

Quando nós morávamos em Campinas, como lá havia poucos habitantes, todos eram muito unidos, principalmente as famílias mineiras que vieram conosco. Reuníamos à noite ao luar, havia as festas de São João, que eram muito animadas e meu pai sempre tomava parte. [...] O prof. Venerando vestia-se de pai da noiva, de noivo carregando galinha debaixo do braço; [...] A família Maia – Lurdinha Maia, Lúcia Maia – era muito animada (irmãs do Walfredo Maia) A mãe delas nessa ocasião era viva e fazia festa de São João, soltavam balão, dançavam quadrilha, pulavam fogueira!... Festa de São João mesmo, como manda o figurino. (MEMÓRIA CULTURAL, 1985, p. 67).

No relato de Carramaschi, as festas juninas celebradas nas ruas de Campinas são descritas como momentos de muita alegria e descontração dos moradores do bairro, notadamente de algumas famílias mineiras estabelecidas na região. Além de ter colaborado para fortalecer os laços de convivência e solidariedade desses moradores, as festas de São João contribuíram, desde os primórdios da cidade, para a formação de uma identidade cultural da nova capital.

No imaginário social goianiense, Campinas ocupou um lugar de destaque no processo de gestação e desenvolvimento de Goiânia. Considerado como um ponto de encontro e diversões da cidade, muitos jovens eram atraídos para o tradicional *footing* e o famoso vaivém da Praça Joaquim Lúcio, bem como para os cinemas da região. Os famosos bordéis e casas noturnas do bairro, como a de Maria Branca, por exemplo, faziam parte dessa

¹⁵ Segundo Arthur Pires Amaral (2011), o termo “Campininha das Flores” foi designado “carinhosamente” pelos pioneiros da região, ainda no século XIX, graças às características de seu terreno e flora nativos.

zona boêmia. Em seu depoimento, Bernardo Élis comenta que esses lugares eram frequentados por políticos, altos funcionários e por filhos de famílias abastadas.

A boêmia maior ficava no Bairro de Campinas, alguns bordéis, onde brilhavam alguns filhos de papai (dos poucos existentes) ou alguns boêmios mesmo, como seria o cantor e músico Caetano Soma. Uma nota interessante do tempo é que os bordéis, sobretudo o de uma Maria Branca, por exemplo, eram freqüentados pelas figuras mais destacadas do mundo político, como alguns secretários de Estado; parece que ao tempo era de bom tom ou era uma alta recomendação a notícia de que um alto funcionário era assíduo freqüentador de bordel. (MEMÓRIA CULTURAL, 1985, p. 24).

Como se observa, o bairro de Campinas desempenhou um importante papel na vida social de Goiânia. Para muitos de seus habitantes, a importância do antigo município não se deveu apenas ao prestígio de ter sido escolhido como a nova sede administrativa do Estado, mas por ter se constituído em uma espécie de berço da tradição, que embalou a nova capital em seus primeiros anos de vida.

Nesse tipo de ambiente caracterizado pela permanência de formas tradicionais em condições modernas, os sujeitos que aí se estabelecem “fazem valer no meio urbano valores desenvolvidos e aprendidos no meio rural” (SILVA, 1997, p. 13). Isso pode ser observado na forma como esses sujeitos representam, em suas falas, o espaço urbano onde convivem. Em boa parte dessas narrativas, percebe-se uma nítida identificação da paisagem descrita por esses indivíduos, com o mundo rural do qual alguns deles tiveram origem. O depoimento de Bariani Ortêncio, constitui-se como um desses exemplos.

Nasci a 24 de julho de 1923 em Igarapava, S. Paulo. [...] A minha vivência de menino foi muito boa, que Igarapava era uma cidade ecológica [...] O meu pai tinha sempre uma espingarda chumbeira e caçava, aliás, passarinhava todos os domingos, levando-me com ele. [...] Caçar e pescar era comigo. [...] Em 1938 mudamos de mala-e-cuia para Goiânia [...] Naqueles primórdios de Goiânia, aqui era uma campina só e o vento balançava suavemente o capim barba-de-bode. As emas vinham comer ossos perto da serraria, na rua Catalão (hoje). Eu caçava codornas na atual Vila Coimbra e patos e marrecos na lagoinha onde está hoje o hipódromo; inhambus e pombas, na roça do Rioulo e no mato do Zequinha Rodrigues e Otávio Lúcio. Peixes era no Meia-Ponte, que foi um rio piscoso toda a vida, com dourados, piraicanjubas, piaparas, surubins e piaus. (MEMÓRIA CULTURAL, 1985, p. 204-207).

A imagem que Bariani Ortêncio conservou em sua memória sobre os primeiros anos de Goiânia assemelha-se, em alguns aspectos, com a fazenda onde viveu durante a sua infância, no interior de São Paulo. Nesse ambiente de muito verde, cercado por vários córregos, rios e pela vegetação agreste do cerrado, com sua fauna e flora abundantes, boa parte dos seus hábitos e costumes de criança foi vivenciada na cidade escolhida pela família para morar. A nova capital de Goiás, idealizada por seus gestores para representar o ideal de progresso e modernidade não rompeu, portanto, com a riqueza cultural das tradições sertanejas formadas tanto no Estado, quanto em outros lugares e épocas distintas.

Além dos relatos e depoimentos analisados, outras fontes escritas possibilitam captar a mescla desses e de outros elementos tradicionais com os símbolos modernos da cidade. O “Poema a Goiânia”, de Rosarita Fleury, por exemplo, esboça alguns desses aspectos:

Poema a Goiânia

Ó visitante amigo, você que mora longe, tão distante [...]
e viveu sempre nesse inferno a que chamam civilização[...]
é justamente pra você que aqui do meu sertão,
da cidade mais linda e mais faceira [...]
vou cantar o meu poema canção !
Lá longe, onde as montanhas parecem tocar o céu,
a noite e o dia lutam desesperadamente [...]
Mais junto às ruas, andorinhas equilibristas
andam nos fios elétricos [...]
Um pouco abaixo, o Cinema [..]
Vem depois a Avenida Anhanguera.
Imponente e sizuda, faz a gente pensar no vulto varonil!
do bandeirante paulista que primeiro desbravou nossos sertões...
Ela não guarda a doçura suave dos formosos bairros residenciais.
É, antes, a moldura severa de uma tela
em que se prendeu o lado prático da vida:
Banco do Brasil, Casas Pernambucanas, grandes casas comerciais. [...]
Longe, bem junto aos braços verdes de Árvores frondosas
vivem os bairros pobres [...]
Há bandos de crianças em tôda parte:
chicotinho queimado, cabra-cega,
esconde-esconde nas moitas de boninas...
Ah! meus deliciosos tempos de menina!...
(OESTE, 2001, p. 807-808)

Os versos da poetisa convidam o forasteiro dos grandes centros urbanos a visitar Goiânia, cidade que anuncia ser *a mais linda e mais faceira do oeste brasileiro*. Longe do barulho e da agitação das principais metrópoles, a nascente capital goiana é apresentada como um espaço de encontro e reencontro entre o campo e a cidade, a tradição e a modernidade. Em um passeio imaginário pelas ruas de Goiânia, Rosarita Fleury apresenta os edifícios públicos, sobrados, estabelecimentos comerciais, bancos, cinemas etc., da década de 1940, bem como a paisagem rural do sertão goiano, que aos poucos se mescla às novidades da cidade. No poema, o *novo* e o *moderno* convivem lado a lado com o *antigo* e o *tradicional*, seja na figura imponente e varonil do bandeirante paulista, seja nos costumes e tradições dos moradores dos bairros populares.

Ao analisar a dinâmica dessa relação entre o moderno e o tradicional – o urbano e o rural – presente no conteúdo simbólico de Goiânia, Eguimar Felício Chaveiro (2001, p. 14) assim se manifesta acerca da coexistência e interação entre esses elementos.

Embora o projeto do plano apontasse para uma configuração moderna do espaço da cidade, a realidade que o acolhera – a do Estado de Goiás – era fundada na agropecuária, na prática oligárquica, no coronelismo político e em relações sociais categorizadas como tradicionais.

À cidade moderna e cosmopolita sobrepõem-se diversos símbolos e atributos representativos, que compõem o típico cenário do mundo rural goiano, expressos tanto em seus aspectos econômicos e políticos quanto nas práticas socioculturais dos primeiros habitantes da nova capital. Nesse sentido, as palavras desse geógrafo revelam a natureza ambígua e contraditória do discurso mudancista de modernidade e de ruptura com a tradição, visto que “são forças tradicionais, agrárias, remanescentes do coronelismo que propunham e protagonizavam a modernização do território, pela criação da cidade” (CHAVEIRO, 2001, p. 46).

Entre o planejado e o vivido situa-se, portanto, o ponto de encontro entre duas racionalidades, que se complementam: uma de tipo racional, que anunciava o novo e renegava as antigas estruturas oligárquicas vigentes; e outra que, como um produto desse mesmo meio, incorporava ao pretense novo

componentes tradicionais que “escapam aos anseios das ações racionalizadoras originais” (BERNARDES, 1998, p. 16).

Em todas as suas etapas, Goiânia foi edificada sob o prisma de uma dialética que mesclou o ideal moderno do seu plano urbanístico com a realidade agrária do estado, bem como com os valores tradicionais daí emanados. Isso demonstra que, para além de qualquer discurso oficial, é no cotidiano de vida que melhor se percebe a dinâmica da interação entre esses componentes simbólicos.

2.3 A cidade sagrada e o mito de fundação da nova capital

Planejada por seus idealizadores sob os ditames modernos de uma ideologia propugnada pelo progresso e desenvolvimento de Goiás, a edificação de Goiânia se deu mediante um gradativo processo de “desconstrução do seu plano original” (CHAVEIRO, 2001, p. 14). Seja na feição e no conteúdo do espaço urbano da cidade ou nas práticas socioculturais dos indivíduos, as marcas desse processo se fizeram presentes, fato que resultou, segundo Pelá (2009, p. 71), num “deslizamento de sentidos” com relação à configuração original do planejamento de Goiânia.

Da mesma forma, as representações simbólicas presentes no imaginário goianiense e que associam o traçado urbanístico da cidade à imagem de Nossa Senhora Aparecida indicam, nesse sentido, que o processo de formação e consolidação das cidades, “mesmo as planejadas, não é linear”, visto que, dele “fazem parte contradições orientadas para alterar seus conteúdos e formas e ressignificar seus espaços”. (BERNARDES, op. cit. p. 132).

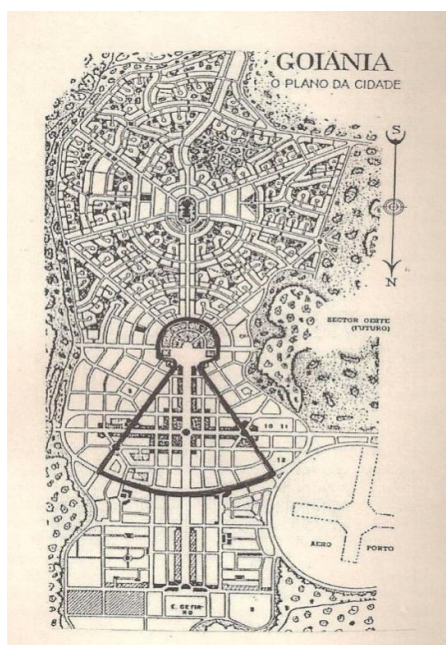
Em Goiânia, tais contradições não apenas estiveram presentes, como alimentaram a invenção e a difusão de uma nova tradição em relação às origens da nova capital. Sobre esse conhecido e difundido mito de fundação da cidade, Mello (2006, p. 48) o descreve da seguinte forma:

Desde há muito tempo, conta-se que o traçado do núcleo da cidade foi inspirado na figura de Nossa Senhora Aparecida. Uns falam no assunto aos cochichos, como um segredo que só os iniciados podem saber; outros, em alto e bom-tom, afirmam

que o desenho foi uma sagrada intenção do urbanista que projetou a cidade. É provável que essa história seja contada, junto aos contos infantis, às crianças de berço e que, similarmente ao exercício de se procurar o Cruzeiro do Sul no céu, procura-se Nossa Senhora Aparecida no mapa da cidade.

A semelhança do núcleo central de Goiânia com a figura de Nossa Senhora Aparecida é forjada, conforme se observa na imagem que segue, com base na convergência das principais avenidas do centro da cidade em direção à Praça Cívica, sede administrativa do governo estadual.

Imagem 13



Contorno imaginário de Nossa Senhora Aparecida inscrito no traçado de Goiânia. (MELLO, 2006, p. 50).

Como se verifica na imagem, a disposição das avenidas em destaque sugere a representação da figura de Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil. Essa imagem sacralizada do centro da cidade compõe o imaginário social goianiense como um todo. No discurso de seus moradores, ela se reproduz cotidianamente, como se observa, por exemplo, em Bariani Ortêncio (apud MELLO, 2006, p. 57):

O traçado do centro de Goiânia, projeto de Atílio Correia Lima, tem o formato da imagem de N. S. Aparecida, padroeira do Brasil, formada pela Praça Cívica (cabeça), as avenidas dos 3 grandes rios, Araguaia, Tocantins e Paranaíba (o corpo) e Avenida Goiás, fechando o manto.

Essa representação da cidade, tida por muitos como apenas uma lenda e credence popular, carrega consigo um significado mais profundo do que, a princípio, se supõe. Segundo Mello (2006, p. 56):

A projeção da figura de Nossa Senhora Aparecida no tecido da capital de Goiás, curiosamente, não se diluiu com o passar do tempo, pois não perdeu o seu conteúdo cultural. Ao longo das sete décadas de vida da cidade, manteve sua capacidade representativa e o seu poder de requalificar-se simbolicamente diante das novas gerações e das sucessivas ondas de migrantes.

Efetivamente, ao se analisar a forma como esse mito de fundação de Goiânia permanece vivo no imaginário goianiense – sendo difundido e discutido nos meios populares, no círculo acadêmico e entre aqueles que chegam à cidade e se encantam com a sua descoberta –, algumas questões logo se impõem: qual relação ele guarda com o projeto urbanístico de Goiânia, de autoria de Atílio Correia Lima? Houve intencionalidade do urbanista em sua elaboração? Se não houve, quais seriam as bases de sustentação dessa crença, que permeia o imaginário social da cidade desde os seus primórdios?

No primeiro aspecto, fica logo evidente não ter existido nenhuma intenção arquitetada por Atílio Correia Lima em invocar a imagem da Santa no traçado urbanístico de Goiânia. Este, segundo observa a historiadora Lena Castello Branco F. de Freitas (1999, p. 248), foi influenciado por uma corrente estética do urbanismo clássico e, de forma subjacente, “pelo culturalismo de Ebenezer Howard, idealizador das ‘cidades-jardins, então em evidência na Inglaterra e nos Estados Unidos”.

Em relatório enviado a Pedro Ludovico em janeiro de 1935, apresentando o Plano Diretor da cidade, o urbanista chegou a reconhecer a fonte original de sua inspiração, ao afirmar que, “guardando as devidas proporções, o efeito monumental procurado é o do princípio clássico adotado em ‘Versalhes’, ‘Carlsruhe’ e ‘Washington’.” (SABINO JÚNIOR, 1980, p. 201).

Isso talvez explique, a semelhança de estilo dessas cidades com as plantas e os desenhos do Plano Diretor de Goiânia, nos quais se vêem as três avenidas principais convergindo para o centro administrativo, formando o *pâtte d'oie*, uma alusão a “pata de ganso”, segundo Freitas (1999, p. 248), ou “pé de pato”, de acordo com Mello (2006, p. 39). Esta observa, ainda, ser essa uma estratégia apropriada para a época, quando a cidade se encontrava em franco processo de afirmação política.

Se, por um lado, tais constatações atestam não haver nenhuma intenção original clara em se inserir a figura de Nossa Senhora Aparecida no traçado urbanístico de Goiânia; por outro, a sua permanência no imaginário social da cidade chama a atenção pela significativa carga simbólica que carrega. Nesse sentido:

É interessante observar que o centro administrativo, transformado na cabeça da santa pela imaginação popular, está geograficamente situado no núcleo central da cidade. O poder político e o religioso nascem, assim, de um centro irradiador que emana sua força simbólica de dentro para fora, do coração para todo o organismo. (MELLO, 2006, p. 63).

A sacralização desse espaço contraria, portanto, o planejamento original de Goiânia, segundo o qual, no entender de Freitas (1999, p. 274), “igrejas não se constituíam em centro de interesse no plano diretor de Goiânia”, pois os espaços reservados ao culto estavam relegados a um segundo plano.

Deste modo, se no núcleo central da Praça Cívica não existe a catedral, – geograficamente situada à margem do eixo irradiador do poder – é lá, como observa Mello (2006, p. 65), “que a mente divina – simbolizada pela cabeça da santa, está vigilante – visivelmente invisível – a abençoar a cidade”.

A base cultural possivelmente responsável pela sustentação desse mito de origem e de fundação de Goiânia, alicerçou-se na forma como a religiosidade popular católica moldou a “consciência histórica” (RÜSEN, 2001) e o imaginário social goianiense. Como resultado, essa crença passou a desfrutar de mais prestígio e credibilidade, junto à população, do que as verdadeiras intenções dos idealizadores da cidade. De fato, as marcas dessa tradicional religiosidade fizeram parte do processo de edificação e consolidação de Goiânia ao longo de suas etapas. Indo mais além, as origens do processo

que remontam à formação dessa mística (religiosa) em torno da cidade, podem ser encontradas em um período cronológico anterior à sua construção. Uma das primeiras evidências históricas a esse respeito, encontra-se no diário de viagem de D. Eduardo Duarte Silva (2007, p. 88), que em passagem pelo povoado de Campinas, no final do século XIX, relatou:

Campininhas é um dos mais aprazíveis lugares de Goyaz; vasta é a planície, abundante e excelente a água, matas de primeira qualidade, de modo que presta-se para uma futura cidade, e talvez mesmo para a capital do Estado, tão mal situada.

Para D. Eduardo, Campinas possuía todos os atributos necessários para se tornar uma cidade digna de abrigar a capital do Estado. Segundo Antônio César Caldas Pinheiro (2010, p. 42-43), as palavras do prelado goiano chamam a atenção pelo fato de terem sido pronunciadas décadas antes da construção de Goiânia, caracterizando, assim, uma espécie de clarividência divina que permitiu ao bispo antever o futuro reservado para aquele povoado. Em sua “visão profética”, os “desígnios da Providência” teriam revelado a D. Eduardo que Campinas – e, por extensão, Goiânia – estava destinada a se tornar uma “grande cidade” (PINHEIRO, 2010, p. 43).

Destaca-se, ainda, que coube a D. Eduardo a incumbência de ter promovido a vinda dos padres redentoristas alemães para Goiás. Estes se estabeleceram em Campinas em 1894, onde se destacaram, sobretudo, no segmento educacional dessa região. Além disso, prestaram relevantes serviços na administração da Basílica de Trindade e na condução da Romaria do Divino Pai Eterno.

Em 1922, a Congregação das Irmãs Franciscanas se fixou em Campinas e, com a ajuda dos padres redentoristas, fundou o Colégio Santa Clara, considerado a primeira instituição educacional de Goiânia. Este colégio atuou com destaque na parte artístico-religiosa da nova capital. Para Áurea Menezes (1981, p. 184), foram as alunas do Santa Clara, por exemplo, que solenizaram, com cantos e louvores, as primeiras missas celebradas na cidade, em 1933.

Como bem observou Amaral (2011), a presença da Igreja Católica em Campinas, por meio da atuação dos padres redentoristas, das irmãs franciscanas e da Igreja Matriz foram decisivas para a transformação sociopolítica e cultural da região. No advento de Goiânia, esses aspectos parecem ter contribuído para a preservação das tradições religiosas católicas de muitos moradores, notadamente nos primeiros anos, após a fundação da cidade, quando boa parte das igrejas existentes situava-se em Campinas.

A esse respeito, um fato histórico importante se deu por ocasião da assinatura da primeira escritura de terras de Goiânia, no dia 27 de abril de 1933. O casal Andreino de Moraes e sua esposa Bárbara de Sousa Moraes, fazendeiros residentes em Campinas, doaram cinquenta alqueires de terras para a construção da nova capital e incluíram no registro da escritura, conforme consta em seu parágrafo sexto, a “doação de mais dois alqueires de campos dentro do perímetro da Nova Capital, para o fim de serem utilizados pela família dos doadores para a construção de uma catedral e do Palácio do Bispo ou cousa que o valha” (SABINO JÚNIOR, 1980, p. 186). O gesto do casal indica, nesse sentido, a preocupação de alguns moradores da cidade quanto aos espaços sagrados destinados ao culto de suas crenças religiosas.

A propósito disso, Armênia de Souza comenta que os templos e igrejas da cidade “não tardaram a ser edificadas”, citando como exemplos a Igreja Coração de Maria, na Avenida Paranaíba; a primeira Igreja Batista, na esquina da rua dezesseis, com a vinte e nove; a Igreja do Ateneu Dom Bosco, “local preferido dos goianienses para o casamento”; a Capela da Santa Casa; a Igreja Presbiteriana, situada na rua sessenta e oito e a de Nossa Senhora de Fátima, no Setor Aeroporto. Por fim, a Igrejas Cristã Evangélica e Adventista, localizadas no centro de Goiânia são mencionadas como algumas “das mais antigas da cidade”. (SOUZA, 1997, p. 77).

Outra instituição religiosa que ocupa um lugar de destaque no relato dos primeiros moradores de Goiânia é a Igreja do Sagrado Coração de Jesus, situada na Vila Nova. Segundo Mattos (2008, p. 110), os primeiros registros que indicam o período de sua construção datam do ano de 1941, “no local onde hoje é a Praça Boa Aventura” e que nesta época “era apenas um barracão improvisado onde então eram realizadas as celebrações das missas dominicais”. Com o passar dos anos, a Igreja foi crescendo e se transformando

juntamente com o bairro a sua volta, constituindo-se em um precioso bem simbólico de seus moradores (MATTOS, 2008, p. 114).

Em uma perspectiva mais ampla, a forma como a sociedade promove a interação entre os elementos e símbolos do sagrado variam de acordo com as especificidades socioculturais de cada povo, nação ou indivíduo ao longo do tempo, atuando e influenciando, assim, de diferentes modos, a consciência histórica¹⁶ de diversos grupos e agentes sociais. Nesse sentido, a vivência religiosa dos homens no mundo se afigura como uma das formas pelas quais, a consciência histórica dos indivíduos se manifesta em suas práticas cotidianas da vida corrente.

De fato, em que pese uma tendência mais recente de organização e orientação da vida humana em termos seculares, os simbolismos dos elementos sagrados gerenciados pelas correntes religiosas ao longo da história, sempre ocuparam um papel preponderante na visão de mundo dos homens. Como afirma Berger (1985, p. 41):

Pode-se dizer, portanto, que a religião desempenhou uma parte estratégica no empreendimento humano de construção do mundo. A religião representa o ponto máximo da auto-exteriorização do homem pela infusão, dos seus próprios sentidos sobre a realidade. A religião supõe que a ordem humana é projetada na totalidade do ser. Ou por outra, a religião é a ousada tentativa de conceber o universo inteiro como humanamente significativo.

Ao destacar o papel importante da religião como empreendimento humano de construção do mundo, Berger salienta ter sido sob suas bases que a sociedade melhor conseguiu estabelecer a simetria entre a objetividade do mundo social e a subjetividade da vida individual. Esse aspecto permitiu-lhe exercer uma função preponderante no processo de construção da vida social. Dessa forma, “historicamente considerados, os mundos do homem têm sido, na sua maioria, mundos sagrados” (BERGER, 1985, p. 40).

¹⁶ Para Rüsen (2001, p. 57), a consciência histórica constitui-se como uma característica peculiar à própria condição humana em sua vivência prática e cotidiana. Em suas palavras, a consciência histórica nada mais é, do que “a suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo”.

Mas, se a religião ocupou e, ainda, ocupa um papel destacado nesse processo contínuo e ininterrupto de socialização do homem, isso se deve, fundamentalmente, a sua capacidade de conferir sentido e significado à existência humana, uma vez que, tal como assinala Berger (1985, p. 34), “viver num mundo social é viver uma vida ordenada e significativa”. Em sua relação com o sagrado, o homem, talvez mais que em outros aspectos de sua vida, tem conseguido erigir um mundo coeso diante das forças desestabilizadoras do caos e da anomia.¹⁷

Ao cumprir esse papel nomizante de ordenação do mundo e de atribuição de sentido ao *ser* e *estar* do homem nessa ordem, a religião lhe serve, por assim dizer, como uma barreira cultural contra as ameaças constantes de desagregação e perda de identidade. Por outras palavras:

O cosmos sagrado, que transcende e inclui o homem na sua ordenação da realidade, fornece o supremo escudo do homem contra o terror da anomia. Achar-se numa relação ‘correta’ com o cosmos sagrado é ser protegido contra o pesadelo das ameaças do caos. Sair dessa relação ‘correta’ é ser abandonado à beira do abismo da incongruência. (BERGER, 1985, p. 40).

Pelo exposto, não resta dúvida de que, no quadro de orientação da vida prática dos homens, o “cosmos sagrado” (Berger, 1985) tem se constituído ao longo da história como um dos imperativos eficientes de manutenção da ordem social.

Dessa forma, a “consciência histórica” de um povo, nação ou indivíduo, atuando como uma operação genérica e elementar da vida prática humana – mediante o qual, no dizer de Rüsen (2001, p. 66), “os homens orientam seu agir e sofrer no tempo, – esteve durante muito tempo e, ainda, hoje se encontra, alicerçada nessa relação milenar entre o sagrado e o profano”. Disso se conclui, em conformidade com Berger, que a religião, ao promover esse diálogo, tem ocupado um lugar destacado no empreendimento humano de construção do mundo.

¹⁷ O conceito de anomia utilizado aqui e do qual Berger (1985) se serviu a partir de Durkheim (1950) indica, neste contexto, a ausência de sentido e de orientação do indivíduo diante do mundo social em que este se encontra inserido. As consequências deste estado podem variar de um caso para o outro, podendo chegar, em situações mais extremas, à perda do senso de realidade ou mesmo da identidade por parte do indivíduo.

Ao se levar em conta esses aspectos, compreende-se a importância desempenhada pelas tradições religiosas durante o processo de gestação e consolidação de Goiânia. Para muitos moradores, as bases dessa religiosidade foram as fontes que permitiram superar o medo, a angústia e a incerteza dos primeiros anos vividos na nova capital. As primeiras cerimônias religiosas, tais como missas, cultos, orações etc., cumpriram esse papel e permitiram que cada indivíduo expressasse, por meio de sua fé, o desejo e a esperança de um futuro melhor na cidade escolhida para viver.

Em seu depoimento, Rosarita Fleury comenta, por exemplo, a importância representada pelo culto à Nossa Senhora Visitadora, tanto para ela quanto para a vida de outras pessoas durante os primeiros anos em Goiânia.

Em 19 de abril de 1936 houve a bênção de uma imagem de Nossa Senhora Visitadora, oferta de Maria do Rosário Gomes às famílias aqui residentes. Previamente havia um aviso da próxima visita; assim, a família escolhida preparava o altar e recebia a Santa com todas as honras. Durante os nove dias rezava-se o terço, entremeado de canções sacras e, ao ser trasladada de uma para outra residência, ia a procissão embalada ao suave canto 'Doce coração de Maria, sede nossa salvação'. Ela nos salvou dando muita coragem e fortaleza de espírito naquele tempo e, por incrível que pareça, desde o dia 19 de abril de 1936, data de sua bênção solene pelo Revm^o. Arcebispo Metropolitano Dom Emanuel Gomes de Oliveira, até o dia de hoje, a imagem de Nossa Senhora continua sua ronda de visitas, sem nunca haver falhado, prova de fé e religiosidade dos goianienses. (MEMÓRIA CULTURAL, 1985, p. 163).

Movidos pela fé em Deus e pela crença em dias melhores, algumas famílias pioneiras da nova capital, entre as quais a de Maria do Rosário Gomes, instituíram “o primeiro culto católico implantado em Goiânia” (MONTEIRO, 1938, p. 516). Para Rosarita Fleury, a celebração da imagem de Nossa Senhora Visitadora contribuiu de forma significativa para o bem-estar de vários moradores, oferecendo-lhes “muita coragem e fortaleza de espírito naquele tempo”. Desde então, afirma Rosarita, este culto se consolidou como uma nova tradição religiosa da cidade, “prova de fé e religiosidade dos goianienses” (MEMÓRIA CULTURAL, 1985, p. 63).

Este ritual religioso propagado desde a década de 1930, bem como a representação imaginária da figura de Nossa Senhora Aparecida, no núcleo

central de Goiânia, constitui-se como alguns dos exemplos inseridos às chamadas “tradições inventadas”. Acerca desse conceito, Hobsbawm (1997, p. 09) o caracteriza como:

[...] um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado.

Segundo Áurea Menezes (2001, p. 40), durante a missa campal do batismo cultural de Goiânia, em 1942, a primeira dama do Estado, Dona Gercina Borges, solicitou ao arcebispo D. Emanuel Gomes de Oliveira, que a padroeira da nova capital fosse Nossa Senhora Auxiliadora. Ao acatar o pedido da primeira dama, a Igreja Católica – por meio do arcebispo goiano – instituiu uma nova tradição religiosa entre os moradores da cidade.

A constante recorrência de valores e símbolos sagrados do catolicismo durante os primórdios de Goiânia contribuiu, como tem se observado, para o surgimento de novas práticas rituais, caracterizadas por Hobsbawm como “tradições inventadas”. Para a comunidade católica goianiense, o culto dessas práticas religiosas reflete, de certo modo, o desejo de que a nova capital fosse construída sob as bênçãos e a proteção sagrada de Deus.

2.4 Goiânia: uma cidade construída sob a égide da tradição

A presença de conteúdos simbólicos tradicionais, durante o processo de construção e afirmação de Goiânia, revela o caráter peculiar da modernidade sobre os valores e signos da tradição, indicando tanto a sua convivência e interação com formas tradicionais mais antigas como a sua capacidade de criar e projetar novas tradições.

Esses aspectos oferecem importantes subsídios para a desconstrução do discurso mudancista de ruptura com a tradição, no contexto da edificação e consolidação da nova capital. Como hipótese norteadora desta pesquisa,

busca-se demonstrar não apenas a presença e interação de componentes simbólicos modernos e tradicionais, durante o alvorecer de Goiânia, como expor a utilização de signos e elementos da tradição, como mecanismo de afirmação política e legitimação de poder dos novos representantes políticos em Goiás.

Para Le Goff (2003, p. 470-471), desde as sociedades antigas, até as mais desenvolvidas, a luta pela dominação da recordação e da tradição se constituiu como um “instrumento e um objeto de poder” de diversos grupos ao longo da história. Assim, dos etruscos aos gregos, passando pelos romanos e por comunidades camaronesas, o autor citou vários exemplos de estratégias utilizadas pelos grupos dominantes para manipularem os símbolos tradicionais mais importantes, a fim de se perpetuarem na memória coletiva social.

Para Giddens (1997, p. 73-74), a modernidade se edificou sob os pilares da tradição.

Durante a maior parte da sua história, a modernidade reconstruiu a tradição enquanto a dissolia. Nas sociedades ocidentais, a persistência e a recriação da tradição foram fundamentais para a legitimação do poder, no sentido em que o Estado era capaz de se impor sobre “sujeitos” relativamente passivos.

A constatação do autor revela o paradoxo das ligações das sociedades modernas em relação às representações da tradição. Isso porque, na busca por superar essa tradição, a modernidade dela se apropria como forma de garantir legitimidade nessa tarefa.

Assim, a partir da década de 1930, os novos grupos políticos detentores do poder em Goiás forjaram um discurso ideológico de progresso e modernidade que embora renegasse a tradição, utilizou-se dela como instrumento de legitimação do seu discurso. As circunstâncias favoráveis a utilização dessa estratégia de poder foram identificadas, nesta pesquisa, nos principais eventos de fundação e consolidação de Goiânia, entre 1932 e 1942.

O processo de escolha do nome da cidade exemplifica essa questão. Em outubro de 1933, o jornal *O Social* realizou um concurso com esta finalidade, intitulado “Como se deve chamar a Nova Capital?”. Segundo Monteiro (1938, p. 261), esse concurso despertou o interesse de pessoas e intelectuais do território goiano.

Das sugestões enviadas, boa parte indicava o desejo de vinculação do nome da sede do governo às tradições do povo goiano, além de uma homenagem às personalidades de Goiás.

Em tributo ao interventor Pedro Ludovico, por exemplo, “patrono da ideia mudancista”, como afirmou um dos participantes do concurso, foram sugeridos nomes como “Petronia”, “Petrolândia”, “Perutaba” etc. De outra parte, em referência ao famoso bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva e ao período minerador em Goiás, outras indicações mencionadas foram “Anhanguera”, “Buenopolis”, “Bartolomeu Bueno”, “Eldorado”, “Aurilândia”. Algumas pessoas desejaram homenagear os principais rios goianos (Araguaia, Paranaíba, etc.), citando nomes como “Araguaina” e “Paranaguaia”, por exemplo. Outras, reconhecendo a importância das tradições indígenas, sugeriram nomes como “Tupirama”, “Maraubá” ou “Marataira” (MONTEIRO, 1938, p. 261-268).

Apesar de ter conseguido apenas dois votos, o nome escolhido para a nova capital foi “Goiânia”, oficializado pelo governo com o Decreto n.º 327, de 2 de agosto de 1935, como sugestão dos professores Alfredo de Faria Castro, sob o pseudônimo de Caramurú Silva do Brasil¹⁸ e Zanira Campos Rios (MONTEIRO, 1938, p. 268). Em sua edição de n.º 5, do dia 12 de outubro de 1933, o jornal *O Social* publicou a justificativa do Prof. Alfredo para a escolha desse nome:

GOIÂNIA

Qual o nome que pela sua significação, sua sonoridade; fácil grafia e sentido histórico, melhor se adaptaria à cidade nova que será a Capital do Estado?

Haverá, é certo, copiosa lista de denominações para a nova urbs. Nenhuma, porém, conservará o sabor histórico, a côr

¹⁸ Segundo informou Oscar Sabino Júnior (1980, p. 212), em uma nota do seu livro *Goiânia global*, o professor Alfredo de Faria Castro esclareceu ter sido ele, efetivamente, “o autor da sugestão vencedora do concurso”, em uma carta publicada no *Correio Oficial* em 8 de julho de 1942.

local, o significado regional desta palavra, curta, sonora, que reflete com serenidade a ideia de nossa origem.

A solução de continuidade histórica que adiviria da imposição de um apelido, talvez interessante e valioso, sob vários aspectos, à mais importante cidade do Estado, não deixaria de arranhar, sequer de leve, o entranhado amor que devotamos ao culto sagrado das nossas tradições.

Goiânia – Nova Goiaz, prolongamento da histórica Vila Boa, monumento grandioso que simbolizará a glória da origem de todos os goianos.

Goiaz, 10-10-33.

Caramurú Silva do Brasil. (MONTEIRO, 1938, p. 262).

Ao sugerir o nome “Goiânia”, Alfredo de Faria Castro, cognominado Caramurú Silva do Brasil, indicou essa denominação como uma “solução de continuidade histórica” em relação ao “entranhado amor”, devotado pelos goianos ao “culto sagrado” de suas tradições. Goiânia seria uma “Nova Goiaz, prolongamento da histórica Vila Boa” (MONTEIRO, 1938, p. 262).

A escolha desse nome, por parte do governo de Pedro Ludovico, com base em tais justificativas contraria, portanto, o discurso mudancista de ruptura com o passado e a tradição, disseminado por seus representantes políticos. Conforme se vê, o que pesou no critério utilizado para escolher o nome da cidade não foi o número de votos como poderia se imaginar a princípio, mas sim o sentido histórico que a palavra “Goiânia” poderia expressar para a coletividade social. A nova cidade, ainda carente deste e de outros atributos, poderia beneficiar-se com eles, adquirindo maior legitimidade junto à população, enquanto nova sede administrativa do Estado. Além disso, poderia *homenagear* a antiga capital e *redimir* os idealizadores da transferência do governo, perante os moradores da Cidade de Goiás.

No conturbado cenário sociopolítico pós 1930 em que se deu a construção de Goiânia – processo este caracterizado, segundo Chaul (1999), pelo embate entre mudancistas e antimudancistas – tornava-se necessário conquistar a adesão e o apoio social em torno desse projeto de poder.

Daí a necessidade do governo constituído, de sobrepor os seus objetivos pela conquista da legitimidade junto ao imaginário social. O controle e a posse dos bens simbólicos mais importantes, entre os quais os pertencentes ao universo da tradição, foram fundamentais para a efetivação desse propósito.

Segundo Balandier (1982, p. 06-07), esse processo “só se realiza e se conserva pela transposição, pela produção de imagens” e pela manipulação e organização desses símbolos em “um quadro cerimonial”, destinado a produzir efeitos, “entre os quais os que se comparam às ilusões criadas pelas ilusões do teatro. Para esse sistema de poder continuar funcionando, o ritual político de legitimação deve ser cotidianamente renovado. Segundo esse autor, o governante “deve se comportar como ator político para conquistar e conservar o poder” (BALANDIER, 1982, p. 06).

Para Balandier (1982, p. 05) a vida social e a organização dos diversos sistemas de poder são regidos pela “teatrocracia”. Em suas aparições públicas, o líder político deve atuar com habilidade e sabedoria. Sua oratória deve impressionar e provocar a adesão de seus súditos. No cenário em que se apresenta, o espetáculo deve ser conduzido de forma a produzir a ilusão de uma sociedade em ordem e harmonia (p. 06-07). Neste palco político, no qual o poder entra em cena, “o passado coletivo, elaborado em uma tradição, em costume, é a origem da legitimação” (p. 07).

Em Goiânia, estes e outros recursos permitiram aos novos grupos oligárquicos em ascensão a efetivação de seu projeto mudancista. Ao contrário do que propalavam, o vínculo da nova capital com os signos tradicionais não foi rompido. Antes disso, na arena política onde esses grupos se apresentavam, os bens simbólicos de natureza tradicional foram, constantemente, invocados em seus discursos, como forma de legitimar as ações políticas dos representantes do governo. O artigo publicado no *Correio Oficial*, do dia 06 de dezembro de 1935, por João Setúbal, revela, em seu trecho inicial, alguns indícios dessa estratégia:

O dia quatro deste mês de dezembro deve ser, à moda dos velhos tempos de Roma, assinalado pelos goianos [...] como uma pedra branca, *albo lapido*, emblema sugestivo das datas felizes. Efetivamente: um acontecimento surpreendente, embora esperado, quebra o ritmo da ancestral história deste grande Estado – acelerando as nossas vibrações de grandeza e progresso. Transferiu-se a sede do governo para Goiânia, a futura metrópole, em cuja frente acaba de cingir-se o diadema de rainha do grande Estado Mediterrâneo. [...].(TEIXEIRA, 1973, p. 131).

Para João Setúbal, a data de transferência da sede do governo para Goiânia deveria ser assinalada com uma *pedra branca*. Proveniente do latim *albo lapido*, esta expressão significava, de acordo com as antigas tradições culturais romanas, uma alusão aos dias de grande alegria e felicidade para o povo.¹⁹ Isto sugere que esse marco simbólico tradicional emprestaria um valor ainda maior a esse evento histórico de oficialização da cidade, transformando-o em um acontecimento notável. Este colocaria em movimento as aspirações de progresso e desenvolvimento do Estado, pelas mãos de seu maior estadista – Pedro Ludovico Teixeira.

De forma semelhante, o primeiro prefeito da capital, Venerando de Freitas Borges, pronunciou as seguintes palavras em seu discurso, por ocasião da visita do presidente Getúlio Vargas a Goiânia, no dia 5 de agosto de 1940:

O dia de hoje será marcado, à moda antiga, com uma pedra branca, pela satisfação que a vinda de Vossa Excelência a Goiás desperta. Nesta hora, de norte a sul e de leste a oeste desta imensa gleba, desde a mais luxuosa residência até o mais humilde casebre, entoa-se o hino da alegria mais pura, num ritual único de respeito e da admiração, da dedicação e da amizade mais sinceras. (TEIXEIRA, 1973, p. 114).

As palavras de Venerando colocam em evidência não apenas a importância estratégica atribuída aos bens simbólicos tradicionais, por parte dos porta-vozes políticos do governo goiano, como a necessidade de adequar esses códigos simbólicos em uma linguagem discursiva eficiente. Nesse sentido, cabe observar, em conformidade com Baczko (1985, p. 313), que “a influência dos imaginários sociais sobre as mentalidades depende em larga medida da difusão destes e, por conseguinte, dos meios que asseguram tal difusão”.

Entre os principais mecanismos utilizados para este fim, destaca-se a propagação de discursos portadores desses códigos simbólicos por meio de ostensiva campanha publicitária promovida pelo governo nesse período, tanto em Goiás como em outras unidades federativas. Como exemplo, o jornal *A Tarde*, de Ribeirão Preto, SP publicou, no dia 21 de janeiro de 1937, um artigo

¹⁹ Segundo o poeta e escritor português Antônio Cortez (1996, p. 30), sempre que se deparavam com um dia verdadeiramente alegre e feliz, os antigos romanos pronunciavam a expressão “*ALBO lapillo notare diem*”, cujo significado seria “importa marcar este dia com uma pedra branca” (grifo meu).

em que Pedro Ludovico é comparado a um chefe indígena à lendária figura de um bandeirante paulista

Para Austiclínio Brandão, autor do artigo, Goiânia constituiu-se como “o fruto sazonado das primeiras culturas do pajé”, Pedro Ludovico, responsável direto por conduzir a sua “tribo”, no caminho do desenvolvimento, e por vesti-la com “os esplendores do progresso”, que o interventor goiano foi buscar nas grandes metrópoles. Em suas palavras, o “iluminado pajé” não se valeu apenas da sabedoria e dos instrumentos comuns a uma tribo indígena, mas sim das inovações tecnológicas e dos símbolos modernos que aos poucos foram introduzidos na capital, edificada, segundo ele, como uma “nova TABA, sob a proteção dos deuses nos sertões do grande Estado Mediterrâneo” (TEIXEIRA, 1973, p. 145).

Por este feito, Austiclínio Brandão investe ao seu homenageado, o título de “novo Anhanguera”, comparando a astúcia, coragem e audácia de Pedro Ludovico, com o empreendimento da viagem de Bartolomeu Bueno da Silva Filho pelo território goiano, no início do século XVIII, quando se deu o embate entre os povos indígenas locais e os integrantes de sua bandeira, em busca de ouro (TEIXEIRA, 1973, p. 143).

A partir 1942, ano em que começou a circular, a *Revista Oeste* publicou artigos, crônicas, produções literárias etc., com menção à imagem de Pedro Ludovico como o *novo Anhanguera de Goiás*. No poema “Exaltação”, de autoria de Francisco de Brito, essa comparação pode ser observada nos versos do poeta:

Exaltação

Ao ensejo da inauguração oficial de Goiânia

Um gênio audaz, da estirpe do Anhanguera,
enfrentando e vencendo dissabores
aqui plantou o marco de outra era.

A maneira do rude pioneiro
que escreveu a epopéia das Bandeiras,
ao seu povo ele deu novo roteiro.

Da luta furiosa e sem clemência
surgiu Goiânia, esplêndida e vibrante,
em revide aos tabús da decadência.

Soberba, impressionante realidade,
Goiânia empolga como raro exemplo
que um homem dá de força de vontade.

Cabem-lhe agora os louros da vitória:
a quem venceu sozinho uma batalha
sobra um lugar no Panteon da História!
(REVISTA OESTE, 2001, p. 24).

Na primeira estrofe, o autor atribuiu ao bandeirante Anhanguera a honra de ter implantado o marco de uma nova era no território goiano, por meio de sua audácia e perseverança. Com essa descrição, o poeta forjou uma imagem estilizada de Bartolomeu Bueno, transformando-o em um personagem mítico e heróico.

Tal como o herói bandeirante de outrora, esses atributos foram transferidos ao governante goiano nos versos seguintes. De estrofe em estrofe, em sua luta homérica contra os *tabus da decadência*, Pedro Ludovico se converte, segundo o escritor, no vencedor solitário dessa grande batalha, pela construção de Goiânia, conquistando um lugar no *Panteon da História* e escrevendo uma nova *epopéia* nos sertões de Goiás.

Em julho de 1944, a *Revista Oeste* publicou, em sua edição comemorativa do segundo aniversário do batismo cultural, outros artigos e produções literárias que se destacaram, igualmente, pela recorrência a essa linguagem épica e mítica associada à imagem de Pedro Ludovico e ao surgimento da nova capital. A crônica intitulada “Um novo bandeirante do século XX”, de Vasco de Castro Lima, publicada pela primeira vez na *Revista Alterosa* de Belo Horizonte, em 1942, constitui-se como um desses exemplos.

O cenário inicial descrito nessa crônica apresenta o aluno Pedrinho em uma sala de aula, sendo questionado pela professora se havia estudado a lição de geografia. Trata-se, na verdade, de uma clara alusão a uma infância fictícia de Pedro Ludovico, em que este teria previsto a necessidade da construção de uma nova capital para Goiás. Para o colunista da *Revista Oeste* (2001, p. 712), o desenrolar dos anos confirmou a visão predestinada daquele que se tornou, em suas palavras, o “novo Anhanguera do Brasil de 42”.

O menino *frágil* e sonhador de antes tornou-se, por um capricho do destino, o novo desbravador do cerrado goiano, responsável por retirar o estado da poeira do esquecimento. Mais do que isso, coube a ele a tarefa de

erigir Goiânia, cidade que, “como na Canaa do Profeta, emana alí o mel saboroso dos mais doces favos” (REVISTA OESTE, 2001, p. 712).

Ao assumir a alcunha de *novo Anhanguera*, Pedro Ludovico incorporou, nas palavras do cronista, os principais atributos consagrados ao descobridor das minas de ouro em Goiás como um personagem audaz e destemido, reatualizando, desse modo, o mito do herói bandeirante ao contexto histórico das décadas de 1930 e 1940.²⁰

Para Balandier (1982, p. 07), o mito do herói constitui-se como um dos recursos que acentuam a teatralidade política, transmitindo ao soberano “uma autoridade mais espetacular do que a rotineira”. Sua autenticidade não reside, segundo o autor, no fato de ser considerado o mais capaz. Antes disso, “ele é reconhecido em virtude de sua força dramática. Dela deriva sua qualidade, e não do nascimento ou da formação recebida. Ele aparece, age, provoca a adesão, recebe o poder” (BALANDIER, 1982, p. 07). A partir daí, cabe ao soberano atuar com habilidade e astúcia para convencer seus súditos de que o futuro que anuncia para eles será convertido em vantagens e benefícios para a grande maioria.

Em busca de validar o discurso mudancista de progresso e modernidade, os novos representantes políticos do governo goiano procuraram transferir para os bastidores desse teatro político, a representação de uma narrativa épica e mítica em torno da imagem de Pedro Ludovico e da construção de Goiânia. As cerimônias e os rituais políticos de oficialização da cidade, entre 1932 e 1942, converteram-se como os momentos propícios para a consagração desse espetáculo de encenação do poder.

²⁰ Para Eduardo Gusmão de Quadros (2007, p. 01-13), as circunstâncias que transformaram a trajetória de Bartolomeu Bueno na narrativa fundadora de Goiás, ao ponto de consolidar suas ações numa tradição mítica que o equipararam a figura do herói desbravador dos sertões, deve ser analisada como desdobramento de um gradativo processo de estilização da sua imagem por parte da historiografia clássica goiana. Segundo ele, “essa adjetivação heroicizante encontra-se já na pena de Silva e Souza, tido como pai da historiografia goiana”. No compasso dessa representação gloriosa do Anhanguera e do movimento bandeirante como um todo, encontram-se ainda, conforme o autor, nomes como o do governador Alencastre e de personalidades como Americano do Brasil, que enalteciam sobremaneira, em seus textos, os feitos de Bartolomeu Bueno. Por fim, as marcas dessa concepção heroica e mítica que o acompanharam, desde então, e que converteram a sua viagem em uma jornada épica pelo território goiano, foram consolidadas e assumiram a forma atual de uma tradição, “no primeiro manual didático de História de Goiás, publicado em 1932”, sendo, posteriormente, reatualizado na década de noventa deste mesmo século, por Luis Palacín e Maria Augusta de Sant’Ana Moraes.

Em 5 de julho de 1942, por exemplo, durante a celebração da missa campal do batismo cultural de Goiânia, D. Aquino Correa, arcebispo de Cuiabá, conferiu a Pedro Ludovico o título de “Terceiro Anhanguera”. Esse fato, provavelmente, contribuiu para a propagação de sua imagem como o “novo Anhanguera do Brasil de 42”, como aludiu Vasco de Castro Lima em sua crônica (REVISTA OESTE, 2001, p. 712).

Em julho de 1942, o secretário geral do IBGE, Augusto Teixeira de Freitas pronunciou um discurso alusivo à construção de Goiânia, durante os festejos do batismo cultural. Segundo ele, a edificação da cidade representou uma retomada do espírito bandeirante, que permitiu aos desbravadores do passado a realização da aventura épica da conquista. Nas palavras do secretário, a edificação da nova capital representou, assim como antes, “um verdadeiro milagre da inteligência criadora do homem brasileiro” e uma prova de “fé nos destinos do Brasil”, que o Estado de Goiás ofereceu à nação, “como exemplo admirável” de sua “predestinação histórica” (TEIXEIRA, 1973, p. 173-174). Pedro Ludovico, por sua vez, foi considerado por ele como o grande mentor dessa epopéia. E por seu “idealismo sincero” e “vontade vigorosa”, foi denominado o “bandeirante do Brasil”, daqueles tempos (p. 174).

A apropriação desses e de outros elementos tradicionais por parte dos representantes do governo goiano, durante os eventos cívicos de fundação e oficialização de Goiânia, se assemelha aos rituais de poder utilizados por diversos governantes ao longo da história. Segundo Geertz (1997, p. 186-187), o conjunto das formas simbólicas incorporadas por certos indivíduos e a relação que estes mantêm com os centros ativos da ordem social, confere ao líder político o carisma e a legitimidade das suas ações.

Para Laplantine e Trindade (2008, p. 06), “embora não esgotem todas as experiências sociais, os símbolos mobilizam de maneira afetiva as ações humanas e legitimam essas ações”, o que faz deles componentes essenciais nas relações entre os homens. “Fora de uma rede simbólica”, alertam os autores, “a vida social seria praticamente impossível” (LAPLANTINE; TRINDADE, 2008, p. 06).

Isso explica, pelo menos em parte, as razões que levaram os grupos políticos ligados ao governo goiano a se apropriarem desses bens simbólicos tradicionais. Ao indagar outros prováveis motivos responsáveis pela recorrência

dessa narrativa épica dos bandeirantes, durante o alvorecer de Goiânia, Antônio César Caldas Pinheiro (2003, p. 32) considera a possibilidade que, nesse período, o Estado de Goiás e sua recente capital “necessitassem de um símbolo que fosse representativo de sua história e que invocasse a formação de seu povo, construindo-lhe uma identidade”.

Pelo exposto, torna-se prudente considerar o fato de que a utilização desses bens simbólicos tradicionais por determinados grupos, bem como sua transmissão e assimilação dependeram, em certa medida, do sentido atribuído a esses códigos simbólicos pela coletividade social goianiense.

Segundo Rodrigues (1997, p. 04), “este processo de transmissão é feito em momentos privilegiados, mas alimenta-se no decurso da própria vida cotidiana, através de posturas, de uma *hexis*, ao longo de toda a vida”, conferindo ao sujeito identidade e sentido de orientação.

Seja como for, “a tradição sobre os bandeirantes foi lentamente sendo colocada nos quadros da modernidade goianiense”, o que permitiu ao Anhanguera se instalar nas ruas da nova capital (QUADROS, 2005, p. 07). As marcas dessa presença podem ser observadas na paisagem urbanística da cidade, desde suas origens. Por essa época, afirma Quadros, “a avenida que fechava o triângulo equilátero do centro de Goiânia já tinha seu nome” (p. 10). Além disso, “uma homenagem ao bandeirante era pensada desde os primeiros anos da cidade” (p. 10), o que de fato foi registrado no Plano Diretor de Goiânia, elaborado por Atilio Corrêa Lima, em 1935 (SABINO JÚNIOR, 1980, p. 204).

Em 9 de novembro de 1942, o Monumento ao Bandeirante²¹ finalmente foi inaugurado. Desde então, a imagem do Anhanguera se encontra até hoje fixada no cruzamento das avenidas Goiás (Pedro Ludovico) e Anhanguera.

Nos vitrais do Palácio das Esmeraldas, o bandeirante paulista aparentemente lidera os integrantes de seu grupo em uma jornada épica pelo interior do território goiano.

²¹ A notícia sobre a inauguração do Monumento ao Bandeirante nessa data foi veiculada pelo *Correio Oficial*, em sua edição n. 4.398, do dia 12 de novembro do mesmo ano. Informa ter sido a escultura um presente doado por um grupo de estudantes do Centro Acadêmico XI de Agosto da Faculdade de Direito de São Paulo.

Imagem 14



Vitrail do primeiro andar do Palácio das Esmeraldas produzido na década de 1930. A colonização bandeirante. Fonte: COSTA, 2009, p. 215.

A imagem do painel ilustra o cenário de uma selva densa penetrada pelos viajantes paulistas, em busca de metais preciosos. A forma como eles são representados na figura – ao lado de alguns índios escravizados, penetrando no ambiente inóspito, de uma natureza selvagem – valoriza os atributos de coragem e valentia que o artista, provavelmente, tentou transmitir, e que lhes renderam a alcunha de *heróis desbravadores* do sertão. Simbolicamente, a presença deles indica a chegada da *civilização* e junto com ela o início do processo de colonização e povoamento de Goiás.

Segundo Costa (2009, p. 215), embora não se saiba a data exata de produção dos vitrais, “provavelmente nos anos de 1936 ou 1937”, período de inauguração do Palácio do Governo, coube ao russo Conrado Sorgenitch, a autoria dessa obra, encomendada à época por Pedro Ludovico.

Em um segundo painel disposto no andar superior deste edifício, o artista retomou a temática tradicional de outros períodos da história goiana.

Imagem 15



Vitrail do segundo andar do Palácio das Esmeraldas produzido na década de 1930. Mineração e pecuária. Fonte: COSTA, 2009, p. 215.

Nesta ilustração, encontra-se a representação imagética de temporalidades históricas distintas registradas nos anais da historiografia oficial goiana. À direita, como se nota, três homens bateiam o cascalho às margens de um pequeno riacho em busca de ouro. A imagem retrata uma provável cena do cotidiano vivenciado por mineradores e escravos, durante o ciclo do ouro em Goiás, no século XVIII.

Nos dois quadros ao lado, a paisagem rural e agreste do sertão sugere a transposição para outro período histórico, quando a agricultura e a pecuária se tornaram o sustentáculo da economia regional, mediante o rápido declínio da produção aurífera em Goiás. No centro do painel, verifica-se a presença de um vaqueiro conduzindo sua boiada pelas estradas do cerrado goiano. À esquerda, o rancho de palha e o carro de boi completam o cenário de uma

paisagem sertaneja bucólica, representada nos vitrais do *moderno* edifício *art déco* da sede do governo.

Para Arrais (2010), a reconstituição narrativa dos elementos históricos reproduzidos na fachada do Palácio das Esmeraldas desempenhou um papel pedagógico semelhante às obras de arte retratadas no interior das catedrais europeias, durante a Idade Média. No contexto local, esse papel relacionou-se, segundo ele, “ao interesse em representar a trajetória sócio-econômica do Estado de Goiás e fornecer os elementos fundadores da identidade regional, reforçando assim o caráter cívico-monumental do centro da cidade” (ARRAIS, 2010, p. 192).

Mais uma vez, isso demonstra a nítida incoerência do discurso mudancista de ruptura com a tradição. Idealizada para representar o advento do progresso e da modernidade em Goiás, a construção de Goiânia não abdicou dos valores e elementos da tradição em seu processo de formação.

Antes disso, durante as principais etapas de edificação da nova capital, o governo do Estado recorreu em diversas ocasiões aos bens simbólicos tradicionais, como forma de validar ainda mais o seu discurso de afirmação política e legitimação de poder.

Capítulo 3

AS BÊNÇÃOS DA IGREJA CATÓLICA À CONSTRUÇÃO DE GOIÂNIA, 1932-1942

3.1 A restauração católica no Brasil

Para Sérgio Miceli (1988, p. 152-153), a fase que se inicia após a separação Igreja-Estado em 1890 não deve ser entendida como um “período de trevas” para a corporação eclesiástica e sim como uma nova etapa de sua “construção institucional”. A razão disso se deve ao fato de que foi exatamente nesse período, que a Igreja conseguiu valer-se da autonomia e independência conquistada no novo regime para alavancar de vez o seu crescimento e reestruturação clerical. Nesse sentido, a instituição contou com o apoio material e com a orientação doutrinária e disciplinar da Santa Sé, ainda empenhada em seus esforços para a romanização do catolicismo brasileiro.

Dessa forma, após 25 anos de alienação junto ao poder público, a Igreja Católica logrou êxito considerável em múltiplas frentes de atuação:

Estabilizou suas fontes de receita e recuperou seu patrimônio imobiliário; reconstruiu e modernizou suas casas de formação e seminários; dinamizou consideravelmente sua presença territorial; moralizou, profissionalizou e ampliou seus quadros de pessoal, ainda que para tanto tivesse que apelar maciçamente à importação de mão-de-obra religiosa; diversificou a pauta de serviços escolares, que passou praticamente a monopolizar; celebrou alianças com facções oligárquicas estaduais; em suma, a Igreja Católica viabilizou-se como empreendimento religioso e como organização burocrática (MICELI, 1988, p. 153).

Essas conquistas logo apresentaram resultados favoráveis entre as décadas de 1920 e 1930, quando a Igreja Católica ocupou uma posição de destaque no cenário político nacional. Nesse contexto, tornou-se efetivamente possível o esforço de recriação, tanto por parte da hierarquia eclesiástica

quanto do governo brasileiro, de um modelo de Estado e de sociedade pautados nos valores cristãos.

Segundo Riolando Azzi (1994, p. 22-23), esse processo obedeceu as diretrizes adotadas pela Santa Sé Romana durante o pontificado do papa Pio XI. Com a assinatura do Tratado de Latrão em 1920, a Igreja e o governo italiano voltaram a se entender – restabelecendo assim a situação anterior a 1870, ano em que se deu o rompimento entre os dois setores, durante a invasão de Roma pelas tropas italianas.

A partir de então a Igreja Católica assumiu uma nova orientação, que diferentemente do que se preconizara com o ultramontanismo do século anterior, se pautava agora na elaboração de novos mecanismos de influência sobre a sociedade moderna (AZZI, 1994, p. 23).

Para Thomas Bruneau (1974, p. 77), a conjuntura histórica favorável a essa reaproximação entre a esfera temporal e a espiritual no Brasil, surge por decorrência da grande instabilidade política e social que marcaram os primeiros anos da década de 1920, caracterizados por “baixos níveis de industrialização, urbanização, diferenciação social e centralização política”. Com isso, o sistema se tornou cada vez mais vulnerável na tentativa de conter os distúrbios civis, os movimentos revolucionários e as crescentes ameaças de revoltas e insurreições populares. Diante desse contexto, Bruneau (1974, p. 77) afirma:

É significativo que nesses tempos de intranqüilidade civil as autoridades se voltassem para a Igreja como um meio de aumentar a sua legitimidade aos olhos do povo. Parece exato afirmar que a alienação da Constituição da realidade nacional se tornou cada vez mais óbvia com a intranqüilidade social e a instabilidade política: a elite procurou, então, o apoio da Igreja.

A essa crescente busca de apoio da Igreja por parte das principais lideranças políticas e sociais e a esse esforço contínuo de recriação da influência do catolicismo dentro da sociedade brasileira, Riolando Azzi (1994, p. 20) refere-se como restauração católica. Acerca desse conceito, o autor esclarece:

Não se trata, na realidade, de uma simples reedição do período da Cristandade colonial. De forma alguma interessava ao episcopado brasileiro ver a instituição eclesiástica reduzida simplesmente a um departamento de culto do governo. O que efetivamente se procura nesse período é uma forma de

colaboração harmônica entre os dois poderes. Segundo os preladados, união ou separação são duas posições antagônicas e simplistas que devem ser superadas. Deve-se, ao invés, restabelecer um novo tipo de relacionamento entre Igreja e Estado que se caracterize por uma colaboração que respeite a nítida distinção entre a esfera espiritual e a temporal. (AZZI, 1994, p. 32)

Vê-se, portanto, que restaurar significa, nesse sentido, restabelecer a força da Igreja e da fé católica como elementos constitutivos da sociedade, de forma que nem a Igreja se submeta ao controle do Estado e muito menos concorra com este para subjugá-lo. A partir de então, a colaboração mútua passa a ser o princípio fundamental nessa nova aliança. Ainda conforme este autor, “essa colaboração efetiva foi restabelecida não tanto em força de documentos formais, mas principalmente através de gestos significativos de ambas as partes” (AZZI, 1994, p. 30).

Os gestos significativos a que Azzi se refere compõem exatamente o quadro de crescentes entendimentos e relações cordiais entre os representantes da Igreja e do governo, a partir da década de 1920 e, sobretudo, após o movimento revolucionário de 1930, que conduziu Getúlio Vargas ao poder. Este, segundo observa Bruneau (1974, p. 80) “usou os símbolos e crenças do catolicismo para garantir a legitimidade enquanto governava, dando assim grande importância ao apoio da Igreja como a instituição que presumivelmente controlava e interpretava a religião”.

Em âmbito nacional, os maiores símbolos dessa política de aproximação entre as principais lideranças governistas e os membros mais influentes da hierarquia eclesiástica brasileira foram os vários eventos e encontros dos quais essas personalidades participaram, ao longo da segunda e terceira décadas do século XX.

Entre esses eventos destaca-se, por exemplo, o desfile de carro pelas ruas do Rio de Janeiro com a presença de D. Leme e do Presidente Epitácio Pessoa, em 1922, visando, segundo Azzi (1994, p. 18) “prestigiar a sua autoridade abalada.” Destaca-se, além disso, a visita do presidente Artur Bernardes ao Cardeal Arco Verde, em 1924, no Palácio da Arquidiocese, sendo essa a primeira visita oficial de um chefe de Estado desde a separação com a Igreja em 1890 (p. 18).

Após o movimento revolucionário de 1930, esses laços de aproximação estreitaram-se ainda mais e o novo governo constituído não demorou a buscar o apoio da Igreja para a sua legitimação. Assim, um dos exemplos mais significativos, desse período, se deu com a inauguração do monumento ao Cristo Redentor no alto do Corcovado em 1931, quando Getúlio Vargas e seu ministério estiveram presentes nesse evento. Vale lembrar, a visita do Cardeal Leme ao presidente da república no Palácio Guanabara, nesse mesmo ano e, por fim, a retribuição de Getúlio Vargas, quando este foi de encontro ao chefe da Igreja no Palácio São Joaquim (AZZI, 1994, p. 18-19).

As mobilizações de massas que a Igreja, constantemente, reuniu nesse período, podem ser consideradas, dado o seu valor simbólico, como uma extensão dos “gestos significativos” a que Azzi se refere, ou dos “signos de êxito” que Romualdo Dias (1996, p. 19)²² enfatiza como sendo de grande alcance popular. Desses eventos, destaca-se o Congresso Eucarístico de 1922, realizado por ocasião da comemoração do centenário da Independência,²³ a consagração de Nossa Senhora Aparecida como a padroeira oficial do Brasil, em 1931; e, por fim, o Congresso Eucarístico de 1933 em Salvador (DIAS, 1996, p. 108).

Paralelo a esses esforços de colaboração entre a nunciatura apostólica brasileira e as autoridades civis, a Igreja Católica empreendeu outras estratégias de pressão para aumentar o seu poder de influência e prestígio social, armas estas que se mostraram relativamente eficazes para convencer as autoridades políticas das vantagens de se poder contar com o seu apoio.

Com esse intuito, D. Leme estimulou a criação do Centro D. Vital em 1922, sob a direção do jornalista Jackson de Figueiredo, reunindo representantes católicos e personalidades leigas, imbuídas de atrair e cooptar o apoio e a adesão das elites intelectuais do país (AZZI, 1994, p. 105).

Com a publicação da revista *A Ordem*, o Centro D. Vital tornou-se, a partir de então, o grande baluarte e porta voz do pensamento católico nesse

²² Segundo o autor, entre os anos de 1922 e 1935 a hierarquia católica empreendeu um imenso esforço para redefinir o papel do catolicismo na sociedade brasileira. Nesse sentido, as mobilizações de massas ocorridas nesse período se constituíram como um recurso bastante utilizado na busca desse objetivo (DIAS, 1996, p. 19).

²³ Foi nesta ocasião que D. Aquino Correa, arcebispo de Cuiabá – o mesmo que vinte anos depois celebrou a missa campal na inauguração de Goiânia, em 1942 – proferiu o grito da nova independência: “Cristo ou morte” (DIAS, 1996, p. 58).

período. Ao propugnar a resistência dos movimentos reformistas e sociais no país, Azzi (1994, p. 105) observa que a sua ação colocou em evidência a importância da religião como o instrumento necessário para a difusão da ordem e o combate ao anarquismo e a intranquilidade civil. A maior parte do movimento em torno do Centro D. Vital foi reorganizada na Coligação Católica Brasileira e, posteriormente, na Ação Católica, que se tornou o primeiro programa oficial a aglutinar nacionalmente toda a mobilização da intelectualidade leiga do país.

Fica evidente, portanto, a nova conjuntura política inaugurada entre os anos de 1920 e 1930. Esta conjuntura, associou-se aos avanços internos alcançados pela Igreja após 1890, facilitando a sua reaproximação com o Estado e a efetivação de seu projeto restaurador.²⁴

3.2 D. Emanuel: o arcebispo da restauração

Em Goiás, coube ao salesiano D. Emanuel Gomes de Oliveira, a condução do movimento de restauração católica, após a morte de D. Prudêncio Gomes da Silva, em 1921. Assim como seu antecessor, ele foi recebido na capital goiana com entusiasmo pela população. No dia 5 de agosto de 1923, assistiu-se a entrada solene de D. Emanuel, de posse “de seu carro Ford e levando consigo o primeiro aparelho de rádio” visto naquela cidade (SILVA, 2006, p. 438).

As autoridades políticas, civis e eclesiásticas, compareceram ao evento para saudar o apóstolo diocesano. Segundo o cônego José Trindade Silva (2006, p. 446), estava presente “o Presidente do Estado com todo seu

²⁴ Nesse sentido, a Constituição de 1934 é apontada por Thomas Bruneau, como a consagração de uma grande vitória para a Igreja Católica. Segundo o autor, o seu prefácio rezava: “colocando a nossa confiança em Deus”. Além disso: “A separação entre a Igreja e o Estado continuava, mas agora o governo podia ajudá-la financeiramente, ‘no interesse da coletividade’ (art. 17); Os membros das ordens religiosas podiam votar agora (art. 108); As associações religiosas ficaram muito mais à vontade sob as facilidades jurídicas (art. 113 e 5); A assistência espiritual passou a ser permitida nos estabelecimentos oficiais e militares (art. 113 e 6); O casamento religioso ficou inteiramente reconhecido nos termos civis (art. 145) e o divórcio, proibido (art. 144); E, provavelmente mais importante que tudo, ficou prevista a educação religiosa dentro do horário escolar, e o Estado podia subvencionar as escolas católicas (art. 153)” (BRUNEAU, 1974, p. 83).

secretariado, o Presidente do Tribunal de Apelação, o Chefe de Polícia, Intendente Municipal de Goiás, Procurador Geral do Estado, autoridades judiciárias, o Diretor do Liceu do Estado.”

A recepção oficial do governo goiano ao novo bispo, “como nos melhores tempos da união Igreja-Estado” (SANTOS, 1984, p. 319), sugere a advento de um contexto histórico favorável à reaproximação entre essas duas instituições.

Para Miguel Archângelo, isso demonstra que em Goiás, tanto os dirigentes políticos quanto os representantes eclesiásticos necessitavam apoiarem-se mutuamente nesse período: a Igreja, segundo o autor, necessitava de maior projeção social para fazer frente aos diversos *ismos*, “como o protestantismo, o espiritismo, o modernismo e mesmo o comunismo” (SANTOS, 1984, p. 322-323); o Estado, representado pela oligarquia dos Caiado, buscava a conservação de seu poder, “também ameaçado” (p. 320).

Interessado em levar adiante a execução desse projeto restaurador, D. Emanuel Gomes de Oliveira procurou, inicialmente, reestruturar o equilíbrio financeiro e administrativo de sua vasta diocese. Embora D. Prudêncio Gomes da Silva tenha se destacado por implementar algumas medidas visando sanar esses problemas, o ambiente econômico herdado pelo novo prelado inspirava preocupação, a começar pelo palácio episcopal e pelo prédio do seminário diocesano. Estes estavam hipotecados por causa de dívidas (SILVA, 2006, p. 437). Para quitá-las e regularizar a situação patrimonial das diversas paróquias e matrizes da capital e de outras cidades, D. Emanuel recorreu às deixas testamentárias de Francisco Inácio de Souza, vigário capitular, que assumiu a administração da diocese após a morte de D. Prudêncio.

Em sua edição, de n. 82 do dia primeiro de novembro de 1924, o *Santuário de Trindade* noticiou o fim desse entrave financeiro, informando que o bispo estava empenhado na solução de outros problemas:

Desejando conhecer a diocese, já percorreu quasi todo o Sul e parte Norte do Estado, examinando e estudando as necessidades do campanário. Desembaraçou a mitra da hipoteca que pesava sobre o Seminário e o palácio episcopal para com a ‘Mutualidade Catholica’. Já pagou todas as dívidas da diocese que não deixavam de ser avultadas para nosso meio (SILVA, 2006, p. 450).

Além dessas medidas, D. Emanuel Gomes de Oliveira modificou as cláusulas contratuais entre a mitra diocesana e as romarias sob seu controle, notadamente com relação a festa do Divino Pai Eterno de Trindade, “cujo contrato não oferecia vantagens para a Igreja, que precisava de rendas para custear inúmeros gastos” (SILVA, 2000, p. 77).

Para o cônego José Trindade Silva (2006, p. 451-452), a atuação pastoral de D. Emanuel Gomes de Oliveira foi intensa e pela quantidade de visitas pastorais realizadas, agiu mais como “missionário do que mesmo o Pastor diocesano”. A frente de sua diocese, ele escreveu poucas cartas pastorais²⁵. Isso se explica, segundo Miguel Archângelo Santos (1984, p. 334), pela preferência deste bispo pelo contato pessoal, facilitado, sem dúvida, pelo uso do automóvel como forma de locomoção.

Em 1926, D. Emanuel Gomes de Oliveira transferiu o Seminário Santa Cruz para Bonfim (atual Silvânia), uma vez que as dificuldades antigas de subsistência, localização, falta de apoio financeiro, etc., ameaçavam seu fechamento. Esta cidade, desde cedo despertou a atenção do bispo, que vislumbrou nela, “todas as possibilidades de um grande centro de irradiação salesiana em Goiás” (SILVA, 2006, p. 449).

Situada numa faixa geográfica mais centralizada em relação ao território eclesiástico e cogitada para receber naquela época os trilhos da estrada de ferro, Bonfim apresentava as credenciais de uma cidade com boas perspectivas de desenvolvimento. Além disso, D. Emanuel Gomes de Oliveira sentiu ali um ambiente de maior cooperação com a Igreja em relação à Cidade de Goiás, cuja atmosfera política de desconfiança “arrancara tantas lágrimas a Dom Eduardo e que Dom Prudêncio mitigava através de longas visitas pastorais” (SILVA, 2006, p. 444). Por esses motivos, solicitou do papa autorização para residir nesta cidade, o que foi prontamente aceito.

Em 1927, o prelado goiano construiu em Bonfim o Ginásio Anchieta e em 1932, o Colégio Nossa Senhora Maria Auxiliadora. Fundou-se neste local, em outubro de 1931, O *Jornal Brasil Central*, destinado a propagar as ações

²⁵ Para Archângelo, as cartas pastorais se constituíram, durante muito tempo, como “instrumentos clássicos de comunicação” utilizados pelos bispos reformadores. (SANTOS, 1984, p. 334).

doutrinárias da Igreja Católica, em consonância com as orientações do papa Pio X e com a política restauradora do clero nacional. Em 1933, quando foi consagrado arcebispo de Goiás, D. Emanuel chegou a utilizar este veículo oficial da imprensa diocesana para orientar o eleitorado católico do Estado. Em um trecho do jornal, ele aconselhou todos os fiéis da Igreja sobre como reconhecer os melhores candidatos políticos: “Deve-se votar nos bons candidatos, e os bons candidatos são aqueles cuja maneira de proceder e pensar permitem acreditar que eles votarão leis boas. As leis são boas, quando não são contrárias à Lei de Deus e da Igreja” (SILVA, 2006, p. 453).

Durante o longo período de sua gestão episcopal (1923-1955), D. Emanuel Gomes de Oliveira introduziu várias ações de cunho sócio religioso em Goiás, o que contribuiu para alavancar a projeção social da Igreja Católica e fortalecer suas pretensões restauradoras. A principal dessas ações se deu na área de ensino, o que rendeu a este prelado o título de *Arcebispo da Instrução*.

Convicto de que o laicismo e os vícios do mundo moderno haviam corrompido a obra educativa, promovendo a degradação dos valores morais e religiosos da juventude, D. Emanuel Gomes de Oliveira considerava a educação e a instrução de base cristã como os verdadeiros pilares da vida humana. Imbuído deste ideal, empenhou-se na construção de várias instituições de ensino no Estado. Em Morrinhos e Anápolis,²⁶ por exemplo, colaborou para a edificação de ginásios escolares confiados aos padres estigmatinos e franciscanos e às irmãs salesianas (MENEZES, 2001, p. 97-98). Em Goiânia, envidou esforços para a construção dos colégios Ateneu Dom Bosco, Santo Agostinho e Externato São José, sob as direções dos padres salesianos, das irmãs agostinianas e dominicanas, respectivamente. Incentivou também a criação de cursos ginasiais dedicados ao ensino profissionalizante e a construção de várias escolas paroquiais e agrícolas em outras cidades. (MENEZES, 2001, p. 98-99).

Segundo Menezes (2001, p. 103), ao final da década de 1940, o número de instituições de ensino médio, mantidas ou coordenadas pela mitra arquidiocesana em Goiás, representava “52,6% do total, os oficiais, 26%, e os

²⁶ Em Anápolis, D. Emanuel contribuiu para implantar uma unidade do Senai. Para tanto, entrou em contato com o diretor geral desta instituição, o alemão luterano Roberto Mange, do qual o arcebispo era amigo, solicitando o seu apoio, que foi correspondido de imediato. (MENEZES, 2001, p. 98).

particulares, 21%. Na capital, a porcentagem era de 40% para a diocese e de 20% para o estado.

No ensino superior, o arcebispo colaborou, juntamente com a Conferência de São Vicente de Paulo, para a criação da Faculdade de Farmácia e Odontologia e para a Escola de Enfermagem em Goiânia. A Faculdade de Filosofia e de Medicina, também contaram com o apoio financeiro e estrutural da arquidiocese. Estas instituições, se tornaram a base da atual Universidade Federal de Goiás e da Pontifícia Universidade Católica.²⁷

Na área social, a atuação da arquidiocese em parceria com algumas comunidades e associações religiosas contribuiu para a projeção da Igreja Católica em Goiás, o que despertou o interesse e o apoio do poder civil (MENEZES, 2001, p. 48). Destaca-se, nesse sentido, a construção, reforma ou manutenção de creches, orfanatos, asilos, patronatos agrícolas etc., que contaram, em alguns casos, com o auxílio financeiro por parte do governo.

Em 1927, por exemplo, o presidente Washington Luiz liberou a solicitação de uma verba de 40 contos de réis, feita pelo deputado goiano Olegário Pinto, para a implantação de um patronato agrícola fundado por D. Emanuel na cidade Bonfim, em uma estrutura anexa ao Colégio Anchieta. (SENADO FEDERAL, *decreto n. 5.145 C* – de 7 de Janeiro de 1927).

Da mesma forma, a construção da Santa Casa de Misericórdia de Goiânia, em 1937, foi realizada pela conjugação de esforços entre a Conferência São Vicente de Paulo, o arcebispo D. Emanuel, autoridades políticas e representantes da sociedade em geral. Através do apoio da primeira dama do estado, Gercina Borges Teixeira, foram angariados fundos e donativos para as obras do primeiro hospital da nova capital. Em 1940, quando esteve em Goiânia e visitou a Santa Casa, o presidente Getúlio Vargas também se comprometeu em manter os subsídios federais destinados a esta instituição hospitalar. (MENEZES, 2001, p. 58).

²⁷ Durante o Congresso Eucarístico realizado em Goiânia em 1948, em comemoração aos 25 anos de sua sagração episcopal, D. Emanuel Gomes de Oliveira “lançou a idéia da criação de uma universidade em Goiás”, sendo ele, “a primeira pessoa” a tomar essa iniciativa (MENEZES, 2001, p. 107). A ideia da criação dessa universidade por parte de D. Emanuel, chegou a tramitar em forma de anteprojeto de lei durante o governo de Jerônimo Coimbra Bueno, o qual criaria a Universidade Brasil Central. Apesar de não ter sido efetivado, esse anteprojeto serviu de modelo para a fundação da Universidade Federal de Goiás. (p. 107).

Paralelo ao empenho da mitra arquidiocesana em expandir sua atuação junto à sociedade goiana, a participação das ordens e congregações religiosas, mostrou-se importante para a consolidação do movimento de restauração católica em Goiás. Em 1922, existiam apenas três delas no estado: a dos padres redentoristas, dominicanos e agostinianos. Já em 1948, existiam sete comunidades masculinas e nove femininas, como descreveu o cônego José Trindade Silva (2006, p. 462-463):

Hoje a Arquidiocese conta com sete comunidades religiosas de sacerdotes, sendo: Padres Redentoristas, em Goiânia (Campinas) e Trindade, na direção do Santuário; Padres Cordimarianos, em Goiânia e na prelazia de S. José Tocantins; Padres Salesianos, em Goiânia e Silvânia e na região do alto Araguaia; Padres Dominicanos, em Goiás e na prelazia da Ilha do Bananal; Padres Estigmatinos, em Morrinhos; Padres Franciscanos, em Pirenópolis, Anápolis, Pires do Rio e Catalão; Padres Eudistas, na direção do Seminário Menor em Nova Bonfim. Além disso nove são as comunidades de Irmãs religiosas: Dominicanas, em Goiás; Agostinianas, em Catalão, Morrinhos e Goiânia; Franciscanas em Goiânia, bairro de Campinas; Salesianas, em Silvânia e Anápolis; Carmelitas, em Pirenópolis e Goiânia; Missionárias do Jesus Crucificado, em Goiânia; Irmãs de São Vicente de Paulo, em Goiânia; Franciscanas da Província de Nova Iorque, em Anápolis e Pires do Rio, dirigindo escolas paroquiais; Missionárias de N. S. das Dores, em Formosa (SILVA, 2006, p. 462-463).

Das comunidades religiosas que se dirigiram para Goiás até o final da década de 1940, muitas delas se estabeleceram em Goiânia, sendo três masculinas e cinco femininas. Isso indica o quanto a clero goiano preocupou-se em projetar seu campo de atuação sócio religioso na nova capital, desde as suas origens. Seja por meio dessas comunidades, ou pela presença de seu maior dignitário, D. Emanuel Gomes de Oliveira, a Igreja Católica participou das principais etapas de construção e consolidação de Goiânia, o que contribuiu ainda mais para sua reaproximação com as estruturas políticas Estado.

3.3 O ciclo da mudança e a participação da Igreja Católica na construção da nova capital

A relação entre a instância temporal e espiritual perpassa a história da humanidade como um todo, atuando com maior ou menor intensidade em praticamente todas as sociedades, povos e culturas. Para Eduardo Gusmão de Quadros existe, mais do que isso, uma complexa relação de interdependência entre o crer e o poder. A dialética dessa interação foi definida por ele, por meio do conceito de “teo-político” (QUADROS, 2009, p. 43).

Segundo José Carlos Pereira (2008, p. 86), essa relação entre o campo religioso e a esfera de poder, se apresenta como um instrumento de manutenção da ordem estabelecida. Visto por este prisma, o poder simbólico da religião adquire uma função social que lhe confere a capacidade de atuar como um instrumento de legitimidade do poder político. Por outro lado, este “[...] também pode servir de retaguarda para garantir a legitimidade religiosa” (PEREIRA, 2008, p. 83). Dessa forma, a religião se constitui como “um dos meios utilizados no quadro político e estratégias políticas são também empregadas pela religião para exercer seu domínio”. (p. 83).

Com base nessa premissa, a Igreja Católica constituiu-se, ao longo dos séculos, como uma associação de dominação ou, conforme Weber (2004), como uma *associação hierocrática*.²⁸ Nesse sentido, as cerimônias litúrgicas e sacramentais conduzidas pelos membros da hierarquia eclesiástica, bem como os rituais públicos de encenação do poder promovidos pelo Estado, se revelaram, por diversas vezes, como ocasiões propícias para essa interação simbólica entre o poder espiritual e o temporal, nos quais ambos saíram fortalecidos. (PEREIRA, 2008, p. 84).

Em Goiás, o quadro político formado após 1930 e que possibilitou o advento e a consolidação de Goiânia, contribuiu para essa aproximação entre o campo religioso e o político, entre a Igreja e o Estado. Para o Clero goiano, isso significou a continuidade da execução de seu projeto restaurador. Para o governo, representou a possibilidade dos novos grupos instalados no poder

²⁸ Segundo Pereira (2008, p. 81), a caracterização da Igreja Católica como uma “associação hierocrática”, nos termos definidos por Weber (2004), diz respeito ao controle ou domínio por ela exercido sobre os bens simbólicos religiosos sagrados com os quais a mesma aplica uma coação psíquica “ao conceder ou recusar aos fiéis bens de salvação”.

usufruírem dos bens simbólicos tradicionais da fé católica controlados pela Igreja, como forma de legitimação política do seu discurso mudancista.

Assim, durante as principais fases de construção e afirmação de Goiânia, identificou-se na pesquisa aqui empreendida, uma série de ocasiões especiais, designadas por Riolando Azzi (1994, p. 30) como “gestos significativos”, em que Estado e Igreja gradativamente se apoiaram.

O conjunto de circunstâncias favoráveis a confirmação dessas evidências, coincidem com as principais etapas de formação e consolidação da nova capital e que Pimenta Netto (1993) registrou como o *ciclo da mudança*.²⁹ O início se deu com o *Decreto n. 2737*, de 20 dezembro de 1932 (SABINO JÚNIOR, 1960, p. 59-60), encerrando-se, por fim, em 05 de julho de 1942, com o batismo cultural de Goiânia, e nos quais se verifica uma ampla participação da Igreja Católica em sua principais fases.

O *Decreto n. 2737* ressaltou a primeira medida concreta como empenho para a construção da nova capital. Assim, a presença de D. Emanuel Gomes de Oliveira entre os sete membros da comissão responsável pela escolha do local de edificação da cidade, atesta a extensão dos vínculos que aproximaram a Igreja e o Estado, em torno da construção e consolidação de Goiânia.

D. Emanuel foi eleito como o presidente dessa comissão e, deste modo, cercou-se cada vez mais de prestígio político. A *Ata da sessão de instalação da comissão* registrou um desses momentos:

Finda a leitura, o Sr. Presidente teceu considerações gerais sobre o palpitante assunto, declarando-se desvanecido com a distinção que lhe fora conferida, não só pelo ilustre Dr. Interventor Federal, escolhendo-o para membro da Comissão, como pela de seus pares, elegendo-o seu Presidente. (SABINO JÚNIOR, 1960, p. 63)

Na mesma sessão, um dos integrantes da comissão, Dr. Laudelino Gomes, teceu alguns comentários e elogios ao prelado goiano. Assim foi o seu discurso:

²⁹ A referência a este termo é feita por Joaquim Carvalho Ferreira, no capítulo intitulado *Pareceres*, do livro *Anais do Batismo Cultural de Goiânia, 1942*, de Pimenta Netto (1993, p. 12).

Aprovadas as propostas teve a palavra o Dr. Laudelino Gomes dizendo que, mais feliz não poderia ter sido o ato do Snr. Interventor na escolha do nome do Snr. Bispo para membro da Comissão e que a figura de S. Excia. mui justamente destacava como uma fôrça espiritual e católica no seio da Comissão. Salientou a influência do fator religioso na solução dos grandes problemas sociais e políticos, encerrando suas considerações repetindo a frase de que os grandes males atuais da humanidade são maiores porque os homens estão se afastando de Deus. (SABINO JÚNIOR, 1960, p. 65)

No discurso, percebe-se a importância destacada pelo orador ao fator religioso e espiritual para a condução dos problemas políticos e sociais da humanidade. Dessa maneira, a presença de D. Emanuel entre os membros responsáveis pela escolha do local para a nova capital, revestiu-se de significativo valor. No plano simbólico, representou as bênçãos de Deus e da Igreja sobre a nova cidade que nascia, conferindo, assim, uma legitimidade sagrada á comissão. Daí, segundo Laudelino, a acertada decisão do Interventor em ter escolhido o bispo goiano.

O *Jornal Brasil Central*, único órgão de imprensa, dirigido pela Igreja Católica na época, publicou o telegrama de Pedro Ludovico convidando D. Emanuel para compor a comissão. Eis o conteúdo do mesmo:

Dom Emanuel Gomes, Bispo Goiaz, Bonfim 16 Dez 1932. Tenho prazer convidar Vossencia para fazer parte comissão que estudará local apropriado para construção nova cidade destinada Capital deste Estado. Certo valioso concurso Vossencia, antecipadamente agradeço. Saudações atenciosas. Ass. Pedro Ludovico, Interventor. (TEIXEIRA, Pedro Ludovico. Telegrama. *Brasil Central*, Goiânia, 30 dez. 1932).

Após analisar o pedido do Interventor e de obter um parecer dos seus consultores diocesanos, D. Emanuel, compreendendo as possibilidades favoráveis à Igreja, enviou telegrama a Pedro Ludovico, no qual respondeu:

Exmo. Sr. Dr. Pedro Ludovico, Interventor Federal, Goiás. Recebemos honroso convite Vossência, datado 16 corrente para fazer parte comissão estudará local apropriado Capital deste Estado. Aceitamo-lo agradecido para prestar desinteressadamente nosso modesto concurso magno problema muito favorecerá desenvolvimento Estado cooperar

nobres propósitos governo Vossência. cercar todas garantias vida cidade Goiás sede permanente nossa querida Diocese primaz Deus guarde Vossência. Atenciosamente. Emanuel, Bispo Goiás. (OLIVEIRA, Dom Emanuel Gomes de. Telegrama. *Brasil Central*, Goiânia, 30 dez. 1932).

Para Áurea Menezes, o espírito patriótico e diplomático de D. Emanuel influenciou a decisão do Interventor em buscar o apoio do bispo. Ao comentar as circunstâncias em que o chefe político fez o convite ao prelado goiano, ela observa que:

Pedro Ludovico regozijou-se com a resposta positiva do arcebispo e sentiu-se muito feliz e seguro quando soube que ele fora escolhido como presidente da referida comissão, pois dizia: 'O povo aqui é católico e, com o bispo, não vai criar caso e nem brigar'. (MENEZES, 2001, p. 38)

A satisfação de Pedro Ludovico em poder contar com o apoio de D. Emanuel Gomes de Oliveira reflete bem o tumultuado clima criado em torno da irreversível decisão de transferir a sede administrativa do Estado para outro local. Tal fato evidencia a estratégia do governante em angariar votos favoráveis ao seu projeto mudancista, e diminuir, com isso, o ímpeto dos adversários políticos contrários a mudança da capital.

Posteriormente, o parecer da subcomissão favorável a escolha de Campinas, parece ter criado uma ambiente hostil entre o bispo e o Interventor. Isso porque, D. Emanuel era partidário da cidade de Bonfim, local escolhido para sediar a diocese goiana. Para Miguel Archângelo dos Santos (1984, p. 325-327), esse fato ocasionou um “congelamento de relações” entre ele e o Interventor. Como exemplo, o autor cita o fato de que nas duas primeiras missas de Goiânia, a do dia 27 de maio de 1933, e a do lançamento da pedra fundamental, em 24 de outubro do mesmo ano, D. Emanuel estranhamente ausentou-se da cidade.

Apesar desse quadro de desentendimentos entre o representante da Igreja e o comandante político do Estado, a celebração dessas primeiras missas, como eventos da fundação da cidade, confirmam o quanto a Igreja se fez presente, lado a lado com o Estado, no alvorecer da nova capital.

O registro dessas cerimônias religiosas foi feito pelo último prefeito de Campinas, Licardino de Oliveira Ney, que em sua auto-biografia as relatou com

minúcias. Em seu depoimento sobre a primeira missa de Goiânia, assim se expressou o mesmo:

Realizou-se, no dia 27 de maio de 1933, local escolhido para a futura Capital do Estado, uma missa campal. Celebrada pelo padre Conrado, com assistência de mais de seiscentas pessoas [...] A beleza do local e da manhã, aliados à significação do ato, revestiram de grande solenidade a missa, finda a qual, o Rvmo. Conrado proferiu vibrante alocução, apontando ao povo de Campinas e ao de todo o Estado a figura varonil do Interventor, como a de um homem verdadeiramente idealista e realizador, que soube colocar seu idealismo sadio e fecundo acima dos próprios interesses pessoais, partidários e políticos, pelo que no cenário político de Goiás, ele se tornou uma figura invulgar. (NEY, 1975, p. 48-49)

Diante do afastamento de D. Emanuel do perímetro de Goiânia, coube ao superior redentorista, padre Conrado Kolman, a celebração da primeira missa da nova capital. Da mesma forma, outro redentorista, o padre Agostinho Polster, celebrou a missa solene do lançamento da pedra fundamental. Assim, Licardino de Oliveira Ney (1975, p. 51) relatou que:

O dia 24 de outubro de 1933, foi designado para perpetuar na história, o nascimento de Goiânia. [...] Foi uma festa que deixou na memória de todos que tiveram a felicidade de assisti-la, a mais grata recordação. Foi difícil localizar uma árvore, à sombra da qual se pudesse celebrar a Santa Missa. Onde hoje se localiza a Praça Cívica, foi celebrado o santo sacrifício, tendo como oficiante o Padre Agostinho.

A participação dos redentoristas alemães na condução das primeiras cerimônias religiosas em Goiânia, bem como em várias outras etapas de edificação da cidade, são analisadas por Miguel Archângelo como eventos importantes para a mudança da nova capital, principalmente, quando as relações entre Pedro Ludovico e D. Emanuel estavam abaladas. Ao analisar a dimensão desse conflito e a importância das atividades desenvolvidas pelo arcebispo para a condução da restauração católica em Goiás, Miguel Archângelo Santos (1984, p. 330) ressalta:

Na verdade, a ação do Arcebispo D. Emanuel em favor da 'Restauração Católica' em Goiás, não pode ser dimensionada pelo nível de relacionamento entre ele e o Governador. No contexto, as pessoas ou agentes principais desapareciam, para resplandecer a aliança Igreja-Estado. [...] Pedro Ludovico,

apesar de maçon grau 33 continuava a prestigiar a Igreja, que se ‘oficializava’ em cerimônias públicas ou cívicas, quer através de redentoristas, dominicanos ou algum padre secular [...] e D. Emanuel continuava a cooperar indiretamente com o Governo, máxime no setor educacional.

O episódio envolvendo o conflito de interesses entre Pedro Ludovico e D. Emanuel, por conta do lugar escolhido para sediar a nova capital revela, entre outros aspectos, a complexidade das relações existentes no campo “teo político”. Conforme salienta Eduardo Quadros, em meio a essa dialética do crer e o poder, as relações institucionais entre a Igreja e o Estado se caracterizam, por um lado, pelas semelhanças e afinidades que partilham, distinguindo-se, porém, em outros campos e setores, por conta das diferenças que também conservam. Assim, “[...] o hífen do conceito acentua as não coincidências, a autonomia relativa que renova constantemente as tensões e conflitos entre as duas esferas” (QUADROS, 2009, p. 43).

Com base nessa tênue relação, a cristandade européia assistiu, durante a Idade Média, inúmeros rearranjos entre o poder espiritual e o temporal, ora marcados por harmonia e colaboração, mas também caracterizados por conflitos e disputas.³⁰

No Brasil, foram significativos, a esse respeito, os conflitos travados durante o padroado régio no final do século XIX, entre os representantes liberais do Parlamento e os membros da hierarquia eclesiástica, adeptos aos ideais ultramontanos.³¹

A iminente separação entre a Igreja e o Estado, não chegou a impedir, contudo, o esforço por parte dos integrantes de ambas as instituições de estabelecerem uma relação cordial, durante as primeiras décadas do século XX (AZZI, 1994).

Em Goiás, após os conflitos políticos que resultaram no afastamento de D. Eduardo da antiga capital, em 1896, e de um longo período de vacância da

³⁰ Ao discorrer sobre este assunto, Eduardo Quadros afirma que apesar da aparente harmonia entre o papado e os imperadores durante a alta Idade Média européia, essas relações foram muitas vezes conflituosas. A esse respeito, um dos casos mais famosos ocorreu durante o conhecido episódio da “querela das investiduras”, em 1076, quando o imperador do Sacro Império Romano-Germânico, Henrique IV, foi destituído pelo papa Gregório VII. (QUADROS, 2009, p. 35).

³¹ Entre os autores que abordaram a dimensão desses conflitos em suas pesquisas, destacam-se: Ivan Aparecido Manuel (1996), Augustin Wernet (1987), Sérgio Miceli (1988) e Thomas Bruneau (1974).

sede episcopal, D. Prudêncio encontrou um ambiente sociopolítico favorável para a Igreja. Mesmo assim, enfrentou algumas dificuldades durante sua gestão à frente da diocese, por conta dos conflitos políticos locais, comuns naquele período.³²

Por tudo isso não se pode afirmar que as divergências pessoais e ideológicas entre D. Emanuel e Pedro Ludovico inviabilizaram as relações entre a Igreja e o Estado, visto que interesses políticos e institucionais os aproximavam. Acerca disso, Ronaldo Ferreira Vaz (1997, p. 257) afirma que as circunstâncias políticas decorrentes das eleições de 1933/34 reaproximaram o arcebispo e o Interventor.

Ao recorrer novamente ao apoio de D. Emanuel, Pedro Ludovico abriu espaço para as pretensões restauradoras da Igreja Católica. Restabeleceu-se assim, um clima de mútua cooperação entre ambos. Em 1935, por exemplo, durante a cerimônia de inauguração da pedra fundamental da Catedral de N. Senhora Auxiliadora, Pedro Ludovico se fez presente lado a lado com D. Emanuel. A fotografia abaixo registrou esse momento:

Imagem 16



D. Emanuel e Pedro Ludovico na inauguração da pedra fundamental da Igreja de N. Senhora Auxiliadora. 1935. Autor desconhecido. Goiânia. Acervo IPEHBC.

³² Sobre esta questão, o cômico Trindade relatou em seu livro, *Lugares e Pessoas*, a tentativa bem sucedida de D. Prudêncio em apaziguar os ânimos de uma grave contenda entre facções políticas locais, em 1909, afirmando que o mesmo “teve uma atitude calma e eficiente para evitar o derramamento de sangue na família goiana”. Segundo o autor, este episódio não deixou, contudo, de ser mal compreendido por parte de alguns grupos, que promoveram ataques e insultos ao bispo através da imprensa. (SILVA, 2006, p. 371).

Na imagem, vê-se D. Emanuel à frente do governador em significativo gesto de bênção ao local onde seria edificada a Igreja de N. Senhora Auxiliadora, fato que se constitui numa amostra do grau de proximidade entre a Igreja e o Estado em Goiás. No dia 28 de maio de 1935, o *Correio Oficial* publicou a notícia sobre a realização desse evento, com riqueza de detalhes.

O lançamento da primeira pedra da futura Catedral da Nova Metrópole Anhanguerina.

A colocação da primeira pedra da futura Matriz da Nova Capital de Goiaz, revestiu-se de grande solenidade. Compareceu, pessoalmente, S. Excia. o Sr. Governador do Estado, em cuja comitiva tomaram parte o Presidente e o 1.º Secretário da Assembléia Constituinte Estadual e o Dr. Secretario Geral do Estado.

Às 9 horas do dia 24 do corrente, o Secretário Geral partiu, em automovel oficial, da Nova Capital em demanda de Campinas onde, no Convento dos Padres Redentoristas, se encontrava hospedado S. Excia. Revma. O Sr. Arcebispo de Goiaz, D. Emanuel Gomes de Oliveira, afim de levar o antistite e sua comitiva [...] Ai chegados, houve a troca de cumprimentos entre o Dr. Governador e o Prelado, dando-se, em seguida, inicio a missa campal [...] Finda a missa dirigiu-se ao altar o Snr. Arcebispo que se paramentou e, tomando o baculo, dirigiu algumas palavras aos presentes, explicando a alta significação da cerimônia e o motivo porque seria N. Senhora Auxiliadora o orago do templo que se ia construir. [...] Terminada a sessão, teve logar um almoço íntimo no palacete onde se hospedára o governador, oferecido a S. Excia. o Snr. Arcebispo Diocesano. [...] Vários donativos foram feitos já à futura Igreja. O Snr. Governador, [...] e varias outras pessoas assinaram, ali, vales de muitos milheiros de tijolos para o inicio da construção. (MONTEIRO, 1938, p. 258-260).

A cerimônia litúrgica de lançamento da pedra fundamental da Catedral de Goiânia constituiu-se como um importante marco simbólico de fundação da nova capital, razão pela qual compareceram a este evento o governador do Estado, além dos principais membros do primeiro escalão do governo. Com efeito, “certos lugares exprimem o poder e impõem seu ar sagrado melhor do que qualquer explicação” (BALANDIER, 1982, p. 12). Desse modo, o espaço escolhido para a bênção da primeira lápide do futuro templo de Goiânia, revelou-se propício para a celebração ritual da fé católica e para a consagração do espetáculo público de encenação e legitimação do poder político do governo.

A teatralidade que rege esse sistema “teo-político” e que acentua os elementos do poder espiritual e temporal, se apresenta em diversos símbolos que compõem esse cenário, bem como nos gestos dos atores que nele se apresentam. Como exemplo, basta ressaltar que foi no carro oficial do Estado que o arcebispo e toda sua comitiva foram conduzidos para o local da cerimônia onde, diante de toda massa popular, houve a troca de cumprimentos entre o governador e o prelado goiano. Não menos significativo, revelou-se também o almoço oferecido pelo chefe do governo ao arcebispo e os donativos feitos ao final da solenidade para o futuro templo religioso.

De outra parte, os símbolos que conferiram a este ritual litúrgico o seu caráter sagrado, vão desde a indumentária utilizada pelo sacerdote da Igreja, ao báculo com que se dirigiu aos fiéis para pronunciar as bênçãos à imagem de N. Senhora Auxiliadora.

Como se vê, as cerimônias sacramentais se constituem como momentos adequados para a utilização dos tradicionais símbolos do poder religioso. Nesses momentos festivos, afirma Pereira (2008, p. 95), “entram em ação, com maior vigor, os ditos porta-vozes especializados. Eles se revestem de tais símbolos para confirmar seu poder e o poder da Instituição por eles representada.”

Para o governo constituído, a recorrência ao poder simbólico da religião católica, mostrou-se um eficiente instrumento de legitimação política. Daí, a necessidade de seus representantes em prestigiarem os membros do clero, nos eventos públicos oficiais patrocinados pelo governo e nas cerimônias litúrgicas e sacramentais da Igreja Católica. Para esta instituição, o apoio ao projeto mudancista se configurou como a oportunidade de reafirmar sua presença junto à sociedade e ao Estado, por meio da *restauração católica*.

Segundo Ronaldo Vaz, a aliança entre esses dois setores auferiu contornos mais nítidos a partir de 1937, quando se deu a transferência definitiva da capital. Nesse contexto, D. Emanuel iniciou seu projeto de sacralização da cidade, surgindo, assim, “o Colégio salesiano Dom Bosco, o Ginásio Santo Agostinho, a Santa Casa de Goiânia, além da própria Matriz Nossa Senhora Auxiliadora”, o que possibilitou a Igreja uma sensível melhora e recuperação de suas bases estruturais. (VAZ, 1997, p. 267)

Em 1940, durante a visita de Getúlio Vargas a Goiânia, D. Emanuel, Pedro Ludovico e o presidente da República se encontraram no Palácio das Esmeraldas, em um banquete oferecido ao chefe da nação, conforme se observa na imagem abaixo:

Imagem 17



Getúlio Vargas em visita à Goiânia. 1940. Sílvio Berto. Goiânia. Acervo MIS – GO.³³

O caráter simbólico desse encontro atesta, mais uma vez, o contexto favorável das relações entre a Igreja e o Estado em Goiás. Percebe-se, assim, o quanto a clero goiano participou das principais etapas de edificação da nova capital, pela atuação de seus principais representantes, sobretudo por meio de seu maior dignitário, D. Emanuel Gomes de Oliveira.

A esse respeito, o cónego José Trindade Silva (2006, p. 461) testemunhou a maioria desses fatos e afirmou em 1948, por ocasião da realização do Congresso Eucarístico desse ano:

E hoje Goiânia é uma realidade. Em todas as suas fases, sempre esteve junto o prelado goiano, ora por si, ora por um sacerdote de sua delegação. Benzeu-lhe a primeira cruz, abençoou as primeiras pedras dos primeiros prédios, rezou missas campais.

³³ Identificações da foto: Da esquerda para a direita: Pedro Ludovico Teixeira, Pres. Getúlio Vargas e Dom Emanuel Gomes de Oliveira.

Em 1942, a Igreja Católica se fez presente nas cerimônias de inauguração de Goiânia e mais uma vez se solidarizou com o governo. Para o clero goiano, essa reaproximação com o Estado favoreceu a consolidação de suas pretensões restauradoras. Para os representantes políticos do governo, o apoio da Igreja contribuiu para a legitimação política do discurso mudancista.

3.4 O batismo cultural de Goiânia e a nova aliança entre a Igreja e o Estado em Goiás

A participação da Igreja Católica na inauguração oficial de Goiânia, em julho de 1942, se constitui como um dos momentos de maior relevância para o restabelecimento das relações entre a Igreja e o Estado e para a efetivação da restauração católica em Goiás. Nessa ocasião, a cidade foi palco de realizações culturais que atraíram várias personalidades políticas, artísticas, eclesiásticas e intelectuais de todo o país, além de convidados ilustres e o público em geral. (PIMENTA NETTO, 1993, p. 17)

Entre os vários eventos que ocorreram durante os onze dias de festejos do batismo cultural Goiânia, a missa campal realizada na Praça Cívica na manhã do dia 05 de julho de 1942, configura-se, seguramente, como um dos momentos mais importantes da inauguração da cidade.³⁴

Na Oração Gratulatória proferida por D. Aquino Correia, encontram-se alguns dos principais elementos que reafirmam a nova relação entre a Igreja e o Estado. O primeiro indicativo dessa situação surge nas afirmações do arcebispo:

³⁴ Os eventos que marcaram as festividades do Batismo Cultural de Goiânia são relatados por Pimenta Netto com base na programação oficial, que se estendeu do dia 1º ao dia 11 de julho. Do extenso programa, merece destaque os seguintes eventos: VIII Congresso Brasileiro de Educação, Assembléias dos Conselhos Nacionais de Geografia e Estatística, a Semana Ruralista do Ministério da Agricultura, Assembléias Gerais dos Conselhos Dirigentes do IBGE e a Exposição de Goiânia na Escola Técnica. O dia 05 é considerado o ápice das comemorações, ocasião em que se celebrou a missa campal na Praça Cívica (reunindo milhares de pessoas) e a entrega da chave da cidade ao prefeito no Cine-Teatro Goiânia. (Ibid, p. 15-17).

Aqui de fato, não vejo somente o povo goiano, o beneficiado e amável povo, que hoje triunfa em íntima união com as suas autoridades, dentre as quais se destacam a figura eminente do Chefe do Governo de Estado e o vulto hierático do seu Metropolita [...] Emanuel, nobiscum Deo! (CORREIA, D. Francisco Aquino. *Oração Gratulatória*. Goiânia, 05/07/1942. In: PIMENTA NETTO, 1993, p. 34).

O quadro regional descrito por D. Aquino Correia sugere a continuidade de um contexto histórico favorável entre os membros da Igreja e os representantes políticos do governo em Goiás. Para o prelado de Cuiabá, o povo goiano foi apontado como o maior beneficiado dessa situação.

Posteriormente, D. Aquino Correia aponta, em linhas gerais, o que seria o modelo ideal de coexistência entre Igreja, Estado e a sociedade:

Sim! Glória a Deus nas alturas morais da consciência brasileira, orientada, sempre mais, pelos princípios eternos do Evangelho, para este regime de ordem na disciplina e de progresso no trabalho, mediante a mútua compreensão e a concórdia entre as duas sociedades perfeitas, mas inseparáveis, independentes mas harmônicas entre si, que são o Estado e a Igreja; mediante o equilíbrio pacífico nas relações políticas e melindrosas do poder com a liberdade; mediante a constituição sacramental e inviolável das famílias; mediante a formação religiosa do Exército e da Juventude, duas supremas esperanças da Pátria, a esperança de seu presente e a esperança de seu futuro: – Glória in exelcis Deo! CORREIA, D. Francisco Aquino. *Oração Gratulatória*. Goiânia, 05/07/1942. In: PIMENTA NETTO, 1993, p. 35).

As palavras do arcebispo se revestem de significativo valor para o entendimento dessa nova fase de relacionamento entre a Igreja e o Estado. O advento dessa nova relação, a partir das décadas de 1920 e 1930 no Brasil, é definida por Thomas Bruneau (1974, p. 91) como “neocristandade”, e por Riolando Azzi (1994, p. 20) como “restauração católica”.

Para Azzi, a restauração católica é caracterizada muito mais em torno de um relacionamento harmonioso e cordial e por meio de uma mútua colaboração entre os representantes das duas instituições, do que propriamente em dispositivos legais aprovados e expressos na lei.

A presença da Igreja Católica no conjunto de rituais que inauguraram a nova capital do Estado goiano surge, dessa forma, como o momento propício para a consolidação da restauração católica em Goiás.

Como faz lembrar D. Aquino, referindo-se as incertezas da Segunda Guerra Mundial, “apesar da hora conturbada que vivem os povos do universo”, o Brasil deve sim “render graças ao Senhor Deus da Nações, pelos benefícios da paz e prosperidade que ainda hoje desfruta e goza a Nação brasileira”. Por esse motivo:

[...] nenhum melhor ensejo se lhe poderia deparar, do que a festa, em que hoje se enganalam êstes chapadões floridos, para o batismo da recém-nascida e mimosa catecúmena da civilização em terras de Santa Cruz; festas das mais expressivas e típicas dessa política do “rumo ao Oeste” proclamada pela voz augusta do Presidente Vargas. (CORREA, D. Aquino. *Oração Gratulatória*. Goiânia, 05/07/1942. In: PIMENTA NETTO, 1993, p. 35).

No momento em que a inauguração de Goiânia foi noticiada em alguns dos principais jornais da época,³⁵ mesmo diante do conturbado clima de guerra, que assolava o mundo naquele período, inaugurou-se para a Igreja uma conjuntura favorável às suas pretensões restauradoras. Nas palavras de D. Aquino, a inauguração da cidade foi :

[...] uma significativa e fulgida etapa dessa marcha para o Oeste, que encontrou um dos seus mais estrênuos vanguardeiros, na pessoa do Interventor Pedro Ludovico, que, nestes dias, com a revelações do seu govêrno, filia-se na estirpe homérica dos Buenos da Silva, os ínclitos e lendários Anhangueras, descobridores de Goiás. Fazendo jus, nos fastos da nossa nobiliarquia histórica, ao honroso título de “terceiro Anhanguera”. Não o Anhanguera douto e aristocrata, que nos enche de maravilha, fazendo surgir a nossos olhos, sob a varinha mágica de sua administração, esta cidade moderna, que ontem sertão, é hoje uma futura metrópole. (CORREA, D. Aquino. *Oração Gratulatória*. Goiânia, 05/07/1942. In: PIMENTA NETTO, 1993, p. 35).

A harmonia da Igreja com o Estado pode ser apreendida não apenas no enaltecimento da política varguista de Marcha para Oeste, mas na exaltação ao idealizador de Goiânia – Pedro Ludovico – comparado pelo prelado cuiabano ao *terceiro Anhanguera*. Se não bastasse a exaltação ao *herói* fundador, a sua criação foi glorificada:

³⁵ Entre esses Jornais, Pimenta Netto menciona, por exemplo, a veiculação da notícia sobre a inauguração de Goiânia no *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro sob o título: *Goiânia, Símbolo do poder e da vontade de um administrador* (PIMENTA NETTO. Op. cit. p 20).

Goiânia, pois, não é tão somente uma flôr dêstes cimos soalheiros, dominados, ao longe, pela poesia altaneira do Pirineus e da Serra Dourada; é muito mais. Goiânia é uma flôr miraculosa do Estado Novo, que nela tem hoje um momento de sua política de realizações; [...] nela tem hoje, em fim, um farol radioso, levantado no centro do País, para nortear os caminhos do nosso verdadeiro engrandecimento [...]. (CORREA, D. Aquino. *Oração Gratulatória*. Goiânia, 05/07/1942. In: PIMENTA NETTO, 1993, p. 35-36).

Em consonância com o discurso mudancista do Estado Novo em Goiás, para D. Aquino, a nova capital goiana representou um divisor de águas não apenas para o Estado, mas para o Brasil, razão pela qual se tornou *um farol radioso* destinado a iluminar os caminhos do país em sua marcha contínua em direção ao progresso.

Alguns jornais da época, como o *Correio Oficial* e *O Popular*, registraram na íntegra a Oração Gratulatória. Sobre a participação de D. Emanuel e do arcebispo de Cuiabá na missa campal celebrada no dia 5 de julho, o jornal *O Popular* assim noticiou:

Figuras de relevo no Clero brasileiro o arcebispo de Goiás e o de Mato Grosso têm prestado relevantes serviços à religião em todo país, impondo-se pela cultura e extraordinária capacidade de trabalho.

O chefe da Igreja goiana já fundou diversos estabelecimentos de ensino nesta unidade da federação, concorrendo desse modo para elevar o nível intelectual da mocidade do Centro-Oeste do Brasil.

D. Aquino Correia possui uma sólida cultura e se apresenta com as credenciais de membro da Academia Brasileira de Letras, e como um dos maiores oradores sacros da América do Sul.

Foram esses dois dignitários da Igreja que emprestaram com sua presença, um brilho todo especial, às solenidades de inauguração Oficial de Goiânia. (*Ilustres Arcebispos*. *O Popular*, Goiânia, 12 jul. 1942, p. 05).

A importância e o carisma desses dois representantes eclesiásticos contribuíram para a consagração e o sucesso da festa em questão. Isto explica, em parte, o destaque dado pela imprensa da época e a repercussão entre os participantes da solenidade.

No prefácio à primeira edição da obra de Pimenta Netto, em 1969, reeditada em 1993, o primeiro prefeito de Goiânia e participante ilustre da inauguração da cidade, Venerando de Freitas Borges, assim rememorou o evento:

Consideramos um dos pontos culminantes do BATISMO CULTURAL DE GOIÂNIA a grande concentração na Praça Cívica para onde acorreu o povo para assistir à Missa Campal, ocasião em que D. Aquino Correia, na manhã fria de 5 de julho de 1942, era ouvido pelo Brasil inteiro [...] Parece-me estar a ver a heráldica figura do prelado de Cuiabá, procurando alcançar com os braços estendidos os horizontes largos que se abriam pela amplidão sem fim dos chapadões goianos, abençoando a cidade que seria, e que hoje é, a encruzilhada da 'Marcha para o Oeste', inspirada e orientada por Getúlio Vargas [...] (BORGES, Venerando de Freitas. *Prefácio*. In: PIMENTA NETTO, 1993, p. 09).

Decorridos 27 anos da realização do batismo cultural de Goiânia, a missa campal celebrada na manhã do dia 05 de julho de 1942, ainda, ressoava para o primeiro prefeito da capital como um dos momentos principais da inauguração da cidade. Um olhar mais atento sobre esse ritual, permite observar como o Estado se beneficiou da aliança com a Igreja para mobilizar o imaginário social, por meio da fé, direcionando assim os seus interesses políticos.

Ao referir-se a oração de D. Aquino como a benção de Deus à cidade recém inaugurada, o ex-prefeito justifica o futuro glorioso que, a seu ver, se concretizou com a política estadonovista de Marcha para o Oeste, idealizada dois anos antes da festa de inauguração da capital, por Getúlio Vargas, na sede política do governo goiano.

Em outro depoimento, Belkiss Spenciere Carneiro, assim se expressou sobre a inauguração de Goiânia:

Ainda trago em meu pensamento o Batismo Cultural de Goiânia; revejo a figura de Dom Emanuel Gomes de Oliveira, primeiro arcebispo do Estado de Goiás, celebrante da Missa Campal, no dia 5 de julho de 1942 e na qual pedia a Deus suas bênçãos sobre a nova Capital, que, naquele dia, comemorava sua apresentação ao país. (MENDONÇA, Belkiss Spenciere Carneiro de. *A imagem bíblica do Bom Pastor. O Popular*, Goiânia, 8 ago. 1992).

Mais uma vez, a assertiva da cidade abençoada pela graça de Deus, ressurge no discurso dos primeiros moradores de Goiânia. Deste modo, embora o batismo cultural seja um evento de caráter *profano*, ocorre durante os festejos populares e cerimônias oficiais, uma intensa recorrência ao elemento *sagrado*, como forma, talvez, de busca por afirmação e legitimidade religiosa às inúmeras festividades.³⁶

Algumas produções culturais da época e de outras posteriores atestam essa situação. Das modas de viola que foram ouvidas durante as comemorações, a música *Como Nasceu Goiânia*, de Chico Onça e Micuim, se constitui como um exemplo:

Como nasceu Goiânia

[...] Agora eu vou contar, pra vocês me dar razão
Como se criou Goiânia, com muita pelejação
Coitado do dotô Pedro, sofreu muita traição

Nem data de eleição, nem disso não precisou
Foi feita por Jesus Cristo, Jesus Cristo mandou
Antão veio o dotô Pedro pra ser o nosso Interventor

Sofreu muito sacrifício indesejada essa fundação
Agora, graças a Deus, num tem mais trapaiação
Agora no mês de Julho vai ter a inauguração

Goiânia é a caçulinha mais jovem das capital
Já ta tudo asfaltado, telefone pra fala
E tem um grande teatro e o rádio pra nós cantá [...]

(CHICO ONÇA; MICUIM. *O Popular*, Goiânia, 5 jul. 1997, p. 07).

Na canção, a escolha de Pedro Ludovico como Interventor de Goiás foi justificada pelo compositor pela graça e vontade de Jesus Cristo, pois este o designou governante da nova capital. Daí apreende-se, que o *progresso* responsável pelo *resplendor* e *modernização* da cidade decorre direta ou indiretamente do providencialismo e da ordenação divina.

³⁶ Várias festas regionais (Cavalhadas, Reisadas, Umbigadas, dança do congo, dança de velho, dança de vilão, dança de moço, bumba meu boi, mutirão de modas de viola, catira etc) que ocorreram por ocasião do batismo cultural, evidenciam essa interação entre o sagrado e o profano. (*O Popular*, Goiânia, 5 mar. 1942).

Nos versos de Bernardo Elis, existem outros exemplos de interação entre o sagrado e o profano verificados durante o batismo cultural de Goiânia e que permitem identificar como o imaginário popular conciliou fé, diversões e tradições culturais.

O Batismo Cultural visto do lado do povão

No altar drapejavam
Fanfarras e cantorias [...]
Na missa o bispo benzia,
Poeira, alegria, festa,
Padre-nosso, ave-maria,
Naquela manha de julho,
Que tanto frio fazia.
(ELIS, Bernardo.
O Popular,
Goiânia, 5 jul.
1997, p. 09).

Percebe-se assim, que a interação entre todos esses elementos reflete um momento de transição entre o antigo e o novo, a tradição e a modernidade, que caracterizou o contexto histórico da passagem da Primeira República ao pós-1930.

Ao se levar em conta tais aspectos, compreende-se, por fim, como os elementos ligados à tradição e à fé católica foram imprescindíveis para a legitimação política das ações governamentais que resultaram na edificação e consolidação de Goiânia, cidade que surgiu, no discurso de seus idealizadores, como símbolo da modernidade e do progresso em Goiás.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa, buscou-se investigar a interação entre os componentes simbólicos da tradição e da modernidade no contexto da construção e consolidação de Goiânia. Estabeleceu-se como recorte temporal, o período compreendido entre 1932 e 1942, momento em que se deu a efetivação do projeto mudancista, levado a cabo pelos novos grupos políticos alçados ao poder, após o movimento *revolucionário* de 1930.

Estes grupos utilizaram as representações de progresso e modernidade como forma de ascensão política. Para tanto, recuperaram as imagens da *decadência* e do *atraso*, associadas ao passado colonial pós-minerador em Goiás, buscando transmiti-las às facções oligárquicas depostas. A edificação de Goiânia e a mudança da capital representaram, dentro dessa ótica, o advento do *progresso* e do *desenvolvimento* em Goiás, bem como a ruptura com um passado considerado *tradicional* e *decadente*, por estes grupos.

Utilizando o saber médico e o discurso sanitário, Pedro Ludovico diagnosticou a Cidade de Goiás como um *doente incurável*. Em seu relatório enviado ao presidente Getúlio Vargas em 1933, ele alegou uma completa inaptidão desta cidade, em promover o desenvolvimento socioeconômico do Estado. A construção de uma capital *moderna* se tornou, deste modo, o imperativo básico para inserir Goiás na rota do *progresso*. Para Armando Augusto de Godoi, a cidade *moderna* estava destinada a cumprir uma importante *missão civilizadora*, responsável pela redenção da humanidade em diversos aspectos. A construção desse discurso foi operada de forma sistemática pelos novos representantes políticos do governo, e se reproduziu tanto na documentação oficial, como nos primeiros trabalhos e estudos dedicados a temática do surgimento de Goiânia.

Contudo, ao analisar a abrangência que as representações de progresso e modernidade tiveram em alguns segmentos do imaginário social goianiense, no transcurso das décadas de 1930 e 1940, verificou-se na pesquisa, uma divergência de olhares e percepções que os diferentes grupos sociais projetaram sobre a cidade. Por meio dos relatos e testemunhos de alguns pioneiros da nova capital, tornou-se possível constatar que a imagem de

uma cidade *moderna, promissora* e com amplas perspectivas de *desenvolvimento*, não foi compartilhada por todos.

Assim, o contraste destas imagens colocou em evidência as incoerências e contradições do discurso mudancista de progresso e modernidade. Por um lado, isso revelou os limites do alcance desse discurso em meio à sociedade e as intenções dos seus porta-vozes políticos; por outro, evidenciou a incompatibilidade de uma ruptura, de fato, com os valores e componentes tradicionais, tanto no processo de edificação da nova sede administrativa do Estado, quanto na formação da sociedade goianiense.

Dessa forma, em todas as suas etapas de construção, Goiânia mesclou o ideal moderno de seu plano com os elementos simbólicos emanados do mundo tradicional. As interações entre essas modalidades da experiência humana foram identificadas na pesquisa tanto no espaço urbano da cidade – por meio da combinação entre as construções *art déco* em meio às edificações neocoloniais – como nas práticas socioculturais de seus moradores, relatadas nos registros de memórias.

Segundo Rodrigues (1997), a coexistência entre estes elementos evidencia a natureza ambivalente e paradoxal que a modernidade procurou estabelecer em relação aos valores e ideais tradicionais. Dentro desta perspectiva, a noção de ruptura protagonizada pelo embate entre estas duas categorias, aparentemente dicotômicas, nunca se dá de forma completa, uma vez que, sem a permanência do modelo a ser rompido, a existência da concepção moderna de mundo e da ruptura por ela pretendida não fazem sentido.

Indo mais além, Giddens (1997) considera que a persistência e a recriação da tradição foram fundamentais no processo de formação e desenvolvimento da modernidade. A utilização da tradição como mecanismo de legitimação do poder marcou, segundo o autor, o advento das primeiras instituições modernas.

Em Goiânia, a formulação do discurso mudancista de progresso e modernidade, se deu com base nesta premissa. Durante as principais etapas de edificação da cidade, entre 1932 e 1942, o governo constituído serviu-se de vários símbolos e elementos tradicionais como mecanismo de afirmação política.

Em meio à documentação histórica arrolada nesta pesquisa, tais como artigos, crônicas, recortes de jornais, poesias, imagens etc., observou-se, por exemplo, uma obstinada tentativa de associação da imagem de Pedro Ludovico, como o *novo Anhanguera* de Goiás, numa alusão direta ao bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva Filho, descobridor das minas de ouro no território goiano, no início do século XVIII. Tal como o *intrépido* bandeirante, o novo líder político elevado ao poder após o movimento revolucionário de 1930, foi constantemente equiparado como o *herói* solitário de uma nova *epopéia* nos sertões de Goiás. O advento de Goiânia representou, dentro desse discurso, uma reatualização dos mitos de *Eldorado* e da *Terra Prometida*, no contexto da década de 1930.

A propagação desta linguagem épica e mítica, em torno da imagem de Pedro Ludovico e da construção da nova capital, foi difundida tanto nos veículos de imprensa, sob controle ou influência do governo, quanto nos principais eventos públicos de inauguração e oficialização de Goiânia. De fato, estes eventos de fundação da cidade, se constituíram como momentos propícios para a consagração de poder dos representantes políticos do governo goiano.

De forma semelhante, o governo do Estado recorreu em diversas ocasiões aos bens simbólicos sagrados administrados pela Igreja Católica. Nesse sentido, as cerimônias litúrgicas e sacramentais conduzidas pelos membros da hierarquia eclesiástica, bem como os rituais públicos de encenação do poder promovidos pelo Estado, possibilitaram essa interação simbólica entre o poder espiritual e o temporal, nos quais ambos saíram fortalecidos.

Em Goiás, o quadro político que se formou após 1930 e que possibilitou o advento e a consolidação de Goiânia, contribuiu para essa aproximação entre o campo religioso e o político, entre a Igreja e o Estado.

Para o Clero goiano, isso significou a continuidade da execução de seu projeto restaurador. Para o governo do Estado, representou a possibilidade dos novos grupos instalados no poder, usufruírem dos bens simbólicos tradicionais da fé católica, controlados pela Igreja, como forma de legitimação política do seu discurso mudancista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ata da sessão de instalação dos trabalhos da comissão incumbida da escolha do local para a nova capital do Estado Ex-VI do Dec. nº 2.737, de 20 de dezembro de 1932. In: SABINO JUNIOR, Oscar. (Org.). *Goiânia documentada*. São Paulo: Edigraf, 1960, p. 61-66.

AMARAL, Arthur Pires. *Campininha das Flores: narrativas de um drama social*. Ponto Urbe: revista do núcleo de antropologia urbana da USP, 2011. Versão digital. Disponível em: <<http://www.pontourbe.net/edicao8-artigos/176-campininha-das-flores-narrativas-de-um-drama-social>> Acesso em: 30 out. 2011.

ARRAIS, Cristiano Alencar. *Monumentalidade, linhagem e estrutura narrativa: o horizonte de expectativa do projeto urbanístico de Goiânia*. Art Cultura, Uberlândia, v. 12, n. 21, p. 181-193, jul.- dez. 2010.

AZZI, Riolando. *A neocristandade: um projeto restaurador*. São Paulo: Paulus, 1994.

BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social*. In: Enciclopédia Einaudi: Anthropos – Homem, v. 5. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p. 296-331.

BALANDIER, Georges. *A desordem: elogio do movimento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. *O poder em cena*. Brasília: Editora da UNB, 1982.

BARROS, José D'Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BERGER, Peter. *Religião e construção do mundo*. In: O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião. 2º ed. São Paulo: Paulus, 1985, p.15-41.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BERNARDES, Genilda D'Arc. *Goiânia, cidade planejada / cidade vivida: discurso e cultura da modernidade*. Brasília: UNB, 1998. (Tese de doutorado em Sociologia).

_____. *O cotidiano dos trabalhadores da construção de Goiânia: O mundo do trabalho e extratrabalho*. In: Dossiê cidades planejadas na hinterlândia. Revista UFG: Ano XI, nº. 6. Junho, 2009, p. 37-51. Versão digital. Disponível em: <http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/junho2009/> Acesso em: 19 ago. 2011.

BORGES, Venerando de Freitas. *Prefácio*. In: PIMENTA NETTO. *Anais do Batismo Cultural de Goiânia, 1942: reedição histórica*. Goiânia: Luzes, 1993, p. 09.

BRUNEAU, Thomás. *O catolicismo brasileiro em época de transição*. (trad. Margarida Oliva). São Paulo: Loyola, 1974.

CÂMARA, Jaime. *Os tempos da mudança*. Goiânia: Editora O Popular, 1979.

CAMPOS, Francisco Itami. *Mudança da Capital: uma estratégia de poder*. In: BOTELHO, Tacísio Rodrigues (Org.). *Goiânia: Cidade pensada*. Goiânia: UFG, 2002, p. 169-184.

_____. *Operários na construção de Goiânia*. In: Educação em mudança. Anápolis; v. 7/8, p. 143-149, 2001 (1980). Versão digital. Disponível em: <<http://itamicampos.com/artigos/Goiania/OPERARIOSNACONSTRU%C3%87%C3%83ODEG OI%C3%82NIA.pdf>> Acesso em: 12 jul. 2011.

CARVALHO, Eugênio Rezende de. *Construções de Goiânia*. In: BOTELHO, Tacísio Rodrigues (Org.). Goiânia: Cidade pensada. Goiânia: UFG, 2002, p.153-167.

CHAUL, Nars Nagib Fayad. *A construção de Goiânia e a transferência da capital*. Goiânia: UFG, 1999.

_____. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia, UFG, 1997.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. *Goiânia: uma metrópole em travessia*. São Paulo, USP, 2001. (Tese de Doutorado em Geografia).

CHICO ONÇA; MICUIM. *Como nasceu Goiânia*. *O Popular*, Goiânia, 5 jul. 1997. Suplemento Especial: O Brasil vê Goiânia Nascer, p. 07.

COELHO, Gustavo Neiva. *O art déco e a política modernizadora na fundação de Goiânia*. In: BOTELHO, Tacísio Rodrigues (Org.). Goiânia: Cidade pensada. Goiânia: UFG, 2002, p. 103-128.

CORREA, D. Aquino. *Oração Gratulatória*. Goiânia, 05/07/1942. In: PIMENTA NETTO. *Anais do Batismo Cultural de Goiânia, 1942*: reedição histórica. Goiânia: Luzes, 1993, p. 33-36.

CORREIO OFICIAL, Goiânia, 12 nov. 1942.

CORTEZ, Antonio da Fonseca. *Fugindo à penumbra: resumos – recordações*. Disponível em: <http://drantoniocortez.com.sapo.pt/l_fpenumbra.pdf> Acesso em: 30 set. 2011.

COSTA, Marcelo Henrique. *Imagens de monumentos públicos: reflexos de identidade*. Encontro Nacional de Estudos da Imagem, 12 a 14 de maio de 2009. Londrina – PR: UEL, 2009, p. 212-220. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/eneimagem/anais/trabalhos/pdf/Costa_Marcelo.pdf> Acesso em: 05 out. 2011.

Dec. n. 2.737, de 20 de dezembro de 1932. In: SABINO JUNIOR, Oscar. *Goiânia Global*. Goiânia: Oriente, 1980, p. 175-176.

Dec. n. 1816, de 23 de março de 1937. In: SABINO JUNIOR, Oscar. *Goiânia Global*. Goiânia: Oriente, 1980, p. 246-247.

DIAS, Romualdo. *Imagens de ordem: a doutrina católica sobre autoridade no Brasil (1922-1933)*. São Paulo: UNESP, 1996.

ELIS, Bernardo. *O Batismo Cultural visto do lado do povão*. *O Popular*, Goiânia, 5 jul. 1997. Suplemento Especial: O Brasil vê Goiânia Nascer, p. 09.

FREITAS, Lena Castelo Branco de Freitas. *Goiânia: lócus privilegiado da saúde*. In: FREITAS, Lena Castelo Branco de Freitas (Org.) *Saúde e doença em Goiás: A medicina possível*. Goiânia: UFG, 1999, p. 239-289.

GEERTZ, Clifford. *Centros, reis e carisma: reflexões sobre o simbolismo do poder*. In: *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Tradução de Vera Mello Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 182-219.

GIDDENS, Anthony. *A vida em uma sociedade pós-tradicional*. In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott (Org.) *Modernização reflexiva: política,*

- tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora da Unesp, 1997, p. 73-133.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Editora Vértice, 1990.
- HOBSBAWM, Eric J.; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- Ilustres Arcebispos. O Popular*, Goiânia, 12 jul. 1942, p. 05.
- LAPLANTINE, François; TRINDADE, Liana. *O que é imaginário?* E-books. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2003.
- LEVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. São Paulo, Editora Anhembi, 1957.
- MANUEL, Ivan Aparecido. *Igreja e educação feminina (1859-1959). Uma face do conservadorismo*. São Paulo: UNESP, 1996.
- MATTOS, Sílvia Clímaco. *Memória e cidade: lembranças do bairro da Vila Nova – 1930 ao presente. Brasília, UNB, 2008*. (Dissertação de Mestrado em História). Versão digital. Disponível em: <http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/6353/1/2008_SilviaClimacoMattos.pdf> Acesso em: 23 ago. 2011.
- MELLO, Márcia Metran de. *Goiânia: cidade de pedras e palavras*. Goiânia: UFG, 2006.
- MENDONÇA, Belkiss Spenciere Carneiro de. *A imagem bíblica do Bom Pastor. O Popular*, Goiânia, 8 ago. 1992.
- MENEZES, Áurea Cordeiro. *Dom Emmanuel Gomes de Oliveira: arcebispo da instrução*. Goiânia: AGEPEL, 2001.
- _____. *O Colégio Santa Clara e sua Influência Educacional em Goiás*. Goiânia: UNIGRAF, 1981.
- MICELI, Sergio. *A elite eclesiástica brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Como Nasceu Goiânia*. São Paulo, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1938.
- MOTA, Ireni Soares; QUADROS, Eduardo Gusmão. *Deus, Pátria e Liberdade: um estudo sobre o Partido Católico em Goiás (1881-1909)*. Ciberteologia – Revista de Teologia & Cultura – Ano VII, n. 35, p. 33-44. Disponível em: <<http://ciberteologia.paulinas.org.br/ciberteologia/wp-content/uploads/downloads/2011/06/Artigo4.pdf>> Acesso em: 20 out. 2011.
- NEY, Licardino de Oliveira. *Um lutador*. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1975.
- O POPULAR*, Goiânia, 5 mar. 1942.
- OLIVEIRA, Dom Emanuel Gomes de. Telegrama. *Brasil Central*, Goiânia, 30 dez. 1932.
- OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. *As imagens de Goiânia na literatura mudancista*. In: CHAUL, Nars Fayad; SILVA, Luís Sergio Duarte da. (Org.) *As cidades dos sonhos*. Goiânia, UFG, 2004.

PALACÍN, Luís. *Fundação de Goiânia e desenvolvimento de Goiás*. Goiânia: Oriente, 1976.

PELÁ, Márcia Cristina Hizim. *Goiânia: o mito da cidade planejada*. Goiânia: UFG, 2009. (Dissertação de Mestrado em Geografia).

PEREIRA, José Carlos. Religião e poder: os símbolos do poder sagrado. CSOnline. Revista Eletrônica de Ciências Sociais, Ano 2, Volume 3, Maio de 2008, p. 80-107. Disponível em:

<<http://www.editoraufjf.com.br/revista/index.php/csonline/article/viewFile/366/339>> Acesso em: 30 out. 2011.

PIMENTA NETTO. *Anais do Batismo Cultural de Goiânia, 1942: reedição histórica*. Goiânia: Luzes, 1993.

PINHEIRO, Antônio César Caldas. *Os tempos míticos das cidades goianas: mitos de origem e invenção de tradições*. Goiânia: UFG, 2003. (Dissertação de Mestrado em História).

PINHEIRO, Antônio César Caldas. *Campinas, flor da providência na história de Goiás*. In: SILVA, Antônio Moreira; GALLI, Ubirajara (Orgs.). *Campininha das Flores e sua história*. Goiânia: Scala Editora, 2010, p. 30-44.

POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. In: Estudos Históricos, Rio, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

MEMÓRIA CULTURAL: ensaios da história de um povo. Goiânia: Editora e Gráfica Ipiranga, 1985.

QUADROS, Eduardo Gusmão. *Ananguera: mito fundador de Goiás*. Temporização, V. 1, nº 9, 2007, p. 01-13. Disponível em: <<http://www.nee.ueg.br/seer/index.php/temporisacao/article/view/24>> Acesso em: 27 set. 2011.

_____. *O teo-político da dominação colonial*. Horizonte, Belo Horizonte, v. 7, n. 15, p. 32-52, dez. 2009. Disponível em:

<<http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2009v7n15p32/2476>> Acesso em: 10 out. 2011.

_____. *Quando Ananguera chegou em Goiânia: a transferência da memória na mudança da nova capital. Relatório de Pesquisa para UEG, 2005.*

REVISTA OESTE. Goiânia: AGEPEL, 2001 (Reedição integral fac-similar virtual).

RODRIGUES, Adriano Duarte. *Tradição e modernidade*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1997, p. 01-07. Versão digital. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/9610485/rodriguesadrianotradicaomodernidade>> Acesso em: 15 ago. 2011.

RÜSEN, Jörn. *Pragmática – a constituição do pensamento histórico na vida prática*. In: *Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica*; tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001, p. 53-93.

SABINO JUNIOR, Oscar. (Org.). *Goiânia documentada*. São Paulo: Edigraf, 1960.

_____. *Goiânia Global*. Goiânia: Oriente, 1980.

SANTOS, Miguel Archângelo Nogueira dos. *Missionários redentoristas alemães em Goiás, uma participação nos movimentos de reforma e restauração*. São Paulo: USP, 1984. Tese de Doutorado.

- SENADO FEDERAL, *decreto n. 5.145 C* – de 7 de Janeiro de 1927. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=26362>
Acesso em: 25 out. 2011.
- SILVA, Ana Lúcia da. *A revolução de 30 em Goiás*. Goiânia: AGEPEL, 2001.
- SILVA, Eduardo Duarte. *Passagens: autobiografia de Dom Eduardo Silva, bispo de Goyaz*. Goiânia: Ed. da UCG, 2007.
- SILVA, José Trindade da Fonseca. *Lugares e pessoas: Subsídios eclesiásticos para a história de Goiás*. Goiânia: UCG, 2006.
- SILVA, Luiz Sérgio Duarte da. *A construção de Brasília: modernidade e periferia*. Goiânia: UFG, 1997.
- SILVA, Maria da Conceição. *Catolicismo e casamento civil em Goiás, 1860-1920*. Goiânia: UCG, 2009.
- SILVA, Mônica Martins. *A festa do divino: Romanização, patrimônio e tradição em Pirenópolis (1890-1988)*. Goiânia: UFG, 2000.
- SOUZA, Armênia Pinto de. *Goiânia: A saga dos pioneiros*. 2º ed. Goiânia: Grafopel, 1997.
- SWAIN, Tânia Navarro. *Você disse imaginário?* IN: SWAIN, Tânia Navarro (Org). *História no plural*. Brasília: Editora UNB, 1994, p. 43-67.
- MEMÓRIAS GOIANIENSES*. Goiânia: UCG / SUDECO, 1986.
- TEIXEIRA, Pedro Ludovico *Memórias*. Goiânia: Livraria e Editora Cultura Goiana, 1973.
- _____. Telegrama. *Brasil Central*, Goiânia, 30 dez. 1932.
- VAZ, Ronaldo Ferreira. *Da separação Igreja-Estado em Goiás à nova cristandade (1891-1955)*. Goiânia: 1997. Dissertação de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. UFG, 1997.